

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

BÁRBARA NASCIMENTO DE OLIVEIRA

**Além dos boletins de ocorrência: análise das narrativas
midiáticas sobre a violência contra a mulher nos impressos
Super Popular e Jornal da Cidade**

São Cristóvão

2016

BÁRBARA NASCIMENTO DE OLIVEIRA

**Além dos boletins de ocorrência: análise das narrativas
midiáticas sobre a violência contra a mulher nos impressos
Super Popular e Jornal da Cidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Comunicação da Universidade Federal de Sergipe como requisito
parcial para obtenção do título de mestra.

Área de Concentração: Comunicação

Orientadora: Professora Doutora Fernanda Rios Petrarca

São Cristóvão

2016

Dedico este trabalho a todas as mulheres que sonham com um mundo livre do machismo e ousam lutar. E especialmente às camaradas do Coletivo de Mulheres de Aracaju, onde faço morada e me fortaleço a cada dia.

A baixa autoestima da Dona Maria. Da sua prima, da sua filha e sua vizinha. Isso me intriga, isso me instiga.

Ellen Oléria

RESUMO

Esta pesquisa busca analisar a cobertura midiática sobre a violência contra a mulher em dois jornais impressos produzidos e veiculados no território sergipano, o semanário Super Popular (fora de circulação) e o Jornal da Cidade, de circulação diária. Fazem parte do *corpus* notícias relativas ao tema publicadas nos meses de julho, agosto e setembro de 2013, quando foram registradas 125 aparições da temática. O material coletado é analisado a partir da metodologia de Análise de Conteúdo (AC). Sendo possível verificar a pertinência do tema a partir da frequência/ausência, bem como realizar reflexões sobre essas narrativas jornalísticas através de elementos intrínsecos à construção de notícias, como enquadramento, tratamento, escolha da rubrica, desdobramentos, relevância do tema, fontes, entre outros critérios que possibilitam mensuração quantitativa e inferências acerca da produção de sentido apresentada pelos veículos (elementos qualitativos). A partir dos dados coletados e das categorias criadas foi possível fazer interpretações que nos permitiram chegar à conclusão tanto da pertinência do tema quanto da necessidade de um tratamento midiático mais cuidadoso e reflexivo.

Palavras-chave: violência contra a mulher; gênero; jornalismo, narrativa.

ABSTRACT

This research seeks to analyze the media coverage on violence against women in two newspapers produced in Sergipe territory, the weekly Super Popular (out of print) and the Jornal da Cidade of daily circulation. There are part of the corpus news about the topic published in the months of July, August and September 2013, when 125 appearances of the theme were recorded. The collected material is analyzed from the Content Analysis Methodology (AC). It is possible to verify the relevance of the theme from the frequency / absence and perform reflections on these journalistic narratives through intrinsic elements to the construction of news, such as framing, treatment, line choice, developments, relevance of the topic, sources, among other criteria enabling a quantitative measurement and inferences about the production of meaning presented by vehicles (qualitative elements). From the collected data and created categories we could make interpretations which allowed us to conclude both the relevance of the subject matter and the need for media treatment more careful and reflective.

Keywords: violence against women; gender; journalism, narrative.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Gráfico de Frequência (elaboração própria).....	33
Figura 2: Temáticas e casos veiculados no SP (elaboração própria).....	34
Figura 3: Temáticas e casos veiculados no JC (elaboração própria).....	35
Figura 4: Subdivisão dos acontecimentos em rubricas (elaboração própria).....	36
Figura 5: Tipos textuais apresentados nos jornais (elaboração própria).....	40
Figura 6: Temas destacados nas capas dos jornais (elaboração própria).....	43
Figura 7: Capa do Jornal Super Popular.....	57
Figura 8: Matéria do Jornal Super Popular.....	59
Figura 9: Capa do Jornal da Cidade.....	60
Figura 10: Matéria do Jornal da Cidade.....	61
Figura 11: Editorial de 21 de agosto do JC.....	64
Figura 12: Matéria destaca protesto contra a violência e por segurança (edição de 21 de agosto do JC).....	66
Figura 13: Artigo de opinião na edição de 22 de agosto do JC.....	67
Figura 14: Republicação do portal G1 em 22 de agosto.....	68
Figura 15: Artigo de opinião publicado em 25-26 de agosto.....	69
Figura 16: Capas do jornal Super Popular.....	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Classificação das fontes por categoria (elaboração própria).....	40
Tabela 2: Classificação das fontes por grupo (elaboração própria).....	42
Tabela 3: Manchetes sobre violência contra a mulher nos jornais (elaboração própria).....	44
Tabela 4: Elementos dos enquadramentos - elaboração Vimieiro (2010).....	45
Tabela 5: Títulos do SP (elaboração própria).....	46
Tabela 6: Títulos do JC (elaboração própria).....	50
Tabela7: Enquadramento midiático de SP e JC para a violência de gênero.....	72

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. DO SILÊNCIO À PAUTA: A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	15
1.1. A violência contra a mulher e o acontecimento jornalístico.....	20
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DAS NOTÍCIAS.....	24
2.1. Fundamentação.....	24
2.2. O Recorte.....	26
2.3. A Análise.....	28
2.4. Perfil institucional dos jornais.....	29
2.5. Análise dos Jornais Super Popular e Jornal da Cidade.....	30
2.5.1. Categorias de violência.....	30
2.5.2. Frequência/Ausência.....	32
2.5.3. Categoria Temas.....	34
2.5.4. Categoria Rubrica.....	36
2.5.5. Categoria Tipos de Texto.....	39
2.5.6. Categoria Fontes.....	40
2.5.7. Categoria Manchetes.....	42
2.6. Análise das Notícias do Super Popular (SP).....	45
2.7. Análise das Notícias do Jornal da Cidade (JC).....	50
3. CASO DANIELLE BISPO.....	56

3.1. Desdobramentos.....	64
4. VIOLÊNCIA E ESTIGMAS SOCIAIS.....	71
4.1. Objetificação do corpo feminino.....	73
CONCLUSÃO.....	77
REFERÊNCIAS.....	80
APÊNDICES.....	83
Dado – SP.....	85
Dados – JC.....	89
Questionário.....	108

INTRODUÇÃO

Ainda que as mulheres tenham conquistado ao longo da história importantes vitórias (direitos civis, políticos), não foi possível até aqui superar os pilares do patriarcado que subjuga o gênero feminino e o condiciona a um modelo perverso e violento. De modo que as mulheres continuam relegadas ao secundário (BEAUVOIR, 1970). Vivemos numa sociedade que destina às mulheres a submissão, a passividade, a fragilidade, a inferioridade como características comuns, enquanto atribui ao sexo masculino a força e a virilidade. Essa ideologia pode se manifestar através de exercícios de dominação/exploração, notadamente marcados pela violência (SAFFIOTI, 1987). A violência contra a mulher possui raízes profundas e pode tornar-se mais danosa ao se combinar com desigualdades de classe, raça e poder.

Não raro, nos deparamos com a violência estampada nos jornais: “Morre mais uma mulher”, “Tenho medo que ele abuse das minhas filhas de novo” “Mulher é espancada e torturada por 12 horas”, “Ex-namorado tenta matar garota do Augusto Franco”. Episódios como esses são expressões de uma cruel realidade que tem impacto direto na vida de muitas meninas, adolescentes e mulheres. Essas manchetes expõem marcas da violência sexista, aquela que é baseada no gênero e que revela a concepção de dominação social da mulher pelo homem, onde esta pode vir a sofrer inúmeros tipos de violência simplesmente por ser mulher.

O incômodo pelas vidas arrancadas, um possível aumento de casos de violência contra a mulher ou de registros de boletins de ocorrência e a multiplicação de notícias na mídia¹ motivou, em 2013, manifestações em Aracaju pelo fim da violência doméstica, como aponta o trecho de documento publicado por um movimento de mulheres local:

No último mês de agosto e início de setembro nos deparamos com o assustador aumento do número de casos de violência contra as mulheres e feminicídios, no Estado de Sergipe. Essa é uma realidade cruel e machista a qual todas nós mulheres estamos expostas. A qualquer hora, em qualquer lugar, diariamente, do interior à capital sergipana, os casos são chocantes (...). O motivo desses crimes não é a passionalidade, é o machismo. É a ideia machista da relação sustentada pelo direito de posse, que historicamente os homens têm sobre os corpos e as vidas das mulheres. É a inércia do ESTADO que tem mostrado sua incapacidade de combater, punir e reeducar numa perspectiva emancipadora (NOTA DO COLETIVO DE MULHERES DE ARACAJU SOBRE OS RECENTES CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES EM SERGIPE, 2013).

¹ Matéria “Coletivo de Mulheres faz ato contra violência na SEPM”, Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=149210&pagina=1>>. Acesso em: 12 de abril de 2014.

Situação que também contribuiu para o desenvolvimento desse estudo, cuja primeira inquietação estava em entender as narrativas da imprensa sergipana quando da cobertura de pautas relacionadas à violência contra a mulher.

Para tanto, foi preciso compreender algumas teorias e conceitos que nos auxiliam no desenvolvimento de nossa análise acerca de um fenômeno tão conhecido e enraizado. Afinal, não é por acaso que a temática da violência contra as mulheres é considerada questão de justiça e direitos humanos há aproximadamente três décadas, e de saúde pública há cerca de duas (BRASIL, 1994; 2004; 2006; WAISELFISZ, 2012). E, mesmo antes desse reconhecimento, já era pauta das organizações de mulheres da América Latina e Caribe desde a chamada 2ª onda feminista que teve início nos anos de 1960 (SAGOT, 2014).

Embora bastante problematizado, o fenômeno da violência na vida das mulheres demorou em se tornar uma questão pública. Mas, aos poucos, algumas das demandas foram implementadas enquanto política institucional, o que permitiu que a pauta atingisse outro patamar de visibilidade.

De fato, para que um “problema” tome a forma de um problema social, não basta que encontre agentes socialmente reconhecidos como competentes para examinar sua natureza e propor soluções aceitáveis; ainda será preciso, de alguma forma, impô-lo no cenário dos debates públicos. Por exemplo, a denúncia da condição da mulher pelos movimentos feministas nos anos 1960-1970, foi acompanhada por um trabalho de mobilização. Tal fenômeno pressupõe uma instrumentação social elaborada, como a criação de “grupos” cujas funções são, simultaneamente, materiais (divisão do trabalho de informação e difusão) e simbólicas (dar a enunciados singulares a força de um “trabalho coletivo”) (LENOIR, 1998, p. 88-89).

Como exemplo dessa institucionalização, podemos destacar a criação de diversas organizações não governamentais, a emergência de coletivos de mulheres e, posteriormente, a criação de Organismos de Políticas para as Mulheres (secretarias, delegacias) para tratar, principalmente, do combate à violência doméstica, como veremos adiante em capítulo específico.

Para dar consequência ao trabalho, partirmos das seguintes problematizações: Qual seria o papel do jornalismo ao tratar problemas sociais com essa dimensão? Como são apresentadas as notícias contidas no corpus que tratam da violência contra a mulher? Essas perguntas, mais do que motivadoras desse estudo, são norteadoras da pesquisa que desenvolvemos a partir da análise de dois jornais locais impressos. Um semanário enquadrado no que se define como jornalismo popular, o *Super Popular*; e outro diário, o *Jornal da Cidade*.

Para identificar o tipo de abordagem jornalística nas matérias que tratam de violência de gênero, analisar as características e indicar correlações ou distinções entre os veículos, nos valem os procedimentos metodológicos organizados pela Análise de Conteúdo (AC), desde a sua fundamentação enquanto suporte para as pesquisas sociológicas (BARDIN, 1977) até as suas atualizações dos anos 2000 e aplicabilidades no campo do jornalismo (HERSCOVITZ, 2010).

As contribuições do campo feminista sobre as desigualdades de gênero e a construção de papéis sociais naturalizados ao longo da história nos serviram de lentes com as quais foi possível estabelecer categorias de análise e conexões entre as notícias (interpretações de acontecimentos) e a realidade, optando-se prioritariamente por trabalhar com a obra de Saffiotti (1987, 1994, 2001, 2004) pelo reconhecimento de que dispõe na esfera política e nos espaços acadêmicos e por ter dedicado parte de seus estudos a formulações sobre a violência contra a mulher na sociedade brasileira.

Também se buscou amparo nas noções de acontecimento jornalístico (FRANÇA, 2012) e construção das notícias (TRAQUINA, 2008) para melhor aferir as narrativas midiáticas sobre a violência de gênero em Sergipe contidas no recorte temporal do trabalho. Para analisar como a violência contra a mulher é narrada nos jornais, além das teorias da comunicação e, de elaborações específicas do jornalismo, nos valem ainda as formulações teóricas de Bourdieu (1997) e Champagne (1998). De acordo com os autores, a imprensa contribui para a “fabricação de sentidos dos acontecimentos” e dá a eles uma definição social.

É necessário considerar as estruturas editoriais e a capacidade que cada jornal (entendido como empresa) possui para produzir notícias. Ou seja, como a lógica organizacional do veículo corrobora a narrativa midiática. Sem desconsiderar o fato de que o acontecimento jornalístico vai surgir necessariamente de ações distintas do “vulgar, habitual, cotidiano, repetitivo ou banal” (CHAMPAGNE, 1998, p. 223).

Somam-se aos procedimentos metodológicos do estudo os “esquemas argumentativos” (GAMSON; MODIGLIANI, 1989), úteis para analisar a construção dessas notícias e o conjunto de argumentos que os jornais utilizam para abordar o tema da violência de gênero. Assim, é possível averiguar que dispositivos são acionados durante a elaboração da notícia e quais significações e sentidos são evidenciadas a partir da narrativa escolhida.

Para essa análise vale destacar como elementos importantes o tempo necessário para a produção das matérias, o espaço dedicado ao tema no jornal, a editoria em que o assunto é fixado. Bem como os recursos adotados para trabalhar o conteúdo: uso de metáforas, disposição de imagens e fotografias, escolha das fontes de informação, termos utilizados, entre outros. Essas partes do processo de produção da notícia, quando analisadas, podem revelar o tipo de representação que o veículo quer dar ao acontecimento.

No segundo capítulo deste estudo trazemos um apanhado histórico da violência contra a mulher e das desigualdades oriundas de uma ideologia que é construída a partir da ideia de superioridade do gênero masculino. Os percursos trilhados pelos movimentos reivindicatórios de mulheres, a incorporação de determinadas pautas à agenda política e às políticas de Estado, os problemas de aplicabilidade das políticas públicas e a persistência da violência de gênero como um dos principais entraves para a conquista de igualdade de direitos.

Em seguida, elaboramos um capítulo metodológico onde apresentamos o corpus a ser analisado e as perspectivas teóricas que irão nortear a pesquisa. Apresentado o método e o aporte teórico, partiremos para os capítulos de análise dos jornais. Onde vamos apresentar os perfis institucionais dos veículos, os tipos de notícia encontrados, as categorias criadas para analisar as notícias, aferições quantitativas, de frequência, de conteúdo, bem como as narrativas encontradas sobre a violência contra a mulher em SP e JC.

Dedicamos o capítulo seguinte especificamente à cobertura da morte do Caso Danielle Bispo. A opção por separar essas notícias das demais foi consequência da dimensão e repercussão que o caso ganhou, sendo capa dos dois jornais analisados e permanecendo na mídia por um período maior do que outros casos de feminicídio.

A análise das notícias nos permitiu localizar no tratamento dado a casos de violência contra a mulher nesses jornais a configuração de estereótipos tanto de vítima como de agressores e dedicamos uma parte de nosso trabalho intitulada *Violência e Estereótipo* a essa questão.

Por último, trazemos os resultados obtidos pelo conjunto da análise e algumas reflexões sobre a violência contra a mulher, a sua permanência em nossa sociedade e a necessidade de elaborarmos uma intervenção midiática pautada em elementos menos generalizantes e factuais e, necessariamente, mais reflexivos e profundos. Apontamentos

necessários para uma possível abordagem do tema que não naturalize a violência como uma condicionante da divisão dos gêneros - mulheres violentadas, homens violentos.

1. DO SILÊNCIO À PAUTA: A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA

A sociedade brasileira ainda legitima, através de seus aparelhos de poder, a situação de desigualdade na qual vivem as mulheres. Prova disso é que o agrupamento feminino tem baixíssima presença nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Apesar de normativas internacionais e brasileiras afirmarem a igualdade entre os gêneros, na prática, podemos perceber o seu inverso.

Uma das formas de confirmar essa desigualdade sensível é a presença rotineira da violência nas existências femininas. Em maior ou menor grau, esse fenômeno alimentado pela sociedade patriarcal é velho conhecido das mulheres. Segundo Engels (2006), a primeira forma de dominação foi a dominação da mulher pelo homem. Opressão secular marcada por resistências (organização das mulheres) e persistências (em nossa sociedade permanecem as hierarquias entre os gêneros).

Quando falamos em violências é preciso considerar que são diversas as violações que ferem a autonomia, a integridade, a autoestima, o físico, o psicológico das mulheres e que nenhuma dessas deve ser desprezada nas análises, já que constituem um todo e que coexistem. Para nós, valerá o entendimento de que a violência contra a mulher é aquela que a pessoa do gênero feminino sofre pelo fato de ser mulher e, por sua condição estar associada historicamente a um lugar de subordinação ou inferioridade.

A relação dos dois sexos não é a das duas eletricidades, de dois polos. O homem representa há um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos "os homens" para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo vir o sentido geral da palavra homo. **A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade** (BEAUVOIR, 1970, p. 9, destaque nosso).

Assim, a opressão sofrida pelas mulheres torna-se ainda mais poderosa porque a ela é atribuída a ideia de naturalidade. A desigualdade passa a ser lida com outros contornos, a partir de papéis sociais que tendem a representar a categoria *mulher* como passiva - aquela que consente.

A naturalização de um fenômeno pode nos ser útil também para entender a internalização dessa suposta fragilidade pelas próprias mulheres e, mais além, nos permite compreender a dificuldade de tratar os problemas vivenciados por essa parcela significativa da população como uma questão central e que deve ser discutida como um problema de direitos humanos. Podemos dizer que essas características enraizadas em nossa formação sociocultural reforçam a subjugação e coisificação das mulheres.

Ao falar das consequências de uma sociedade alicerçada pela divisão sexual - e da imposição de um (o masculino) em detrimento de outro (o feminino) -, a violência ganha lugar de destaque. Antes, porém, foi preciso romper com o silêncio, a vergonha e o medo, já que na maior parte das vezes as mulheres em situação de violência têm relações afetivas com seus agressores: são companheiros ou ex-companheiros, pais, parentes.

A forte incidência da violência contra a mulher na esfera privada² foi a razão da criação da Lei 11.340/2007, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, que hoje é o mecanismo de combate à violência doméstica mais reconhecido pela sociedade brasileira.

Na esfera pública, o assédio é a representação mais comum de violações contra a dignidade sexual da mulher. Essa violência pode ainda ser institucional, quando é legitimada ou protagonizada por organismos públicos. É o que acontece quando dos julgamentos policiais acerca da mulher que registra queixa na delegacia sobre a violência que sofreu e é entendida como alguém que consente com o ato violento por ter relações com o agressor ou quando a uma mulher não é assegurada a assistência devida durante uma gestação.

A violência baseada no gênero é tida como um grande empecilho para a conquista de direitos iguais. O fenômeno foi apropriado por muitas décadas no Brasil e na América Latina como uma das principais bandeiras de luta dos movimentos de mulheres, e, é durante a década de 80 que ganhará tratamento - no caso brasileiro - a partir de políticas públicas, como as demandas por delegacias e centros de referência especializados para atender a mulher.

Ainda nos anos 80, como conquista da luta contra a violência, foram instituídas as primeiras Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher. A primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) foi criada em São Paulo, em agosto de 1985, pelo governo

² Vemos que em todas as faixas etárias, o local de residência da mulher é o que decididamente prepondera nas situações de violência, com maior incidência até os 10 anos de idade, e a partir dos 40 anos da mulher. Esse dado – 68,8% dos incidentes acontecendo na residência – já permite entender que é no âmbito doméstico onde se gera a maior parte das situações de violência experimentadas pelas mulheres. Extraído de Mapa da Violência, 2012, Caderno Complementar 1: homicídios de mulheres no Brasil.

Franco Montoro (PMDB), pressionado pelo movimento de mulheres e Conselho Estadual da Condição Feminina (SAFFIOTI, 1994).

Vale ressaltar que o Brasil foi um dos últimos países latino-americanos a aprovar uma legislação especial, mas ao colocar no cenário normativo nacional uma lei para coibir e prevenir a violência familiar contra a mulher corroborou o aumento de denúncias de agressões e pôs o assunto na ordem do dia.

Também precisamos considerar que “a violência contra as mulheres é multidimensional e que afeta todas as classes, constituindo-se como uma das principais formas de violação aos direitos humanos, atingindo as mulheres em seu direito à vida, à saúde e à integridade física” (Relatório Anual Socioeconômico da Mulher, 2013, p. 101). Sem, contudo, deixar de pontuar as particularidades ou desigualdades outras (o racismo, por exemplo).

Os Mapas da Violência que abordam a questão destacam a incidência da raça/cor na violência contra as mulheres e em 2015³, segundo o documento, enquanto o número de homicídios de mulheres brancas cai de 1.747 vítimas, em 2003, para 1.576, em 2013, os homicídios de negras aumentam 54,2% no mesmo período, passando de 1.864 para 2.875 vítimas. Dados que reforçam a ideia de que apesar de a violência potencialmente atingir a todas as mulheres, há um determinado grupo que carece de mais atenção exatamente por estar na base da pirâmide social, ou seja, a violência é desigual e combinada a outras questões sociais.

Estudos anteriores sobre impacto das políticas de Estado no tratamento da violência sexista alertam ainda para outro problema grave quando falamos de grupos em situação de vulnerabilidade, a revitimização. Reconhecida, inclusive pelos aparelhos de Estado que tratam da questão, a revitimização ganha forma nas barreiras encontradas pelas mulheres que decidem formalizar a queixa contra uma agressão sofrida, podendo esta ser um acolhimento inadequado, com a imposição de condutas e resoluções que não são necessariamente as pretendidas pelas mulheres que procuram os serviços de assistência, até mesmo a ausência de acesso à justiça e a mecanismos de proteção que possibilitem à mulher o devido o respaldo de sua integridade frente ao agressor, a inexistência de medidas de segurança acaba por levar muitas à morte.

³ Mapa da Violência: Homicídios de mulheres no Brasil, 2015. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2016.

Paradoxalmente, o reconhecimento da gravidade do problema que é concreto na vida de muitas mulheres, não é convertido nos âmbitos federal, estadual e municipal, em políticas públicas eficazes e que atuem para além do código penal e de seu punitivismo inerente. São escassos os recursos de órgãos estratégicos para atuar no combate à violência machista.

Limitações orçamentárias e políticas que impedem ações efetivas e fazem com que, de modo geral, o quadro seja mais de diagnóstico e menos de ações combativas. Essa não priorização também é oriunda de uma cultura sexista, e se justifica pela disparidade entre a presença masculina e feminina nos postos estratégicos de tomada de decisão. Elementos esses que ao permanecerem, reinscrevem a violência, notadamente a doméstica, em seu estigma de pouca visibilidade enquanto questão pública.

Também é contraditório o fato de que a reivindicação por uma vida livre de violência tenha como solução imediata o registro de queixa policial e o desenrolar de um processo jurídico. Longe de resolver o problema de fundo, a aparente saída de registros de boletins de ocorrência para casos de agressão e ameaça, rapidamente caiu de volta nas costas da mulher. A criminalização de parceiros ou ex-parceiros e familiares não é necessariamente a medida esperada por uma pessoa em situação de violência, mas é objeto da lei.

Assim, mulheres que preferem retirar a queixa contra seus agressores são lidas socialmente como aquelas que calam ao sofrer uma violação. É com esse impasse que se fortalece a representação de uma mulher que “gosta de apanhar”, que é “mulher de bandido”, para a qual “todo castigo é pouco” e outros tantos julgamentos impregnados no senso comum.

Para solucionar o impasse e garantir a consequência do procedimento jurídico, o protagonismo da mulher foi tolhido novamente com a decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em fevereiro de 2012, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.424, segundo a qual o Estado deve atuar nos casos enquadrados na Lei Maria da Penha ainda que a vítima não denuncie seu agressor formalmente ou mesmo quando esta decida retirar a queixa.

A ausência de poder de escolha durante o processo contra o homem autor de violência pode ter implicações danosas na vida daquela que recorreu à Justiça para se salvar de um cenário conflituoso. O que se agrava quando outros procedimentos são negligenciados, como o acompanhamento psicológico e o acesso a medidas protetivas eficazes – já que é sabido que muitas mulheres sofrem novas violências de seus agressores

mesmo após o registro formal da denúncia. O assassinato de Danielle Bispo é um triste exemplo: a funcionária terceirizada da Universidade Federal de Sergipe morreu com o boletim de ocorrência na bolsa.

É importante considerar que apesar de a violência contra as mulheres ter ganhado tratamento, ainda que pesem as deficiências no sistema, as leis e as políticas de proteção não chegam da mesma forma para todas e também não têm impedido a violência de gênero e a morte de mulheres. Segundo o estudo “Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil”, publicado em 2013 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), principalmente negras, jovens e moradoras de áreas periféricas, continuaram a ser vítimas do feminicídio. O decréscimo da taxa de assassinato de mulheres ocorreu somente em 2007, quando a Lei Maria da Penha entrou em vigor, mas depois voltou a crescer. Em todo o território brasileiro ocorrem em média 472 mortes a cada mês, 15 a cada dia, ou uma a cada hora e meia.

Em pouco mais de trinta anos, contabilizamos mais 100 mil assassinatos de mulheres. Número correspondente à população de cidades sergipanas inteiras, como Itabaiana, Lagarto, São Cristóvão. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é o quinto no ranking de homicídios de mulheres no mundo, liderado por El Salvador, Colômbia, Guatemala e a Federação Russa.

Enquanto os índices apavoram, outra pesquisa demonstra a insuficiência da rede de atendimento. A nota técnica intitulada “A Institucionalização das Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no Brasil”, elaborada pelo Ipea, mostra que, até julho de 2013, em apenas 10% dos municípios brasileiros havia sido instalados Organismos de Políticas para as Mulheres, previstos em lei e que serviriam de “ferramentas de formulação, monitoramento e coordenação das políticas que promovem a defesa dos direitos das mulheres” (IPEA, 2015, p.33).

Quando falamos em acolhimento a situação se complica ainda mais. São apenas 14 Centros Especializados da Mulher em 191 cidades e 77 Casas de Abrigo no país – números que suprem 1,3% da demanda; Existem apenas 92 Serviços Especializados de Saúde às Mulheres em Situação de Violência em 37 municípios (0,37%). Mesmo as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, onde mais se investiu na última década, existem em 362 cidades (6,5%), também há 125 núcleos de atendimento em delegacias comuns em 94 municípios (1,7%); 53 Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher em 32

municípios (0,6%) e 45 Varas Adaptadas de Violência Doméstica e Familiar em 33 municípios (0,6%).

Para além dos problemas da precária rede de atendimento às vítimas, podemos identificar que quando questões de dimensões tão graves - violência doméstica, feminicídio - ainda não foram sanadas não é de se estranhar que outras violências continuem secundarizadas ou mesmo invisibilizadas. É o que ocorre com a negligência à saúde das mulheres e, em especial, as mulheres negras, as mulheres gestantes. Os constantes abusos a que essas mulheres eram submetidas em redes públicas de saúde deram origem à luta pelo fim da violência obstétrica no Brasil. Dados do Ministério da Saúde revelam que atualmente 60% da mortalidade materna vitimam mulheres negras, contra 34% da mortalidade entre mães brancas. Entre as atendidas pelo SUS, 56% das gestantes negras e 55% das pardas afirmaram que realizaram menos consultas pré-natal do que as brancas.

A superação da violência e o tratamento dado aos casos que se repetem em nossa sociedade não podem prescindir de uma discussão cuidadosa. Ou seja, precisamos elaborar uma visão de mundo que não desconsidere um agrupamento que representa mais da metade da população mundial, sobretudo as mulheres pobres e negras, relegadas a invisibilidade enquanto sujeitas de direito.

O enfretamento da violência, que agora ocupa mais centralidade, a partir das denúncias e de movimentos reivindicatórios, perpassa inevitavelmente por mudanças estruturais da sociedade, mas também - e eis porque nos valem do campo da comunicação para tratar do fenômeno -, por mudanças culturais. Já que o machismo, principal motivador da violência contra as mulheres, está presente em diversos aspectos simbólicos, na forma como nos relacionamos, na maneira com priorizamos determinadas pautas e descuidamos de outras.

1.1. A violência contra a mulher e o acontecimento jornalístico

Considerando a centralidade da imprensa na seleção dos assuntos sobre os quais vamos pensar e as suas interferências na construção e/ou reprodução de valores simbólicos, o estudo vai analisar como se relaciona a violência contra as mulheres e a cobertura midiática em Sergipe, a partir dos veículos que compõem o corpus. Tendo como noção de acontecimento aquilo que:

Acontece *a alguém*; ele não é independente nem autoexplicativo, não são suas características intrínsecas que fazem o seu destaque, mas o poder que ele tem de afetar um sujeito – uma pessoa, uma coletividade. O acontecimento o é porque interrompe uma rotina, atravessa o já esperado e conhecido, se faz notar por aqueles a quem ele acontece. Uma ocorrência que não nos afeta não se torna um acontecimento no domínio da nossa vida. É simples fato, do qual até podemos tomar conhecimento, mas pelo qual não somos tocados. Este primeiro aspecto nos permite uma conclusão importante: os acontecimentos se inserem em nossa experiência, na experiência humana, no âmbito de nossa vivência. (FRANÇA, 2012, p. 13).

Para ajudar na seleção das notícias que versem sobre o tema, vamos entender como violência contra a mulher - sexista, de gênero - todo e qualquer engendramento que viole direitos humanos, em específico contra as mulheres, agrupamento historicamente oprimido pela cultura do patriarcado, modelo societário onde prevalece a expressão do poder político dos homens (SAFFIOTI, 2004, p. 127).

Um breve exercício de memória nos permitirá lembrar rapidamente de alguma notícia de violência que tinha como alvo uma mulher. A recorrência é fundamentada estatisticamente, haja vista que o Brasil transita entre os países com altos índices de violência doméstica, osbstrétrica, estupro e feminicídio.

O que nos sugere uma reflexão sobre o porquê de a violência motivada pelo machismo ser crescente em nossa sociedade e sinaliza para o entendimento de que as relações de gênero perduram ao longo de nossa história (MACHADO, 1998).

Quando mencionamos anteriormente dados que apontavam para um crescimento da violência consideramos que nem sempre se pôde falar abertamente sobre o assunto, pois a manifestação desse tipo de violência ocorre, como sabemos na maior parte dos casos, em espaços privados, o que acarreta prejuízos ainda maiores, pois dificulta a identificação do problema e, conseqüentemente, impede a adoção de medidas que visam erradicar esta prática e promover o direito de as mulheres viverem livre de agressões (SAFFIOTI, 2004, p. 76).

Quebrar o silêncio foi importante para desmistificar espectros pré-estabelecidos sobre a família, o papel da mulher e o rebaixamento do sexo feminino à condição de objeto ou propriedade de seus cônjuges, parceiros. Mecanismos, como as leis e a organização das mulheres ao longo dos anos também contribuíram para que o debate pudesse vir à tona e que partir dele emergissem novas reflexões.

Coube à agenda midiática a sua parte, sendo a violência contra as mulheres fato noticiado de norte a sul do país. Somos surpreendidas/os com trágicas marcas desse latente problema social - que contraditoriamente persiste. A mulher vítima do sexismo, a vida ceifada

pela possessividade, o corpo tombado pelo patriarcado. A mulher que cabe na manchete e as outras que não cabem na notícia.

Em nossas memórias coletivas, Maria, Eloá, Sandra, Mércia, Danielle (...), permanecem, de algum modo, vivas. Quais sentidos acionamos? Quais argumentos são levantados por quem produz a notícia? Perguntas que inquietam e que nos fazem refletir: afinal, como a violência machista é traduzida em notícia?

No campo do jornalismo, a limitação das coberturas, de modo geral, é justificada por uma série de fatores: tempo (imediatismo), constrangimentos organizacionais, rotinas instituídas, entre outros que interferem no texto/produto jornalístico (TRAQUINA, 2008).

Não se trata aqui de afirmar a manipulação como máxima da produção de notícias, mas de atentar para as inúmeras mediações - negociações - que vão sendo engendradas na confecção do texto jornalístico, já que:

A informação e particularmente a apresentação e seleção dos fatos constituem, sobretudo no campo político, um importante desafio; é a razão pela qual a imprensa, estruturada do ponto de vista político, tenta impor a partir dos fatos que relata (...), uma imagem social, positiva ou negativa, do acontecimento (CHAMPAGNE, 1998, p. 220).

Essas costuras corroboram a “fabricação de sentido” para determinados acontecimentos e estão atreladas à leitura de mundo dos profissionais da comunicação inseridos num determinado espaço/veículo, que por sua vez também carrega valores e preceitos próprios.

Posto este cenário, partiremos da seguinte questão: como a violência contra a mulher é narrada nos jornais? Esse é o problema central da pesquisa que se pretende executar a partir da análise de dois jornais locais impressos, o semanário *Super Popular* e o diário *Jornal da Cidade*.

Também é preciso considerar as diferenças regionais no que tange a aceitação cultural da violência contra a mulher. O estudo “Violência contra a mulher: feminicídio no Brasil”, já citado aqui, que analisou principalmente o período 2009-2011, sinaliza que a região nordeste apresenta maiores índices de violência contra a mulher, de modo geral, e feminicídio. Já o estado de Sergipe ocupa a 18ª posição no ranking de homicídios de mulheres, de acordo com o *Mapa da Violência* publicado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais.

Estudos semelhantes já foram desenvolvidos em outras localidades, como Santos (2013), que fez essa análise em São Paulo e Rocamora, Rius, Mollet (2015) que estudam a temática aplicada à realidade da Catalunha.

As leituras que precederam a estruturação da pesquisa apontam para a relevância da temática e também sinalizam possíveis particularidades quando consideramos contextos diferentes - espaço geográfico, cultural e político em que o trabalho é desenvolvido. De certo, um fenômeno antes restrito à esfera privada, a violência contra a mulher torna-se assunto público e já não é mais possível o seu confinamento.

Objeto de luta permanente, o tema hoje abordado como frequência pela imprensa demanda uma especial atenção, sobretudo porque a notícia é uma realidade construída e são os jornalistas agentes responsáveis por estabelecer significações sociais para esse e outros conflitos:

Não existe, em si, uma definição científica de “opinião pública”, mas somente um conjunto de agentes (políticos, jornalistas, especialistas em sondagens, etc.), variável no decorrer do tempo, que lutaram para impor uma definição legítima de “opinião pública” e, por conseguinte, os agentes que podem falar em seu nome (CHAMPAGNE, 1998, pp. 185-186).

É por considerar as potencialidades da mídia e de seus operadores em pautar, tornar público e imprimir significados que analisar as narrativas e discutir a violência de gênero apontada em pesquisas, políticas públicas e manifestações sociais a partir do campo da comunicação e, em específico, do jornalismo apresenta-se como uma das possibilidades de reflexão sobre a realidade. Sendo imprescindível para a análise uma ponderação sobre as mediações e a seletividade dos meios, pois ao privilegiar certos aspectos, constroem interpretações do acontecimento e acionam sentidos a partir da abordagem escolhida.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DAS NOTÍCIAS

Pretende-se trabalhar aqui a fundamentação metodológica pensada para a análise das notícias, destacando o processo de composição do corpus, o procedimento escolhido para dar consequência ao estudo e as teorias da comunicação e da sociologia que nos foram úteis para entender o nosso problema de pesquisa e, mais ainda, possibilitaram a construção de categorias de análise e também determinadas inferências quanto ao conteúdo jornalístico e as narrativas postas em evidência quando o assunto abordado pelos veículos foi relativo à violência contra a mulher.

2.1. Fundamentação

Para analisar a cobertura midiática dos casos de violência contra a mulher nos jornais Super Popular (SP) e Jornal da Cidade (JC), identificar o tipo de abordagem contido nas matérias que tratam do tema e comparar as características dessa cobertura nos dois veículos que integram o estudo, optou-se por cruzar elementos básicos do jornalismo (critérios de noticiabilidade, linguagem jornalística, divisão em editorias entre outras características) com os procedimentos metodológicos desenvolvidos pela Análise de Conteúdo (AC), bastante difundidos e utilizados em pesquisas do campo da comunicação.

O conjunto de valores que determinam se certo assunto tem a capacidade de ser elaborado e transformado em notícia carrega a alcunha de critérios de noticiabilidade. Esses valores-notícia são construídos a partir de um contexto - que notadamente não é exclusivo do jornalismo. Ou seja, se a temática “violência contra a mulher” dispõe de elementos suficientemente relevantes para justificar a sua constante aparição na imprensa, podemos aferir que o assunto carrega consigo um interesse social.

A previsibilidade do esquema geral das notícias deve-se à existência de critérios de noticiabilidade, isto é, à existência de valores notícia que os membros da tribo jornalística partilham. Podemos definir o conceito de noticiabilidade como o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia (TRAQUINA, 2005, p. 63).

Alusão semelhante pode-se fazer sobre a *Teoria do Agendamento* (agenda setting), que também pode ser traduzida como “a capacidade de a mídia criar e sustentar a relevância de um tema” (WOLF, 2005, p. 142), e que por sua vez não pode ser entendida distante de uma dada realidade.

Tal reflexão exige adicionalmente, para a compreensão da ação da imprensa, a própria compreensão acerca dos destinatários e de seus conhecimentos sobre a pauta a ser debatida. Trata-se de uma relação complexa, que pode tender à reprodução de valores arraigados na sociedade. A elaboração de Genro Filho (1987) nos ajuda a construir uma percepção melhor delineada sobre implicações do fazer jornalístico.

Assim como cada disciplina científica constrói os *fatos* com os quais trabalha, a *notícia* é a unidade básica de informação do jornalismo. São os *fatos jornalísticos* , objeto das notícias, que constituem a menor unidade de significação. O jornalismo tem uma maneira própria de perceber e produzir "seus fatos". Sabemos que os fatos não existem previamente como tais. Existe um fluxo objetivo na realidade, de onde os fatos são recortados e construídos obedecendo a determinações ao mesmo tempo objetivas e subjetivas (GENRO FILHO, 1987, p. 184).

Para nos auxiliar na interpretação das determinações objetivas e subjetivas, as contribuições da sociologia são pontuais, sobretudo, no que tange a produção social de sentido. Até porque a própria concepção do termo *gênero* e de suas expressões derivadas perpassa por diferentes áreas (MACHADO, 1998). A passagem por estudos sociológicos nos fornece subsídios para um melhor domínio acerca da construção da categoria social de *mulher* . Sobretudo, porque assimilar esses processos enquanto construções - que exprimem determinadas visões de mundo - é coerente com as possibilidades de superação do momento atual.

Heleieth Saffioti (2004) e Bourdieu (2002) apontam contribuições que tratam da inferiorização da mulher e da dominação masculina, fenômenos que são correspondentes e complementares. Interessa-nos saber se os veículos aqui analisados corroboram ou desconstróem essa visão ao elaborar as suas narrativas sobre as violências sofridas pelas mulheres.

As reflexões sobre as narrativas produzidas pela imprensa esbarram na dinâmica de trabalho e na rotina produtiva de jornal. O fator tempo, por exemplo, condiciona o processo de produção das notícias e atende à celeridade e à demanda do mercado, ao mesmo passo, faz com que outros fatores igualmente importantes para a noticiabilidade dos fatos, sobretudo aqueles atrelados ao interesse público, fiquem em segundo plano.

Outra questão que deve ser levada em consideração diz respeito às fontes que os veículos consultam quando dos casos de violência contra a mulher. Restringem-se às vítimas e/ou às fontes oficiais (delegacia da mulher, secretarias de governo), ou garantem a participação de outras vozes (organizações feministas, profissionais da saúde)?

Refletir sobre o conteúdo expresso nas notícias, portanto, não descarta considerações sobre o processo de produção, o *deadline*, entre outros fatores. Embora o elemento central desse estudo seja o entendimento da comunicação e seus meios como um espaço de produção e reprodução de valores simbólicos. Cabendo ainda ressaltar que:

As definições do que é notícia estão inseridas historicamente e a definição da noticiabilidade de um acontecimento ou de um assunto implica um esboço da compreensão contemporânea do significado dos acontecimentos como regras do comportamento humano e institucional (TRAQUINA, 2008, p. 95).

A conformação de perspectiva teórica desse projeto perpassa por um campo literário que compreende as teorias do jornalismo e da comunicação, bem como contribuições do campo sociológico, por entender que o diálogo entre os campos nos fornece base para traçar análises mais aprofundadas.

As contribuições dos estudos feministas estão entrelaçadas a essa pesquisa desde a escolha do objeto até chegar ao entendimento de que o feminismo é, além de lugar político, um campo teórico e uma prática interpretativa de onde derivam os estudos de gênero (SCHMIDT, 2004).

2.2. O Recorte

O recorte temporal para a análise dos jornais é de 90 dias e engloba os meses de julho, agosto e setembro de 2013. Durante esse período foi possível observar uma forte incidência na mídia sergipana de casos de violência doméstica. Notadamente, no mês de agosto quando aconteceu no mesmo dia o assassinato da trabalhadora terceirizada Danielle Bispo na UFS e o espancamento de uma mulher por mais de 12 horas⁴ – caso que foi noticiado em programa de rede nacional classificado no gênero “jornalismo policial”. Assim, optou-se por verificar a frequência da temática em agosto, no mês anterior e posterior.

⁴ “Uma mulher foi espancada pelo ex-marido durante 12 horas em Sergipe. O homem também cortou o cabelo da vítima com uma faca e ameaçou matar a família dela se fosse denunciado. Eles foram casados por cinco anos”. Trecho extraído da matéria ‘Mulher é espancada e torturada por 12 horas por ex-marido em Sergipe’, divulgada no Portal R7. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/cidades/mulher-e-espancada-e-torturada-por-12-horas-por-ex-marido-em-sergipe-28082013>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

O corpus foi composto, então, por 13 edições do semanário SP (edições impressas) e 78 edições do diário JC (acervo digitalizado), onde foram encontradas 125 notícias correlacionadas à violência contra a mulher. Considerado o material a ser analisado, tomamos as seguintes contribuições para desenvolver as análises:

Desde a sua presença nos primeiros trabalhos da *communication research* às recentes pesquisas sobre novas tecnologias, passando pelos estudos culturais e de recepção, esse método (Análise de Conteúdo) tem demonstrado grande capacidade de adaptação aos desafios emergentes da comunicação e de outros campos do conhecimento. (FONSECA JR, 2005, p. 280 - adendo nosso).

A partir da AC é possível constituir um mapeamento qualificado do objeto de estudo. Esse método de pesquisa será priorizado por sua função de inferência (BARDIN, 1977, p.133) e será trabalhado a partir de indicadores que dizem respeito ao conteúdo apresentado nas notícias e as classificações específicas destas.

Vale-se desse método entendendo que não pode haver dicotomia entre o método (averiguação) e o conteúdo da pesquisa (fundamentação) sob pena de traçarmos análises de conteúdo escassas em contribuições sociais. Essa tipologia metodológica é aplicada às pesquisas, através de palavras indutoras, categorias, métodos de comparação e aferição e afins, elementos variáveis de acordo com o estudo em desenvolvimento (BARDIN, 1977).

Outros elementos serão considerados auxiliares, como a análise morfológica das páginas dos jornais dedicadas ao tema (tamanho das matérias, fotos, ilustrações, etc.). Elementos referendados pelas teorias que versam sobre o enquadramento Matthes e Kohring (2008), Zhongdang; Kosicki (2001) e Reese (2001) e que foram adicionados a essa pesquisa tendo como referência o trabalho de Vimieiro (2010).

Frisa-se, ao concordar com Herscovitz (2015, p. 126) que a opção pelo método da Análise de Conteúdo aqui supera a dicotomia entre o quantitativo e o qualitativo, por entender que ambas as partes fornecem informações importantes seja para validar o problema, seja para o desenvolvimento de inferências e interpretações, que devem ir além do estritamente explícito, já que estamos a trabalhar com a simbologia e os sentidos a partir de construções jornalísticas.

Como fonte complementar de dados, tem-se a aplicação de questionários no desenvolvimento da pesquisa para verificar que elementos são levados em consideração no ato da produção da notícia (valores-notícia, *ethos* profissional, valoração de ordem pessoal,

senso comum). Os questionários são destinados aos repórteres que produziram matérias que integram esta pesquisa. Contudo, causou estranhamento a constatação de que das 91 edições analisada, menos de 10% das notícias continham assinaturas, sendo apenas possível identificar cinco jornalistas. Dos quais apenas 2 jornalistas da equipe do Jornal da Cidade se disponibilizaram a responder as questões, consideramos as respostas obtidas por esses profissionais, mas é sabido que essa amostragem não pode ser considerada representativa.

2.3. A Análise

Para mergulhar no objeto e desenvolver uma análise da cobertura midiática sobre a violência contra a mulher a partir do nosso corpus, recorremos a uma breve contextualização do tratamento dado pela mídia à violência de gênero, resgatando leituras e trabalhos desenvolvidos por outras pesquisadoras e pesquisadores. Considerando os critérios de seleção da notícia e mesmo o capital midiático que os veículos possuem, trouxemos um perfil dos jornais analisados e em seguida partimos para as categorizações e interpretações das notícias que encontramos.

Podemos medir a desigualdade entre homens e mulheres a partir de diversas variantes, desde índices econômicos aos locais de fala ou ocupação de espaços de poder. Se considerarmos a mídia como um dos espaços centrais de fomento ao debate de ideias em nossa sociedade, vamos constatar que:

Não existem pesquisas quantitativas regulares na mídia e cultura sobre a equidade de gênero no Brasil. Em 2011, foi realizada uma pesquisa sobre a cobertura jornalística e a abordagem de gênero ao longo do ano de 2010 (**realizada pelo Instituto Patrícia Galvão e ANDI**). O tema da violência, entre os três pesquisados (além de trabalho e poder de decisão) foi o mais abordado pela mídia. O foco dos artigos de jornais que retratavam casos de violência contra as mulheres era a relação familiar e pessoal das vítimas com seus agressores. **Não havia questionamento da cultura misógina que favorece a violência contra as mulheres e permite que continue naturalizada entre as famílias, instituições e formadoras/es de opinião em geral.** Tal posicionamento tende a reforçar a noção de que a violência doméstica não é um problema público e, portanto, político, mas uma questão privada, das famílias e de seus membros. Um indicador desta relação entre a violência doméstica e o mundo privado das relações familiares é que em 96% das notícias não havia informações sobre as redes de atendimento às mulheres em situação de violência. (RELATÓRIO ANUAL SOCIOECONÔMICO DA MULHER, 2013, p. 145, com adendo nosso).

Enquanto entende-se o problema como uma questão de ordem privada, uma em cada cinco mulheres é espancada no Brasil⁵. Retirar do tema o entendimento de que esse seria um problema individual (das mulheres) ou privado (restrito à esfera doméstica) é um dos entraves que precisa ser superado. Assim como já foi superado o silenciamento midiático a respeito da violência contra a mulher, que até a década de 90 mantinha-se engavetada nas redações jornalísticas - fato que intrigava pesquisadores da área de gênero (PAIVA; RAMOS, 2007).

O problema que orienta as pesquisas atuais - Rocamora, Rius, Mollet (2015) - é o fato de que na maior parte das vezes, vamos encontrar notícias pouco reflexivas e com conteúdo semelhante aos relatos contidos nos boletins de ocorrência. Assim, o assunto fica quase que restrito à classificação de pitoresco, de crimes que chocam, ou se conforma na categoria de fenômenos sociais relativamente ocultos (SAFFIOTI, 2004), já que não são acompanhados de reflexões mais densas.

Tendo como “dimensões e direções de análise”, (BARDIN, 1977, p. 99) desta dissertação os diagnósticos encontrados em estudos anteriores e partindo da hipótese de uma cobertura pouco reflexiva sobre a temática, a imersão no corpus deu-se levando em conta o fato de que a imprensa também coproduz o acontecimento (CHAMPAGNE, 1998, p.220) e, assim sendo, como destacou Petrarca (2005, p. 5), "para compreender como a mídia constrói categorias é fundamental que se considere a forma como ela está estruturada e as relações que estabelece com outros campos sociais".

2.4. Perfil institucional dos jornais

Assim, para tratar da construção da notícia em dois veículos distintos fez-se necessário obter algumas informações institucionais. O Jornal Super Popular deixou de circular em 2014 e a principal motivação para o seu fechamento foi o baixo retorno financeiro. O semanário surgiu como um “filho mais popular” de outro jornal, o Cinform, dirigido pela família Bonfim. Os maiores clientes do Cinform são o governo do estado e a prefeitura de Aracaju, construtoras também são responsáveis por contribuições constantes na folha comercial, com destaque para a Cosil.

⁵ Pesquisa DataSenado, 2015. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/uma-em-cada-5-mulheres-ja-foi-espancada-no-brasil/#ixzz3ibWkLlNI>. Acesso em: 12 de agosto de 2015.

Na edição 140 desse jornal - integrante do material de análise - o editorial “Para que(m) serve o Jornalismo?”, que faz uma referência aos processos contestatórios que tomavam as ruas do país e uma crítica a criminalização dos manifestantes por parte da mídia, podemos extrair o entendimento que o veículo possui acerca da elaboração de um produto noticioso: “O jornal Super Popular, ao longo dos seus breves 2 anos, de muitas mudanças, erros e acertos, tenta fazer um Jornalismo popular (por mais redundante que isso seja), que ousa se posicionar do lado do mais fraco, do esquecido pelas autoridades e só lembrado na época das eleições. Pensamos que, ao escrever cada matéria, cada notinha, cada linha, cada frase, o jornalista deve estar pensando para quem serve e para quem está servindo o seu trabalho”.

Já o Jornal da Cidade - que cita Beaumarchais em seu cabeçalho “sem a liberdade de criticar, não existe elogio sincero” - foi fundado em 1972, é dirigido pela família Franco e entre os principais anunciantes encontram-se o governo do estado, a prefeitura de Aracaju, as construtoras Celi e Norcon e a Universidade Tiradentes.

Nos dois casos, considerando que o “grau de autonomia de um órgão de difusão se mede sem dúvida pela parcela de suas receitas que provém da publicidade e da ajuda do Estado (sob a forma de publicidade ou de subvenção) e também pelo grau de concentração dos anunciantes”. (BOURDIEU, 1997, p. 81), podemos problematizar as limitações e intencionalidades dos veículos.

2.5. Análise dos Jornais Super Popular e Jornal da Cidade

2.5.1. Categorias de violência

Tendo como unidade de registro (UR) para nossa análise os *relatos sobre a violência contra a mulher* vamos considerar como elemento passível de investigação toda e qualquer notícia que mencione o termo ou apresente correlações com o nosso objeto, já que muitas vezes a violência de gênero é subnotificada ou mesmo ignorada. Curiosamente, a subnotificação desse tipo de violência é consenso em órgãos como delegacias e secretarias da mulher ou ainda no movimento de mulheres. Para ilustrar essa situação, tomemos como exemplo o atendimento às gestantes em hospitais e maternidades: quando feitas as coberturas, as críticas que versam sobre a qualidade do atendimento, referem-se a “maus tratos”, “negligência”, entre outros, mas é difícil encontrar tanto no texto jornalístico, quanto nos

depoimentos de entrevistadas/os a expressão *violência obstétrica*, ainda que essa seja reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), tenha sido pautada em seminário realizado na Câmara de Deputados⁶ e conste como uma das reivindicações das mulheres quando da elaboração de dossiê sobre a violência contra a mulher no Brasil. Portanto, optou-se por exaurir todas as possibilidades de omissões de violências, sendo necessária à nossa triagem além da busca por palavras-chave, a leitura sistemática e detalhada de todos os exemplares que integram o corpus, sem descartar uma notícia a partir do título ou lead (primeiro parágrafo – informações básicas), por exemplo.

A mesma preocupação norteou o processo de escolhas das categorias para a efetivação da análise de conteúdo. Utilizamos a definição da Convenção de Belém do Pará (1994), para configurar a nossa unidade de análise. Segundo o documento, a violência contra a mulher constitui “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”. Assim, consideradas a subnotificação e a abrangência, delimitamos os seguintes itens para compor a categoria *tema*:

a) Políticas Públicas, Leis e Participação Social: localizam-se nesse espaço conteúdos informativos que versem sobre a aplicação e avaliação das leis, projetos de lei e suas fases de tramitação (regulamentação da prostituição, atendimento às vítimas de violência sexual pelo Sistema Único de Saúde), implementação de políticas públicas e programas de governo e ainda ações da sociedade civil que reivindiquem a aplicação ou criação de mecanismo para tratar da violência contra a mulher.

b) Violência Obstétrica: violência relacionada ao período gestacional da mulher, sendo consideradas integrantes desse item, notícias que tratem da falta de atendimento em unidades de saúde, superlotação, mortalidade materna, negligência, maus tratos com gestantes.

c) Agressão, Tortura e Ameaça: enquadram-se aqui todos os acontecimentos que tratem de violência física contra a mulher, inclusive casos em que a tentativa de assassinato mostrou-se frustrada.

⁶ Seminário promovido pela Comissão de Direitos Humanos: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/467482-MAES-RECLAMAM-DE-VIOLENCIA-OBSTETRICA-EM-SEMINARIO-SOBRE-VIOLENCIA-CONTRA-MULHER.html>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2016.

d) Femicídio: o item engloba especificamente casos em que as mulheres foram vítimas fatais, bem como seus desdobramentos. Por exemplo: artigo de opinião após um caso de feminicídio.

e) Estupro: aqui estarão incluídas as menções relacionadas à violência sexual. A decisão baseia-se especificamente nas mudanças do código penal relacionadas ao crime contra a liberdade sexual, quando o estupro passou a abranger também o ato libidinoso e não apenas a conjunção carnal.

f) Extorsão: para essa subdivisão foram considerados casos em que houvesse dano material da vítima em que pese a relação de gênero.

g) Mamaço: o item configura-se como uma manifestação específica de mulheres mães e profissionais de saúde, destacando-se o direito à amamentação em ambientes públicos, inclusive em locais de trabalho.

h) Tráfico de Pessoas: tópico considerado em razão de o público alvo desse tipo de violência ser feminino.

i) Necrofilia: considerada pelo fato de a violência ter sido contra um corpo feminino e ainda por ser porque se enquadra no item que inclui a agressão, por exemplo, permaneceria escondida estatisticamente.

j) Assédio: relacionado a ato invasivo, que viole a intimidade da mulher, sem que exista ameaça ou agressão física.

l) Lesbofobia: violência cometida contra mulheres pelo fato de estas manifestarem relacionamento homoafetivo.

As outras categorias que integram a análise foram elaboradas considerando componentes comuns das notícias: fontes, rubrica e tipo de texto. A primeira parte da análise dedicou-se a aferições quantitativas, tendo com ponto de partida a averiguação da pertinência do tema a partir da frequência.

Para os casos de violência sexual e doméstica, onde localizamos algumas particularidades referentes ao perfil da vítima, vale destacar que foram considerados todos os casos em que a vítima era do sexo feminino e o agressor do sexo masculino,

independentemente da idade, considerações feitas também pelas instituições tidas como referência neste trabalho, a exemplo da Flacso e Ipea.

Assim, a violência contra meninas e adolescentes, desde que relacionada ao que identificamos como violência de gênero, está inclusa em nossa análise. Outra particularidade trata-se dos casos em que o agressor cometeu mais de uma violência; nessas ocasiões, assinalaram-se todos os tipos de violência apresentados.

2.5.2. Frequência/Ausência

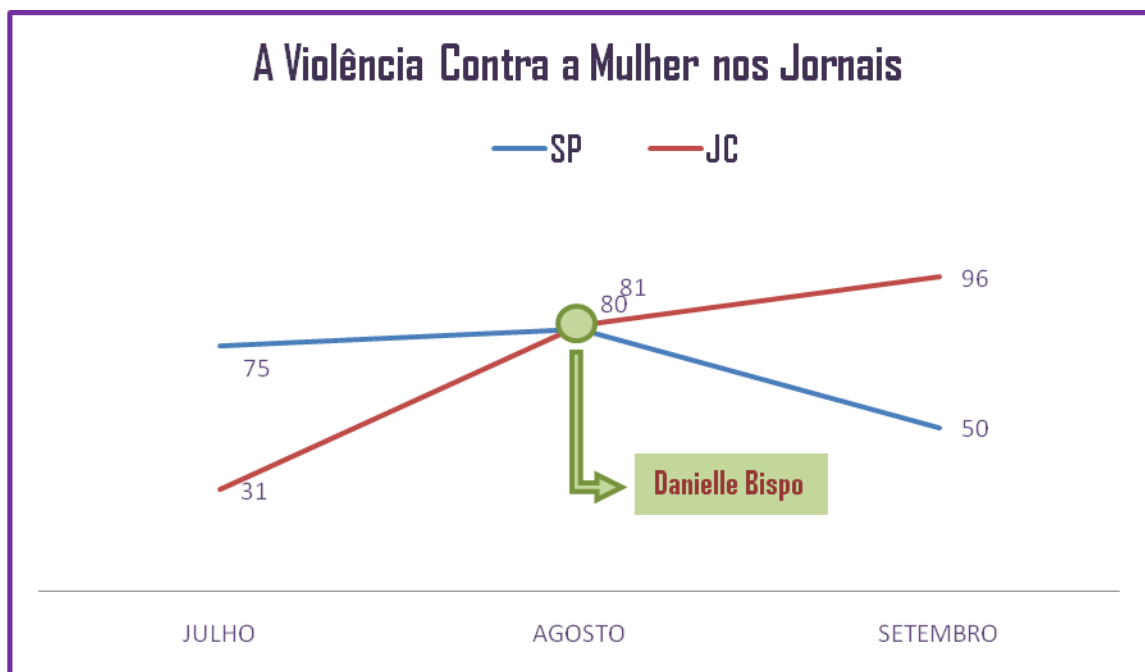


Figura 1: Gráfico de Frequência Percentual (elaboração própria).

Com essa aferição foi possível detectar que a violência contra a mulher nos jornais SP e JC tem presença significativa (como detalha percentualmente o gráfico acima). O menor índice é o atingido pelo Jornal da Cidade no mês de julho - quando de um total de 26 edições em apenas 8 o tema é noticiado. O mesmo jornal evolui na cobertura da temática e em setembro apenas uma edição num universo de 25 não faz qualquer menção à violência contra a mulher.

Importante destacar que apesar da variação entre as edições e mudanças sensíveis quando da alternância dos meses, ao fazermos o teste frequencial considerando os universos - 13 edições de SP e 78 edições de JC -, encontramos exatamente o mesmo resultado: 69,23%.

Para que a avaliação fosse fiel, distribuíram-se as edições considerando o mês de publicação. Assim, pôde-se observar que o ponto de encontro frequencial entre os jornais vai ocorrer exatamente em agosto, quando ambos os veículos dão evidência ao episódio de feminicídio ocorrido dentro da Universidade Federal de Sergipe – caso que ganhou, pela dimensão observada na pré-análise, uma atenção específica nesse estudo e que veremos mais adiante.

2.5.3. Categoria Temas

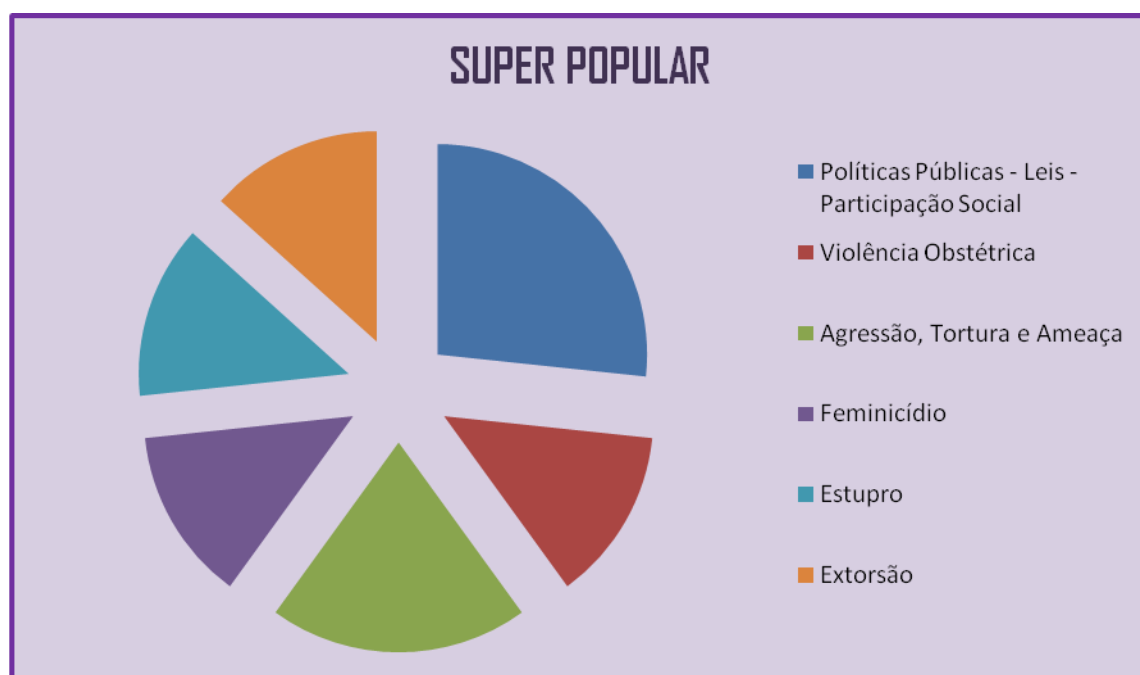


Figura 2: Temáticas e casos veiculados no SP (elaboração própria).

Quanto aos temas recorrentes no semanário, podemos considerar que existe um equilíbrio relativo, destacando-se ao longo das edições conteúdos informativos sobre leis (4); casos de violência doméstica enquadrados no item agressão, tortura e ameaça (3); seguidos dos temas estupro; extorsão; feminicídio e violência obstétrica, que empatam em termos de aparição (2).

O jornal diário, JC, possui um volume maior de temáticas, apresentadas proporcionalmente da seguinte maneira: políticas públicas, leis e participação social (30) - que também se fez maioria no SP; feminicídio (24) - onde podemos destacar um bom número de desdobramentos e continuidades dos casos relatados; estupros (21); agressão, tortura e ameaça (17); violência obstétrica (11); tráfico de pessoas; mamaço e necrofilia - que pontuam três (3) aparições cada; extorsão (2); e por fim, lesbofobia e assédio com (1) caso para cada item.

Importante destacar que as temáticas feminicídio, estupro, necrofilia e agressão, tortura e ameaça destacam-se também por apresentar um bom número de desdobramentos e continuidades dos casos relatados em edições anteriores.

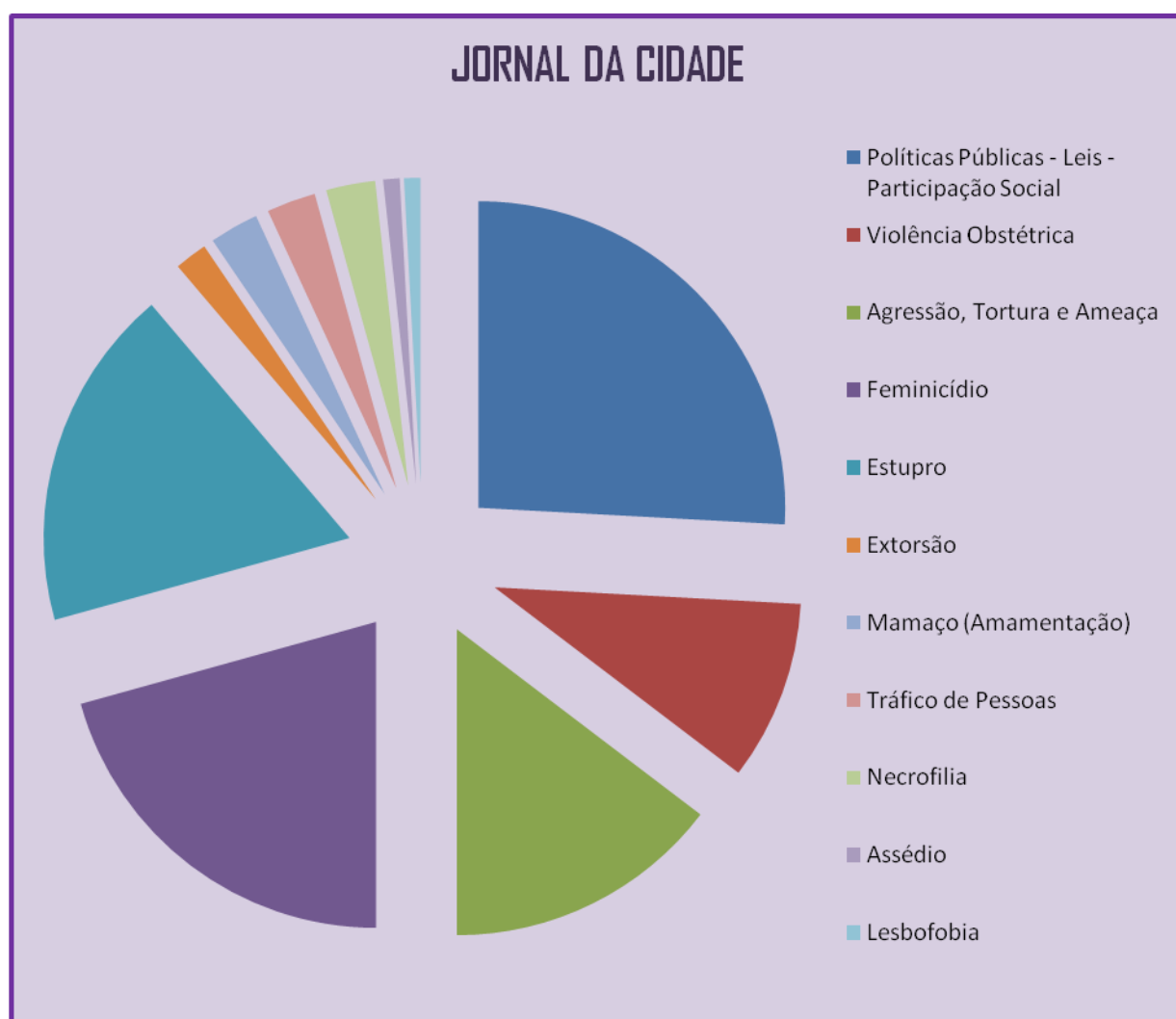


Figura 3: Temáticas e casos veiculados no JC (elaboração própria).

2.5.4. Categoria Rubrica

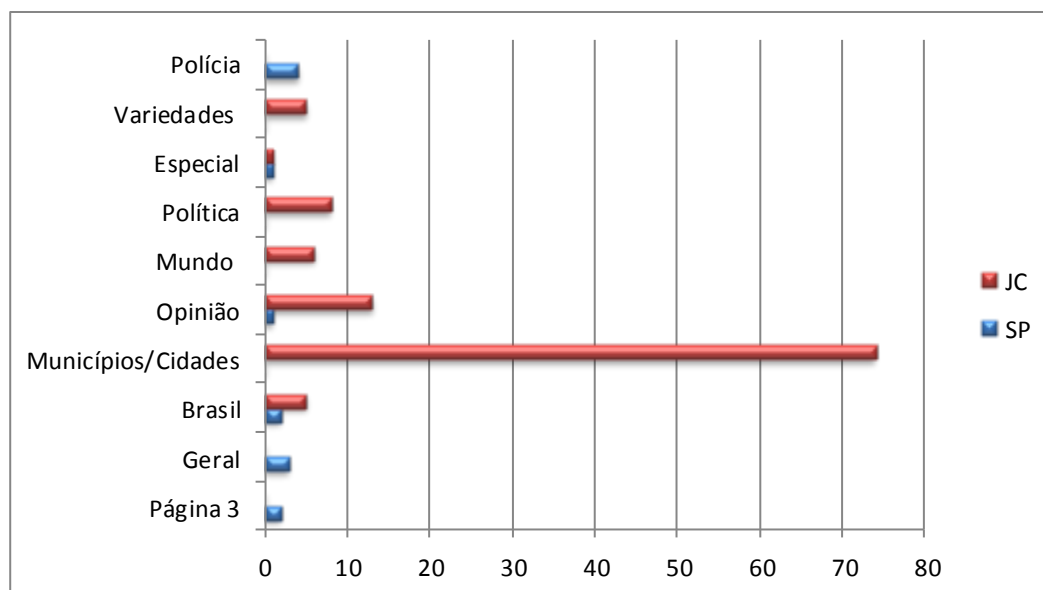


Figura 4: Subdivisão dos acontecimentos em rubricas (elaboração própria).

Quando lançamos o nosso olhar para a localização do conteúdo nas páginas dos jornais, podemos aferir que a violência contra a mulher ainda tem como lugar comum os cadernos de polícia ou cidades - rubricas que se equivalem e que, nesse caso, representam grande parte dos percentuais atingidos por Super Popular e Jornal da Cidade, respectivamente.

Esse dado nos traz duas reflexões que corroboram com a fragilidade na cobertura da temática pelos veículos: 1) a baixíssima presença de informações que tratem do fenômeno como um problema que demanda mais atenção e até mesmo uma sensibilização dos leitores e 2) a predileção em abordar os casos a partir do apelo mais emotivo e factual.

Constata-se que a construção das notícias sobre casos de agressão, violência sexual e, principalmente, feminicídio é validada pelo impacto e afetação que podem causar acontecimentos desse tipo. Para Siqueira (2015), as emoções ao se misturarem com o discurso podem passar despercebidas, mas são elas também as responsáveis – mesmo que de forma velada ou quando apresentadas a partir de uma espécie de segundo plano – a estabelecer conexões e vínculos entre os interlocutores.

A acomodação da violência de gênero nesses espaços pode nos alertar para o grau de prioridade e entendimento que JC e SP têm sobre esse fenômeno e, mais, ainda que essa configuração seja um enquadramento próprio do jornalismo, ela pode ser equiparada às expressões sociais manifestas acerca desse problema.

Percebeu-se também que o tema somente ocupa as páginas de política quando versa especificamente sobre uma portaria, regulamentação ou embates travados nas esferas de poder. Foi desse modo que as notícias referentes à regulamentação da prostituição (atividade com alto grau de violência e exploração) e ao atendimento de vítimas de violência sexual pelo Sistema Único de Saúde (SUS) apareceram nos jornais.

O SP abordou apenas o segundo tema e o fez de forma breve e meramente expositiva. Já o conteúdo expresso no JC trazia avaliações da Coluna Esplanada – que é reproduzida em jornais de 24 capitais brasileiras. Destacamos como exemplos duas edições:

Aracaju-SE, 3 de agosto de 2013 - Ano XLII - Nº 12.320
<p>SANÇÃO, PERO NO MUCHO</p> <p>Alertada por advogados e juristas, a despeito da sanção do PLC 3/2013, a presidente Dilma determinou à Casa Civil que envie o quanto antes para o Congresso novo projeto de lei para detalhar o tratamento que deve ser dado a vítimas de violência sexual nos hospitais. Detectou a brecha no texto que poderá render imbróglio sobre aborto.</p> <p>Gleisi quer saber - A coluna revelou dia 9 de junho a polêmica que dividiu grupos feministas, pró-sanção, e a bancada cristã, que fez lobby por veto total, sobre o Inciso III, a ‘profilaxia da gravidez’. A ministra Gleisi Hoffmann já pediu levantamento da subchefia jurídica.</p> <p>‘Deficiências’ - ‘O texto contém imprecisões técnicas que podem levar a interpretação equivocada e causar insegurança a respeito das medidas’, explicou a presidente, que pediu outro PL ‘Com o intuito de sanar deficiências e garantir que a nova lei atenda aos objetivos’.</p>
<p>CASAS DAS...</p> <p>A deputada Flávia Moraes (PDT-GO) propôs audiência pública para depoimentos de prostitutas e ex, sobre regulamentação da profissão. Convidou Gabriela Leite, da ONG Da Vida, da grife Daspu, e presidentes de associações de prostitutas do Pará e Minas.</p>

A primeira nota da edição faz avaliações de uma questão de saúde pública tomando como ponto de partida o posicionamento de seguimentos religiosos. Entrave expresso tanto no alerta dado à Dilma - que abre a informação - quanto na taxação do problema como “imbróglio sobre aborto”, deixando prevalecer a posição defendida pelo que a coluna define como “bancada cristã”. O segundo texto expressa nas reticências o menosprezo pela pauta regulamentação da prostituição, reduzindo a uma brincadeira um assunto que há tempos

transita nos espaços políticos e não obstante ainda é entendido como tabu - sendo alvo de críticas ferrenhas de agrupamentos religiosos que ganham cada vez mais espaço na esfera política brasileira.

Aracaju-SE, 9 de agosto de 2013 - Ano XLII - Nº 12.325

DILMA E A VIOLÊNCIA SEXUAL

A presidente Dilma Rousseff sancionou integralmente a lei que regulamenta o atendimento na rede pública do SUS às mulheres vítimas de violência sexual, chamada de “profilaxia da gravidez”. **A lei sancionada gera polêmica entre os religiosos, que temem que este seja um passo rumo à legalização do aborto.** Tramita ainda um projeto de lei que a presidente está mandando ao Congresso que muda o artigo 2º da lei, que diz que violência sexual “é qualquer forma de atividade sexual não consentida”. A proposta recupera o texto do Código Penal Brasileiro, que diz que violência sexual engloba “todas as formas de estupro, sem prejuízo de outras condutas previstas em legislação específica”. Outro ponto é a mudança do inciso 4º do artigo 3º do texto aprovado no Congresso, que fala em “profilaxia da gravidez”. O novo texto diz “medicação com eficiência precoce para prevenir gravidez resultante de estupro”. **O papa Francisco não previu a sanção.**

Dias depois, a mesma “polêmica” (lei de regulamentação do atendimento a vítimas de violência sexual na rede pública) torna a aparecer e o debate novamente gira em torno do posicionamento de setores religiosos.

Ao final, como destacamos, o papa é mencionado como sujeito que não previu a sanção da medida. Ao referir-se ao papa, mesmo que esse não seja o elemento central da discussão, o texto reforça a ideia de participação de autoridades religiosas em assuntos de saúde pública. Curioso observar que esses são os únicos atores mencionados, as mulheres - que figuram como principais vítimas da violência sexual - não aparecem como parte interessada no debate, ainda que o elemento de discordância seja a profilaxia da gravidez em casos de estupro.

As narrativas escolhidas pelo colunista evidenciam o cenário político que vivenciamos, marcado pelo conservadorismo e pela ausência de garantia da laicidade do Estado.

Alrededor del cuerpo de las mujeres, y en particular de su sexualidad y capacidad reproductiva, se ha construido mucho de su subordinación. Para el colectivo Comité de América Latina y el Caribe para la defensa de los derechos de la mujer (2006), el cuerpo es la base material y subjetiva de dominación y sufrimiento y también el sustento de prácticas de libertad y democracia. (IDE, 2014, p. 238).

Cenário esse que não é vivenciado apenas no Brasil e que tem repercussão garantida na agenda midiática. A ausência de avanços políticos nos permite compreender a permanência do debate sobre autonomia dos corpos das mulheres no movimento feminista e não à toa nas esferas de poder.

2.5.5. Categoria Tipos de Texto

Os textos encontrados nos dois jornais foram majoritariamente informativos (notas e matérias), sendo pequeno o número de textos de caráter opinativo, como artigos de opinião por exemplo.

Apenas uma entrevista faz parte do material coletado, esta aborda principalmente a violência doméstica e aciona para tal uma fonte especializada e ao mesmo passo oficial, já que se trata de uma delegada que atua no Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis de Aracaju (DAGV).

A participação de leitores é nula quando nos referimos ao Jornal da Cidade, já no Super Popular, além da opinião de uma leitora no espaço “Leitor, fale com a gente” – que demonstra indignação diante da notícia de assassinato ocorrido na UFS -, uma das manchetes é apresentada através de relato de um leitor que descreve os percalços que enfrentou junto à esposa para que a mesma pudesse parir. Abaixo a proporção e comparação entre os veículos.

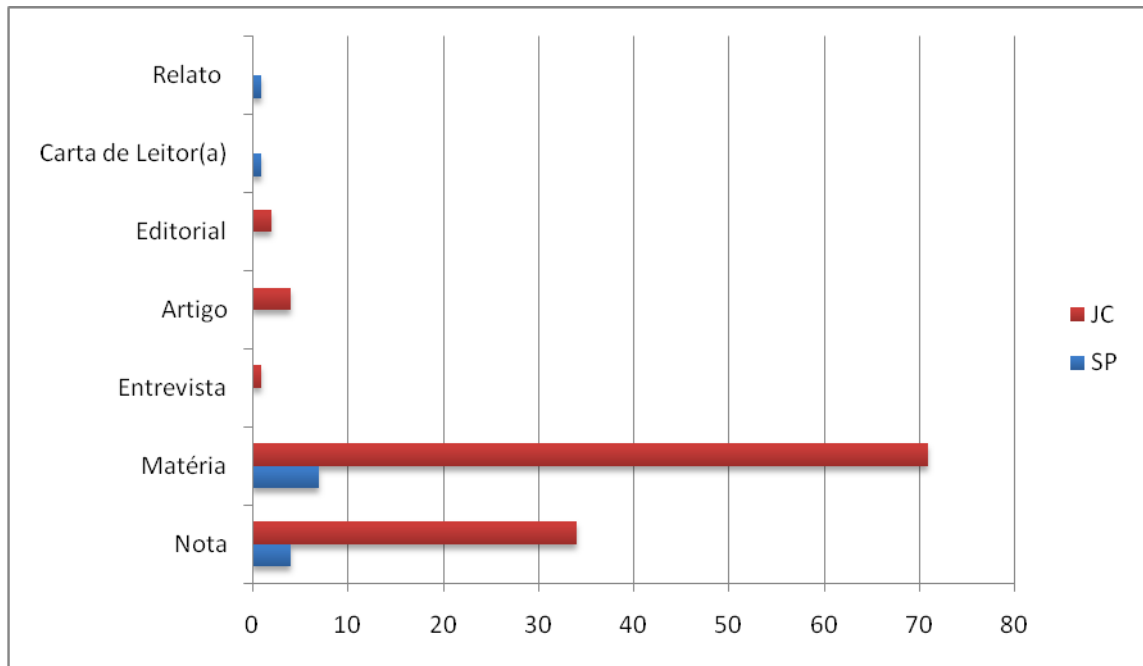


Figura 5: Tipos textuais apresentados nos jornais (elaboração própria).

2.5.6. Categoria Fontes

Para fazer a classificação das fontes das notícias veiculadas no JC e SP nos baseamos na matriz organizada por (Schmitz, 2011) e, a partir dela, optou-se utilizar os elementos enquadrados como categoria (subdivisão correlacionada ao enfoque) e grupo (associada à origem e contextualização). Diagnosticou-se a seguinte composição:

Categoria	
Primárias (diretas)	Vítimas e testemunhas, sociedade civil; réu; cidadãos reivindicadoras;
Secundárias (indiretas)	Órgãos públicos, órgãos governamentais, movimentos sociais, profissionais especializados;

Tabela 1: Classificação das fontes por categoria (elaboração própria).

Grupo	
Oficial	Polícia Civil; Universidade Federal de

Pessoa que ocupa cargo público, que se pronuncia por órgãos mantidos pelo Estado e preservam os poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário), bem como organizações agregadas.	Sergipe (UFS); Secretaria de Política para as Mulheres (SPM/PR); Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres (SEPM); Ministério Público Estadual (MPE); DAGV/DEAM; Polícia Militar; SSP/SE; Emsetur; Câmara de Deputados; Fundação Hospitalar de Saúde (FHS); CPTUR; Ministério Público/SE; DHPP/SP; Assessoria Parlamentar; DHPP/SE; Delegacia Plantonista; Secretaria Estadual de Saúde; Ministério da Saúde; Ciosp/SSP; Governo Federal; Polícia Comunitária; Conselho Tutelar;
Institucional Representa uma organização sem fins lucrativos ou grupo social.	Mexam-se; OAB; Coletivo de Mulheres de Aracaju; Astra; MML; Anel; Conselho Regional de Medicina; Sociedade Sergipana de Pediatria; Coordenação de Campanha/Pediatra; Sindicato dos Médicos;
Individual Pessoa comum, uma personalidade política, cultural, artística ou um profissional liberal, desde que não fale por uma organização ou grupo social.	Vítimas; Obstetras; Réu; Advogados; Gestantes;
Testemunhal Representa aquilo que viu ou ouviu, como partícipe ou observadora.	Família; Colegas de Trabalho; Transeuntes; Testemunhas;
Especializada Pessoa de notório saber específico, normalmente relacionado a uma profissão.	Psicóloga da Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social (Semfas); Médica; Psicóloga (MNSL);

Referência	Supremo Tribunal Federal; IBGE; DataSUS;
Bibliografia, documento ou mídia que o jornalista consulta.	

Tabela 2: Classificação das fontes por grupo (elaboração própria).

Quanto aos agentes que são acionados para a produção das notícias, podemos afirmar, a partir do nosso recorte, que os veículos garantem uma determinada pluralidade de vozes. O semanário SP, como já destacamos ao traçar o seu perfil, utiliza-se especialmente de fontes ligadas à segurança pública e depoimentos de vítimas e testemunhas. O Jornal da Cidade consegue ir além ao dar voz a fontes especializadas e à sociedade civil organizada, garantindo espaço para contrapontos e problematizações, como veremos mais adiante.

Uma pequena parte dos textos foram notícias republicadas, produzidas pelos seguintes veículos e assessorias: G1/SE, SSP/SE, Infonet, MP/SE, Associated Press, France Press. Destacam-se as veiculações de textos produzidos originalmente pelas assessorias de comunicação da Secretaria de Segurança Pública e do Ministério Público, que reforçam a credibilidade dada a essas instituições públicas como fontes de informação.

2.5.7. Categoria Manchetes

Se foi possível comprovar até aqui que a violência contra a mulher aparenta possuir uma relevância significativa para os veículos estudados, sendo a sua presença recorrente em quase 70% do material, também temos indícios de que essa cobertura não ocorre de forma tão criteriosa assim. Podemos notar que a construção da notícia estabelece, de modo geral, mais ou menos um mesmo formato: textos breves que aparecem quase sempre numa mesma editoria e que ocupam uma pequena parte da página dos jornais. Além disso, interessou-nos saber se a pauta foi relevante o suficiente para ocupar as capas dos exemplares. Eis as respostas:

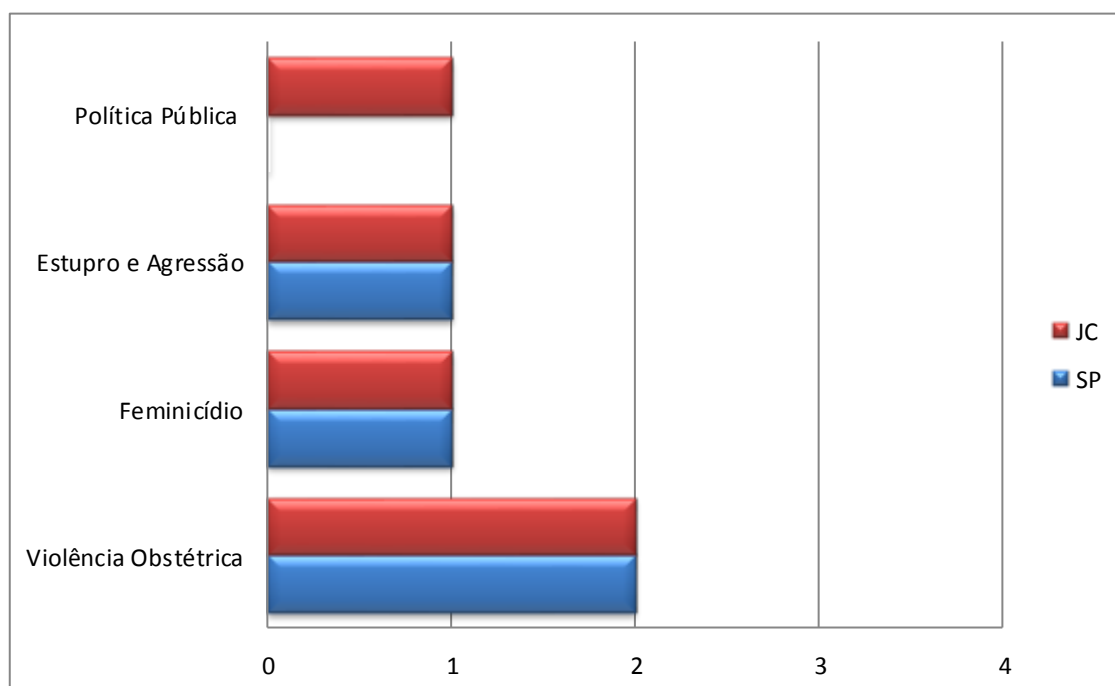


Figura 6: Temas destacados nas capas dos jornais (elaboração própria).

De forma geral os temas apareceram como manchete em apenas 7,2% das edições analisadas que traziam alguma notícia sobre a violência contra a mulher. Quando feita a proporção por veículo, temos um maior índice de manchetes no Super Popular, com 44,44%. O percentual do Jornal da Cidade fica em 9,25%.

Os tipos de violência que ganham destaque também são reduzidos, ficando em evidência apenas quatro temáticas quando anteriormente listaram-se mais dez tipos de violências de gênero noticiados no JC, por exemplo. Os títulos apresentados na capa das edições de SP e JC estão discriminados na tabela abaixo, onde a variação de cores significa a mudança dos meses: azul (julho); rosa (agosto) e verde (setembro). Mesmo quando as manchetes não se referem ao mesmo caso, as temáticas destacadas pelos jornais coincidem mês a mês: violência obstétrica, feminicídio e violência doméstica, respectivamente.

Manchetômetro	
SUPER POPULAR	JORNAL DA CIDADE
A situação é grávida (edição 130)	Falta de médico em maternidade de Aracaju vira caso de polícia (edição 12.304)
Francamente esse não presta (edição 131)	Sergipe tem o maior índice de mortalidade materna do

	Pais (edição 12.309)
Sangue no prato do dia (edição 135)	Mulher é morta a golpes de faca no restaurante da UFS (edição 12.334)
"Eu tenho medo que ele abuse das minhas filhas de novo" (edição 137)	Homem estupra e marca a ex-mulher como gado (edição 12.348)
	Mulheres violentadas terão acesso à linha de crédito (edição 12.362)

Tabela 3: Manchetes sobre violência contra a mulher nos jornais (elaboração própria).

Para realizar o movimento interpretativo dos textos que selecionamos para essa parte da análise, optamos por aplicar o esquema utilizado na dissertação de Vimieiro (2010), quando ela se debruçou sobre o tratamento midiático dado à deficiência na imprensa brasileira. A escolha deu-se porque a proposta casava com elementos que já havíamos destacado com importantes para a realização de nosso estudo. A elaboração da pesquisadora parte da junção de modelos de análise conceituados por Matthes e Kohring (2008), Zhongdang; Kosicki (2001) e Reese (2001).

Nós aprofundamos a noção e podemos dizer que a estrutura nos revela, através da inclusão e exclusão, o que está em questão, quais as possíveis causas, soluções, culpados, responsáveis, etc. Gamson e Modigliani (1989) também apostam na importância desses elementos para a identificação dos enquadramentos quando apontam como componentes da “matriz de assinatura” os “dispositivos de razão” (reasoning devices). Segundo os autores, as origens ou causas, as consequências e os apelos a determinados princípios indicados no material midiático, juntamente com os “dispositivos de enquadramento” – metáforas, exemplos, slogans, representações e imagens visuais – são os elementos definidores dos frames. São eles que, de maneira condensada, sugerem a essência do “pacote interpretativo” (VIMIEIRO, 2010, pp. 82-83).

Cabe ressaltar que não necessariamente os textos devem conter todos os elementos (as ausências foram identificadas abaixo por um x no campo correspondente). Destaca-se também que o número de elementos que uma notícia traz também informa sobre a atenção dada ao tema e a capacidade que o veículo dispõe ou não de comunicar de forma satisfatória o assunto em pauta. A estruturação dos elementos do enquadramento consta no esquema abaixo:

Elementos dos enquadramentos			
N Í V E L	ORGANIZAÇÃO	METÁFORAS	
		EXEMPLOS	
		SLOGANS	
		IMAGENS	
		TERMOS	
	ESTRUTURA	DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	ATORES
			SUBTÓPICOS
			RUBRICAS
		CAUSAS	
		SOLUÇÕES	
		JULGAMENTOS MORAIS	

Tabela 4: Elementos dos enquadramentos - elaboração Vimieiro (2010).

2.6. Análise das Notícias do Super Popular (SP)

O recurso apelativo utilizado pelo veículo está presente em toda a estética do tablóide. Manchetes com letras garrafais, termos como “abuso” e “agressão” para anunciar as notícias, títulos que “sangram”. Características comuns entre os veículos configurados como popular e que se revelam na produção de sentido.

O sensacionalismo delineia então a questão dos rastros, das marcas deixadas no discurso da imprensa por uma outra matriz cultural, simbólico-dramática, a partir da qual são modeladas várias práticas e formas da cultura popular. Uma matriz que não opera por conceitos e generalizações, mas sim por imagens e situações; excluída do mundo da educação oficial e da política séria, ela sobrevive no mundo da indústria cultural, onde permanece como um poderoso dispositivo de interpelação do popular (MARTÍN-BARBERO, 2009, pp. 249-250).

A tabela abaixo sistematiza o conteúdo selecionado do SP a partir dos elementos dos enquadramentos. Produto informativo vendido a um preço mais baixo que a média, o SP podia ser adquirido por cinquenta centavos – fator que reforça a entrada do jornal nas camadas com menor poder aquisitivo.

Manchete	Edição	Gênero Jornalístico/Textual
“A situação é grávida”.	130	Relato
“Francamente esse não presta”.	131	Matéria
Moisés de Jesus pecou contra avó.	132	Nota
“O cara acendeu a maconha e tentou apagar a mulher”.	134	Matéria

“Sangue no prato do dia”.	135	Matéria ⁷
“Tenho medo que ele abuse das minhas filhas de novo”.	137	Matéria

Tabela 5: Títulos do SP (elaboração própria).

Considerados os elementos dos enquadramentos temos a seguinte configuração em SP para as manchetes destacadas acima:

Edição 130: “A situação é grávida”	
Metáforas	“A situação é grávida” (manchete).
Exemplos	x
Slogans	x
Imagens	Mãe com bebê no colo (arquivo pessoal).
Termos	“Dores do parto”; “passado sufoco”; “transtornos”.
Atores	O pai; as mulheres gestantes; os funcionários das maternidades.
Subtópicos	x
Rubricas	Geral (texto assinado).
Causas	“Falta de material; não seríamos atendidos pelo fato de não ter obstetra na casa”.
Soluções	“Que a equipe da Maternidade Santa Isabel, um órgão que é público, reveja seus procedimentos”.
Julgamentos morais	“O cidadão não merece um tratamento como esse, tem direito e deve ser respeitado; parabenizo a equipe da maternidade (MNSL) pela eficácia em seu atendimento e repudio o atendimento dispensado pelo pessoal da Maternidade do Hospital Santa Isabel pela falta de competência e, principalmente, de humanidade; a saúde do nosso estado está

⁷ A matéria será analisada em capítulo específico.

	 muito mal”.
--	---------------------

Edição 131: “Francamente esse não presta”	
Metáforas	“Se bebê, não se dirija a Socorro”; “não dá para nascer, nem ressuscitar”;
Exemplos	x
Slogans	x
Imagens	Mãe e avó; bebês no caixão.
Termos	“3 dias de angústia”; “dores do parto”.
Atores	Mãe e avó.
Subtópicos	x
Rubricas	Geral (texto assinado).
Causas	Negligência do Hospital José Franco; o Hospital não tinha equipamentos de ressuscitação disponíveis; familiares acusam a equipe médica de querer forçar o parto normal; hipertensão pulmonar severa, aspiração de mecônio e asfixia neonatal (certidão de óbito).
Soluções	x
Julgamentos morais	“Estamos com muito nojo desse hospital”.

Edição 132: “Moisés de Jesus pecou contra avó”	
Metáforas	“A vovó e o lobo mau”.
Exemplos	x
Slogans	x
Imagens	x

Termos	“Pecou contra avó”.
Atores	Acusado; polícia comunitária; vítima (avó).
Subtópicos	x
Rubricas	Polícia (texto sem assinatura).
Causas	Violência verbal; agressões físicas; ameaças e extorsão.
Soluções	O acusado acabou preso (prisão).
Julgamentos morais	Pecado.

Edição 134: “O cara acendeu a maconha e queria apagar a companheira”	
Metáforas	“ Acendeu <u>a maconha</u> e queria apagar <u>a companheira</u> ”.
Exemplos	x
Slogans	x
Imagens	Acusado algemado; o desenho de uma folha de maconha compõe a imagem.
Termos	“Ele acabou ficando alucinado”.
Atores	Acusado; vítima; polícia comunitária.
Subtópicos	x
Rubricas	Polícia (texto da SSP/SE).
Causas	Violência doméstica (suspeita de traição).
Soluções	O acusado acabou preso (prisão).
Julgamentos morais	“ Coisa feia ”.

Edição 137: “Eu tenho medo de que ele abuse das minhas filhas de novo”	
Metáforas	x

Exemplos	x
Slogans	x
Imagens	Mãe e crianças (sem identificar os rostos).
Termos	“Vivendo de ajuda”; “tirando o sono”; “medo”; “desesperada”.
Atores	Mãe (vítima); conselho tutelar;
Subtópicos	x
Rubricas	Geral (texto assinado).
Causas	Violência doméstica (agressão e estupro de vulnerável).
Soluções	Acionou os órgãos de assistência social e também registrou boletins de ocorrência, mas permanece sem respostas.
Julgamentos morais	“quero justiça”.

Considerando a noção de pacotes interpretativos e que "objetivo e subjetivo partilham espaço na construção social" (SIQUEIRA, 2015, p. 29), podemos encontrar no conteúdo do semanário, fragmentos de discursos hegemônicos impregnados no senso comum.

Quando o jornal anuncia que “O cara acendeu a maconha e tentou apagar a mulher”, vincula a violência doméstica ao uso da substância psicoativa. A agressão deixa então de ser um problema relacionado à ideia de dominação da mulher, ao mesmo passo em que se relativiza a gravidade do problema e ainda transfere a responsabilidade do ato violento para o estado de alucinação – para utilizar as mesmas terminologias contidas na notícia.

Em “A situação é grávida”, outro trocadilho estampado na capa do jornal, a relativização dá-se através do humor, incorrendo em equívocos ora por ironizar uma situação vivenciada por diversas mulheres quando estas recorrem à maternidade pública, ora por associar gravidade à gravidez e não ao descaso da administração pública com a saúde de mulheres gestantes.

“Jesus pecou contra avó” salienta tanto a disposição do veículo em utilizar exaustivamente o recurso metafórico, quanto a influência religiosa ao noticiar outro caso de violência doméstica. Essas características são típicas daquilo que é enquadrado como

jornalismo sensacionalista ou ainda *policial*, gênero que tem “a pretensão de ampliar a audiência pela exposição do curioso, do mórbido, do extraordinário” (COSTA, 2002, p. 7).

Na matéria da edição 137 que trata do estupro de meninas e de agressões físicas contra a mulher, um erro grave: o texto usa apenas as iniciais para referir-se à vítima, mas ao final, acaba publicando o nome completo da mulher, revelando o descuido na preservação das fontes.

2.7. Análise das Notícias do Jornal da Cidade (JC)

Nas 78 edições do JC foram encontradas 112 notícias que mantinham relação com a temática da violência contra a mulher. Entre estas, 15 aparecem como desdobramentos, ou de casos contidos em edições recentes ou ainda sobre julgamentos de crimes cometidos contra mulheres anos antes (pelo menos quatro casos encaixam-se nessa configuração).

As ausências foram registradas em 24 edições, algumas das quais podem ser configuradas como omissão, pois falam de violência e homicídio em Sergipe, destacam as motivações das mortes masculinas (hegemonicamente associadas a acidentes), mas não pontuam a questão da morte de mulheres. A pluralidade de temas é maior do que aquela encontrada no SP.

Título	Edição/Destaque	Gênero Jornalístico/Textual
Denúncias de violência crescem 10%	Nº 12.323 Maria da Penha	Matéria
"As mulheres estão mais encorajadas"	Nº 12.345 Machismo	Entrevista
Mulher é estuprada pelo ex-marido	Nº 12.348 Maldade	Matéria
Homens fazem BO por agressão das mulheres	Nº 12.348 Maria da Penha	Matéria
SE ganha apoio para inibir violência contra mulheres	Nº 12.362 Linha de Crédito	Matéria

Tabela 6: Títulos do JC (elaboração própria).

Destacam-se quatro edições deste jornal que merecem mais atenção. A ver:

Edição Nº 12.323: “Denúncias de violência crescem 10%”	
Metáforas	x
Exemplos	Os mecanismos previstos na Lei Maria da Penha.
Slogans	x
Imagens	Mulher com a cabeça enfaixada.
Termos	“as atacadas”.
Atores	DAGV
Subtópicos	Lei Maria da Penha.
Rubricas	Cidades (texto sem assinatura).
Causas	Mais registros de boletins de ocorrência contra agressões a mulheres por conta da violência em geral; maior consumo de crack e desarmonia familiar; o agressor deveria ficar mais tempo encarcerado.
Soluções	“A lei é eficaz”.
Julgamentos morais	“A situação seria muito pior sem a lei”.

O primeiro destaque (edição número 12.323) faz a associação entre violência doméstica e o uso de substâncias psicoativas, semelhante ao que ocorreu em uma das edições do jornal SP. A afirmação de que “crescimento dos casos ocorre por conta do aumento no consumo de crack e desarmonia familiar” é dada pela fonte - Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis -, porém, não está amparada em dados e nem há qualquer indício de um surgimento qualificado dessas informações. E, ainda que a associação seja extraída dos casos que chegam às delegacias, a raiz do problema, é de outra ordem. Convém pontuar que o texto refere-se ainda ao crescimento de denúncias e a própria Lei Maria da Penha de forma positiva. Por outro lado, nenhum outro dispositivo, como a prevenção da violência, é pontuado, a solução para acabar com a violência de gênero seria, então, o investimento em denúncias e na aplicação da lei.

Edição N° 12.345: “As mulheres estão mais encorajadas”	
Metáforas	x
Exemplos	x
Slogans	x
Imagens	Foto de perfil da entrevistada.
Termos	“Mulheres encorajadas”.
Atores	Delegada da Delegacia da Mulher/DAGV.
Subtópicos	x
Rubricas	Cidades (entrevista; assinada).
Causas	As denúncias aumentaram porque aumentou o acesso a informação com a imprensa dando publicidade à Lei Maria da Penha; as mulheres estão mais encorajadas - se enxergando como sujeito de direito - e procurando o serviço do estado para resolver esse problema.
Soluções	“A denúncia é fundamental”.
Julgamentos morais	“O nordeste é uma região muito machista; “deve ser algum tipo de patologia”; “uso de drogas como catalisador para a violência””.

O segundo destaque (edição 12.345) deve-se ao fato de ser o único texto do corpus que traz o machismo como elemento causador da violência de gênero, situação que se altera porque também se modifica o tipo de texto jornalístico, esse é uma entrevista com uma delegada da delegacia da mulher de Aracaju. A fonte atribui à mídia uma parcela de contribuição para que as mulheres se sintam encorajadas a denunciar a violência sexista. O texto apresenta sinais problemáticos quando afirma que o nordeste é muito machista e quando

trata a violência que ela própria atribuiu a uma cultura machista como sendo um tipo de patologia. A entrevista feita com uma fonte classificada com especializada, pela atuação profissional na área, mostra-se limitada ora ao estímulo da denúncia como elemento central, ora presas a elementos do senso comum estabelecidos sobre essa pauta.

Edição Nº 12.348: “Mulher é estuprada pelo ex-marido”	
Metáforas	“Marca a ex-mulher como gado”.
Exemplos	x
Slogans	x
Imagens	x
Termos	“Maldade”; “sexo sem o consentimento”, “o elemento”.
Atores	Vítima e DAGV.
Subtópicos	x
Rubricas	Cidades (texto sem assinatura).
Causas	“Ex não aceita o término da relação”.
Soluções	x
Julgamentos morais	x

Edição Nº 12.348: “Homens fazem BO por agressão das mulheres”	
Metáforas	
Exemplos	x
Slogans	x
Imagens	x
Termos	x
Atores	Homens agredidos; polícia militar.
Subtópicos	Lei Maria da Penha (aplicado de maneira errônea).
Rubricas	Cidades (texto sem assinatura).

Causas	“Discussão entre o casal”.
Soluções	x
Julgamentos morais	“ Inversão de papéis ”.

O terceiro destaque (edição número 12.348) trata de uma referência inapropriada à Lei Maria da Penha. Duas notícias que fazem parte da mesma edição do jornal e aparecem na mesma página, são construídas de forma, no mínimo sintomáticas, quanto aos perfis pré-estabelecidos para vítimas e agressores. O destaque com o nome da lei que trata de violência contra a mulher aparece exatamente para tratar do seu oposto. Segundo o texto, a violência contra mulheres é alarmante, mas o que chamou atenção foram duas denúncias feitas por homens que teriam sido agredidos por suas esposas. A expressão “inversão de papéis” contida na notícia carrega a ideia de que a pessoa violentada é referente à mulher e a agressividade, correspondente do homem.

Para a matéria que fala de estupro praticado por ex-marido – manchete do jornal daquele dia – optou-se por utilizar o termo “maldade”. Em determinado momento do texto, a violência sexual é reduzida a “prática de sexo não consentido” e a motivação de tal abuso seria a rejeição ao término da relação. Expressões que invisibilizam a pretensa dominação masculina latente nesse e em tantos outros casos de violência machista.

Edição Nº 12.362: “SE ganha apoio para inibir a violência contra mulheres”	
Metáforas	x
Exemplos	x
Slogans	x
Imagens	Governantes assinam termo de adesão ao programa “Mulher: viver sem violência”.
Termos	“ Mulheres violentadas ” (aparece na manchete).
Atores	Autoridades públicas/políticas (ministra, governador,

	prefeito), polícia.
Subtópicos	x
Rubricas	Cidades (texto sem assinatura).
Causas	A dependência econômica é um dos fatores que impede o afastamento da vítima. Soluções: ampliar o número de denúncias e implementar políticas do programa de enfrentamento à violência; tratamento dos homens que cometem agressões contra mulheres.
Soluções	Programa “Mulher: viver sem violência”.
Julgamentos morais	x

O quarto destaque (edição número 12.362) nos permite refletir sobre o lugar comum que a violência de gênero ocupa na mídia. Embora a notícia anuncie o acesso à linha de crédito e uma das fontes da matéria destaque a independência econômica como mantenedora da autonomia feminina, o texto encontra-se localizado na editoria Cidades, quando poderia tranquilamente se encaixar na página de economia ou política. A narrativa nos remete a velhas formas de falar sobre o assunto, “mulheres violentadas” que acessam políticas públicas para romper com ciclos de violência. As vozes da notícia são majoritariamente fontes oficiais e o conteúdo apresentado aos leitores sequer explica como vai funcionar a linha de crédito anunciada na manchete da edição.

Essas narrativas quando analisadas uma a uma e comparadas nos permitem afirmar que as notícias do corpus tanto do SP quanto do JC reproduzem uma visão limitada acerca da igualdade de gênero, expressas principalmente na redução de atos violentos ao fato em si ou atribuindo a violência a condutas individuais de homens quando sabemos ser esta reflexo de uma construção social que destina os locais de poder ao masculino e reduz o feminino a lógicas de submissão (BOURDIEU, 2002, pp. 16-17).

Não omitir esse tipo de violação de direitos humanos na mídia e noticiar a violência contra a mulher é fundamental, porém, ao se fazer, deve ser de igual prioridade pensar de que

maneira essas violências devem ser noticiadas. Ou, do contrário, incorre-se no erro de naturalizar a violência como uma condicionante da divisão dos gêneros – homens que agredem e mulheres que são agredidas. É preciso reconhecer a desigualdade e o histórico de violências enfrentado pelas pessoas do sexo feminino, mas de igual modo, é preciso reconhecer que esses atos violentos advêm de uma cultura machista e, não necessariamente, de comportamentos isolados.

3. CASO DANIELLE BISPO

Neste capítulo, trataremos do caso de feminicídio que ocupou a mídia sergipana em agosto de 2013, causando comoção e revolta da população. A morte de Danielle Bispo, mulher, jovem, negra e pobre, foi manchete dos dois jornais analisados nesse trabalho. A repercussão do caso que poderia ser tratado como “mais um”, nos leva a refletir sobre os elementos suficientemente relevantes para acionar a mídia.

O fato de o crime ter acontecido na Universidade Federal de Sergipe, de certo, contribuiu para essa notoriedade. Também é importante salientar que optamos por analisá-lo com mais ênfase tanto pelo apelo midiático, quanto pelos desdobramentos que ocorreram após o episódio: manifestações pelo fim da violência, pronunciamento institucional e outras continuidades que veremos a seguir.

Para analisar essas publicações, foram elencados como eixos norteadores: a) identificação do tipo de abordagem nas matérias; b) análise e estudo comparativo - características dessa cobertura no SP e JC - esmiuçadas a partir dos elementos dos enquadramentos (metáforas, exemplos, slogans, imagens, termos, atores, subtópicos, rubricas, causas, soluções e julgamentos morais), sempre que houver, organizados na tabela 4.

A cobertura da violência contra a mulher não pode ser analisada de forma satisfatória se desconsiderarmos outros fatores sociais, que implicam, inclusive, no ponto de vista expresso pelas pessoas que produzem as notícias. Exemplo disso são os estudos desenvolvidos anteriormente:

Para que um problema determinado seja reconhecido como um problema social, que exija medidas e regulamentações, não basta a existência de condições objetivas que lhe permitam dar origem, é ainda necessário que esse problema se torne objeto de **atenção social**, sendo reconhecido como assunto público por grupos sociais. (...). A imprensa contribui para fabricar o sentido dos acontecimentos e uma definição social desses. A luta simbólica da imprensa se expressa pelo seu desafio de impor um certo ponto de vista ou uma certa visão sobre o mundo social como correta ou verdadeira (PETRARCA, 2005, pp. 3-4, destaque nosso).

Para Saffioti (2004), de modo geral, as mulheres - especialmente quando são vítimas de alguma violência - recebem o tratamento de “não-sujeitos”, isso porque são vistas como passivas, que consentem a violência. Quando, na verdade, estão em condição de fragilidade acarretada pelo próprio ato violentador, que oprime e reduz a autonomia das mulheres.

Nesse sentido, o trabalho da mídia – que pode ser entendida como espaço de publicização e/ou instrumento – e o discurso midiático podem contribuir com a manutenção ou para a ruptura dessa lógica de fragilidade e revitimização⁸.

Partindo desta reflexão, indagamos sobre o papel que cumpre uma cobertura midiática pouco aprofundada e que explora o ato violento de forma pontual, secundarizando os fatores históricos e socioculturais que mantêm altos os índices de violência contra mulheres⁹, referendando, através de narrativas midiáticas, um tratamento limitado sobre esse determinado tipo de problema social. E, foi exatamente esse o cenário que encontramos ao analisar a cobertura de Super Popular e Jornal da Cidade quando do assassinato de Danielle Bispo.



Figura 7: Capa do Jornal Super Popular.

O Jornal Super Popular (SP) traz como título a frase: “Sangue no prato do dia”. A notícia que é manchete da edição 135 é acompanhada pelo seguinte resumo: “um **crime bárbaro** chocou os estudantes da Universidade Federal de Sergipe (UFS), em São Cristóvão. Na segunda, dia 19, a auxiliar de cozinha Daniele Bispo dos Santos, de 28 anos, que trabalhava no Restaurante Universitário (Resun), foi morta pelo ex-companheiro, o **ex-**

⁸ Vitimizações secundárias (formar de abordar alguma pessoa que sofreu violência, por exemplo).

⁹ “Os números, no entanto, refletem o maior número de abusos no Estado: houve o registro de 1.657 Boletins de Ocorrência (BOs) contra agressões a mulheres de janeiro ao início de agosto de 2012 naquela unidade; já no mesmo período deste ano (2013), foram 1.824 BOs – um aumento superior a 10%”. [dados da edição de 7 de agosto do Jornal da Cidade, adendo nosso].

presidiário Cleiton de Souza Ramos. **Foram pelo menos 11 facadas**". O texto vai se repetir na matéria que aparece na editoria intitulada Especial. As demais informações contidas na matéria irão afirmar que o crime foi cometido por "**motivo passiona**l".

Dizer que um homicídio tem caráter passiona

l - caracterização rotineira e que aparece em destaque no caso de Danielle - não serve de nada ao processo jurídico, já que o código penal não reconhece a "paixão" como motivo para um assassinato. Ao contrário, a pena pode até ser aumentada se for concluído que o réu agiu com motivação torpe ou fútil, ou ainda sem dar possibilidade de defesa à vítima. Mas, por outro lado, contribui para amenizar a violência de ordem machista que ceifa a vida de mais 10 mulheres por dia no Brasil, segundo o Mapa da Violência Contra a Mulher de autoria da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, divulgado no segundo semestre de 2015.

Quando se diz que o crime é passiona

l, sub

ntende-se que o agressor estaria afetado emocionalmente com a rejeição e término da relação. Esse tipo de discurso, referendado tanto pela mídia quanto pela polícia (principal fonte consultada quando os jornais cobrem feminicídio, como vimos nos dados gerais sobre fontes de nossa pesquisa), devolve o assassinato de mulheres à ordem privada - lugar de silêncio, que compromete o envolvimento da sociedade com o problema e corrobora o jargão "em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher".

Assim, afasta-se a necessidade de uma discussão geral e mudança social acerca destes crimes. Algo da relação homem-mulher justificaria o assassinato, a tortura, a violência. O crime que é adjetivado como bárbaro pelo SP choca, mas não o entendemos como um problema nosso.

Quando se aciona a passionalidade, encobre-se a violação de direitos humanos e quando se adiciona o termo ex-presidiário evidencia-se a intencionalidade de afirmar um perfil violento a certos indivíduos, mesmo sendo a violência doméstica e o feminicídio crimes cometidos por muitos homens. O retorno ao passado do agressor também contribui para culpabilizar a vítima pela própria morte. Amenização e culpabilização não parecem ter sido os motivadores da produção da notícia, mas a presença desses elementos é sintomática e referenda a noção de que objetivo (a morte) e subjetivo (a violência machista) estão contidos na narrativa jornalística, sendo os sentidos hegemônicos postos em evidência.



Figura 8: Matéria do Jornal Super Popular.

Quanto aos atores (fontes), aparece apenas uma fonte citada indiretamente, a mãe da vítima. Além de um trecho de nota publicada pela Universidade, destacado com o intertítulo “cardápio de desculpas”, o que representa a predileção do veículo pelas metáforas e ensaia uma crítica à instituição federal pela falta de segurança. A matéria não é assinada por nenhum jornalista e dispõe de duas ilustrações: uma foto do corpo de Danielle e outra foto com destaque para o autor do crime. Corpo e sangue dramatizam o fato e sinalizam a incapacidade de o jornal ser mais sensível. O apelo imagético explícito no jornalismo classificado como popular (SIQUEIRA, 2015, p.17) nos diz tanto mais sobre a barbárie do que sobre a violência contra a mulher entendida como pauta prioritária no jornalismo.

A notícia no Jornal da Cidade (JC), também manchete da edição, é apresentada a partir do título “Mulher é morta a golpes de faca no restaurante da UFS”. Acompanham a notícia, a foto (com autoria identificada) que registra a prisão do acusado e o resumo “a copeira Daniele Bispo, 28, estava trabalhando na cozinha quando o ex-companheiro Cleiton de Sousa Ramos, 30, entrou pela porta dos fundos. **Eles começaram a discutir** até Cleiton pegar uma faca e partir pra cima dela que se refugiou embaixo da pia. A vítima foi morta com

golpes na barriga e no coração e morreu no local. No último dia 13, **Daniele prestou queixa na DAGV**". A matéria é parte do caderno b, localizada na editoria Cidades, e é assinada. O subtítulo trazido na página destaca, "ex-companheiro foi preso em flagrante e teria tentado suicídio".



Figura 9: Capa do Jornal da Cidade.

A notícia traz elementos semelhantes ao do outro jornal sobre o fato, mas tem um tratamento mais cuidadoso. Cleiton é apresentado como acusado e não como assassino, por exemplo. Traz também outras fontes: uma colega de trabalho da vítima, a mãe da vítima (essa aparece na matéria do SP de forma indireta). O texto é dividido com os intertítulos "boletim de ocorrência", "prisão" e "nota UFS". O primeiro faz alusão ao boletim onde Daniele registrou agressões e ameaças que vinha sofrendo; o segundo intertítulo faz menção a uma passagem de Cleiton pelo presídio por acusação de roubo. Sem mais informações sobre o fato

“Foi ela que ajudou a tirar ele da prisão”, comentou a mãe de Daniele’. Sobre a história de Danielle nenhuma vírgula. Mas, não é difícil imaginar que ela continuará a ser julgada como alguém que errou ao se relacionar com um “bandido” e pagou com a própria vida. O sentimento de posse e o desejo de vingança por não aceitar “o não” da ex-companheira ficam sombreados pela interrogação: por que ela se envolveu com ele? O que nos levar a indagar sobre o fato de tanto a motivação passional, quanto justificativa a partir do perfil do agressor, apresentarem-se, mesmo que por caminhos distintos, como técnicas de fuga do problema central: a cultura machista que continua a violentar e matar as mulheres.

Quanto aos atores, podemos perceber que se escolheram as fontes a partir da proximidade, sendo ouvidas as testemunhas e a família da vítima e, ainda, o posicionamento institucional da UFS. A polícia é citada em SP e JC e tem a ação de detenção destacada, mas não há declarações de seus representantes. O Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV) não foi ouvido, ainda que o órgão público tenha sido citado na chamada do JC (mesmo que erroneamente, já que o boletim de ocorrência de Danielle foi feito dias antes em Nossa Senhora do Socorro, no Centro de Atendimento a Grupos Vulneráveis, como consta no corpo da matéria).

Também não há uma preocupação de contextualizar o caso como um entre tantos num estado em que a delegacia da mulher registra em média 260 boletins de ocorrência por mês. O fato parece se encerrar nele mesmo, mas basta olhar para o canto direito da página que estampa a morte de Danielle em JC para visualizar mais um caso de violência, desta vez de estupro.

No primeiro jornal (SP) podemos perceber mais fortemente a presença de elementos sensacionalistas e o enquadramento do crime como passional - categoria facilmente encontrada nos relatos noticiosos sobre violência doméstica.

O fator tempo, que condiciona todo o processo de produção das notícias e que serve à celeridade dos fatos, pode ser um dos indicadores das coberturas aligeiradas, mas é insuficiente para justificar a escassez de reflexões sobre os impactos cotidianos da dominação masculina na vida dessas mulheres - que viram manchetes não como protagonistas de suas histórias, mas como a materialização, através dos seus corpos e das marcas de violência, do machismo.

Em situações como essa, é o caráter sensacionalista e o apelo imagético e emocional que roubam a cena e passam a figurar como destaques das notícias. O que nos leva a questionar a predileção dos jornais por esses elementos e não outros. Assim, confirma-se a crítica de que os fatos com maior probabilidade de aparecer na mídia são aqueles que carregam consigo um “drama social” (BOURDIEU, 1997, CHAMPAGNE, 1998).

O feminicídio do qual tratamos nesse capítulo aconteceu no dia 19 de agosto de 2013 e os jornais entraram em circulação nos dias 20 (JC) e 22 (SP). Ou seja, talvez a conquista do público (audiência/clientela) a partir do fato que rompe o fluxo, que choca pela tragédia, tenha sido priorizada em detrimento de outras possíveis formas de abordagem da violência como, por exemplo, o fato de a violência doméstica ter tido como desfecho um espaço público e ao mesmo tempo ambiente de trabalho da vítima.

Considerando que “a forma narrativa de contar está impregnada pela narratividade, qualidade de descrever algo enunciando uma sucessão de estados de transformação. É a enunciação dos estados de transformação que organiza o discurso narrativo, produz significações e dá sentido às coisas e aos nossos atos” (MOTTA, 2015, p. 143), pode-se diagnosticar que os dois veículos, neste *case*, pecam pela ausência de elementos que possibilitem ao leitor conexões entre acontecimento e mundo da vida, ou mais precisamente a localização em termos políticos da violência contra mulheres na sociedade. Assim, o caminho narrativo percorrido já é velho conhecido, aborda inicialmente o acontecimento, evidenciando as circunstâncias do crime (data, local, nome e idade) e em seguida, desloca-se do assunto noticiado para o passado do agressor, que não raro e como vimos aqui é “violento” e tem “antecedentes criminais”.

A situação poderia ser resolvida com a busca por uma participação mais plural de vozes enquanto fontes das notícias (órgãos especializados, organizações de mulheres, profissionais da saúde, da sociologia, instituições que trabalhem no combate e prevenção da violência de gênero), que poderiam contribuir para uma modificação da abordagem e construção de outro tipo de sensibilidade sobre o assunto.

Refletir sobre essa problemática, portanto, envolve a própria análise da rotina do/da jornalista, o processo produtivo, entre outros fatores. Observação que se faz crucial por entendermos a comunicação como um campo de produção de valor simbólico e de reprodução/manutenção de um modelo societário.

3.1. Desdobramentos

O caso de Danielle ganhou repercussão significativa, o que fez com que o assunto permanecesse como pauta por mais alguns dias. O destaque não se deve necessariamente ao assassinato de uma mulher, já que outros feminicídios foram registrados no período. Mas, essa dimensão pode ser mensurada pelo fato de o crime ter ocorrido dentro de uma universidade. A mobilização ganhou contornos distintos e por vezes, como veremos a seguir, o homicídio e a violência de ordem machista ficaram em segundo plano para dar evidência à discussão sobre a segurança na Universidade Federal de Sergipe.



Figura 11: editorial de 21 de agosto do JC.

O editorial de JC confirma a hipótese de a repercussão acontecer por conta do local do crime, “uma casa acadêmica, de difusão do saber e cultivo da arte e da inteligência”. Mas,

já em seu primeiro parágrafo naturaliza a cultura de violência baseado em números usando o termo “acostumada”, entre parênteses, para definir a reação da opinião pública brasileira quando mais um caso como esse é anunciado.

De acordo com a opinião do jornal, as pessoas se dividiram entre questionar a segurança que a instituição oferece ou culpar a vítima por ter relações com “um indivíduo desqualificado”. O crime adjetivado como “banho de sangue dentro dos muros da Universidade Federal de Sergipe”, que repercutiu em noticiários policiais da região sul, destacando a violência no estado, não é compactuado (segundo o JC) pelo povo sergipano. Ao fim, e como forma de responder à situação, a sentença: “indivíduos como ele não merecem a liberdade”, reforçando novamente o perfil de agressor de mulheres.

Nota-se que em determinado momento naturaliza-se a violência como parte do cotidiano para num momento seguinte afirmar que “cenas desta espécie” não são toleradas pela população. Achismos, adjetivações, pouca habilidade para lidar com a temática em sua totalidade e a contínua ideia de apoiar-se no sistema carcerário, como exemplo e medida de eficiência contra a violência contra as mulheres.



cido. “A gente quer dá à devida importância porque foi mais uma mulher morta e isso tem sido uma realidade constante no nosso Estado”, completou Mery.

Com relação à falta de segurança, a estudante de enfermagem reconheceu que, como o campus de São Cristóvão concentra a reitoria e outros setores administrativos importantes, não tem casos frequentes, porém, nos campus de Laranjeiras e Lagarto a situação é preocupante.

“Os residentes da UFS desses campus são assaltados frequentemente, pois a unidade de Laranjeiras é exposta, assim como a de Itabaiana. A mesma coisa acontece em Lagarto, que nem campus permanente tem”, frisou a representante da Anel.

Para o chefe de Segurança da UFS, Leonel Silva Feitosa, a segurança é boa se for comparada com a do Brasil, mas precisa passar por algumas melhorias, como, por exemplo, a iluminação durante o turno da noite que está precária.

“Existe um projeto de iluminação, sinalização, novos equipamentos, segurança eletrônica e a contratação de mais 90 homens, além dos 198 que já fazem a segurança local da instituição”, revelou Leonel, ressaltando que ocorrências de mortes como aconteceu esta semana não acontecem, apenas carros forçados, e, de vez em quando.

Figura 12: matéria destaca protesto contra a violência e por segurança (edição de 21 de agosto do JC).

De acordo com a matéria, embora o ato tenha sido motivado pelo assassinato de uma trabalhadora nas dependências do campus universitário, há uma centralidade evidente na segurança oferecida às pessoas que transitam na UFS. A expressão “violência contra a mulher” aparece 4 vezes ao longo do texto, já o termo segurança registra 6 aparições. A narrativa textual, que sequer apresenta no título e legenda da foto a violência de gênero, convida o leitor a refletir mais sobre segurança e violência de modo geral do que a partir do recorte da violência machista. Mesmo a questão da iluminação do campus à noite, trazida por uma das fontes, poderia ser abordada a partir da segurança para as mulheres, já que estas são vítimas constantes de violência sexual e locais com pouca iluminação podem contribuir com essa situação, mas o assunto também passa despercebido. Cabe ainda pontuar que Danielle não morreu necessariamente por falta de segurança, pois o seu agressor estava disposto a

encontrá-la onde ela estivesse. O feminicídio acontece tanto nas ruas quanto nas casas das vítimas, sendo a sua principal razão a ideia de propriedade do corpo da mulher.

B-6 | ARAÇAJU, QUINTA-FEIRA, 22 DE AGOSTO DE 2013
OPINIÃO
JORNAL DA CIDADE

INCLUSÃO SOCIAL

EU TAMBÉM FAÇO PARTE! | VIANESKA CIPRIANO E ROSEANE MOURA

Oficina da Palavra

"Quando você sair tomaremos um sorvete, que tal?" E qual foi a resposta de Cris, interna do Presídio Feminino (Prefem), ao meu convite: "Que nada! Uma pessoa como você vai tomar sorvete com uma ex-presidiária?". Existe algo que diferencie um ser humano de outro? Quem nunca errou nesta vida? Será que também não estamos presos ao mundo aqui fora? Há vozes em defesa de mulheres como Cris? Esta semana, durante minha participação na "Oficina da Palavra", ministrada pelo poeta e escritor Aratipe Coutinho a 20 internas do Prefem, surgiram vários questionamentos jornalísticos combinados a sentimentos como solidão, culpa, esperança e "vontade de voltar a ser o que realmente o ser humano é". Elas conhecem seus direitos? Dada a mudança de comportamento, podem diminuir a pena, por exemplo? O que farão ao sair do presídio? Irão conseguir saborear um sorvete? Segregação. A dignidade humana precisa de nova morada...

"Oficina da Palavra" existe há quase dois anos e a nova turma é composta por mulheres entre 20 e 42 anos. Aratipe Coutinho é voluntário da iniciativa, que integra o Projeto Florescer, idealizado pela procuradora de Justiça e corregedora Geral do Ministério Público de Sergipe, Maria Cristina da Gama. "Florescer" visa fortalecer a cidadania das mulheres em situação de prisão, por meio do estímulo à informação e à inserção no mercado de trabalho. "Elas se deixam fotografar, pois querem ser vistas aqui fora. Estão vivas e precisam ser lembradas com amor", revela o cineleiro. A iniciativa já rendeu a publicação da obra "Outras Vozes" que ganhou destaque nacional e que concorre ao prêmio Inovare. "Cada um tem sua luta própria. Até na morte podemos nos socorrer. É importante dar a volta por cima e reagir", comenta Aratipe Coutinho. E o sorvete "aqui fora" espera por Cris... Em uma semana esta mulher em situação de prisão vai a júri popular. "Lá será mostrada a destruição. Eu vim do lado e lá não nascem flores. Mas te digo que eu sou a flor do lado e ao sair posso tomar um sorvete contigo. Voltarei a ser eu mesma", desabafa Cris.

DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL E/OU MÚLTIPAS - Para iniciar as comemorações à Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e/ou Múltiplas, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Araçaju (Apae/SE) realiza hoje (22), a partir das 15h, uma Passeata com saída da Praça Olímpio Campos (Catedral Metropolitana) em direção a Praça General Valadão. Segundo o presidente da Apae, Max Santos Guimarães, a mobilização acontece até o próximo dia 26, tendo como objetivo "chamar a atenção da sociedade para as potencialidades desenvolvidas pela pessoa com deficiência intelectual, bem como para alertar quanto

Violência contra a mulher, a luta não pode parar

Araçaju. Segunda-feira. Dezenove de agosto de dois mil e treze. **Dia cinzento.**

Tudo ficou cinza, talvez não apenas pelas condições climáticas de hoje, mas também pela notícia publicada sobre a morte da **mulher de 30 anos**, esfaqueada pelo seu **ex-companheiro**, no interior do RESUN, na Universidade Federal de Sergipe. Lamentável. Revoltante.

Lamento, mais ainda, que o foco da discussão germinada depois de tamanha atrocidade seja apenas falta de segurança pública, e não a violência contra a mulher. Não desmereço as medidas que devem ser tomadas para assegurar a todo e qualquer cidadão o direito à segurança, mas acredito que a **violência de gênero ultrapassa essa questão, por seu viés cultural, enraizado no machismo e na ideia de "coisificação" da mulher.**

Durante anos, fomos violentadas, tratadas como objeto, como coisa. Sobrevivemos ao **sistema feudal** que, por suas regras, impunha que a noite de núpcias fosse do senhor feudal e não do marido. E aí, pouco importava o desejo da mulher, a disputa era entre o orgulho dos homens em questão. De um lado o senhor feudal, do outro o marido inconformado por não ter o direito à primeira noite. **A mulher ainda era objeto.**

Avançamos na linha cronológica da história, chegamos ao século XIX, e o que mudou? A mulher ainda é "coisificada", não tem direito a escolher o homem com quem quer compartilhar a vida e construir família (muito menos seguir sua orientação sexual), também tem o dever de aprender a executar com maestria os afazeres domésticos. Algumas nadaram contra a corrente e desafinaram esse coro de contentes, foram à luta, ao trabalho, escreveram, marcaram a história, foram rechaçadas pela sociedade e por suas famílias, chamadas de loucas, e muitas até foram internadas em casas de repouso por seus próprios familiares.

Mais um salto na história e chegamos aos dias de hoje. Século XXI. As mulheres já podem votar, serem votadas, escolher seu companheiro (a), parceiro (a) ou não escolher ninguém. Já vislumbram o sucesso profissional – ainda que com todas as dificuldades devido ao seu gênero – mas, ainda sofrem as consequências dessa conquista de direitos, do direito de viver de forma plena e tutelada pelo Estado.

Os direitos femininos esbarram na cultura machista, no sentimento de posse existente em cada um dos homens (e não só neles), no desrespeito às escolhas femininas – inclusive, término de relacionamentos – porque ainda somos enxergadas como objeto, coisa, acessório que compõe o todo e deve segui-lo, sem questionar, aonde quer que ele vá.

O assassinato ocorrido no RESUN não é fruto de um amor exagerado, de uma paixão irracional, mas de um sentimento extremado de posse, de desrespeito com a mulher. **Mais revoltante ainda são opiniões como: "também... a culpa é dela. Vejam com que tipo de sujeito ela foi se meter?"**

Paro, penso e não consigo compreender como a sociedade é tão machista que, nesse caso específico, a mulher esfaqueada ainda é colocada como a culpada. Por certo, **a mesma sociedade que culpa a mulher vítima de estupro, que culpa a vítima de assédio sexual no ambiente de trabalho e que acha elogio o assédio que cada mulher passa no dia-a-dia pelas ruas das cidades. A mulher é vítima e não culpada.**

Em suma, a luta feminista não é por acaso e aleatória. A luta feminista é feita, sim, nos detalhes, na conscientização de um por um, nessa sociedade machista e patriarcal, de que não somos apenas objetos. Aliás, não passamos nem perto disso.

A mulher é senhora de sua vontade, de seus desejos, do seu presente, passado e futuro, senhora do seu domínio e mais ninguém. Ela pode se incomodar com os assobios nas ruas, porque ela não é coisa, nem objeto de prazer. Pode lutar para que seus direitos sejam efetivados e deve reprimir a opressão do patriarcado no seu dia-a-dia, sempre. Porque, amigas, **a violência sofrida por uma é, na verdade, praticada contra cada uma de nós.**

Solidarizo-me com a família da vítima **Danielle Bispo dos Santos**, assassinada hoje, 19/08/2013, pelo seu **ex-companheiro**.

Figura 13: artigo de opinião na edição de 22 de agosto do JC.

O artigo da advogada Leilane Barbosa critica tanto o enfoque dado à pauta da falta de segurança quanto à culpabilização de Danielle por ela ter namorado alguém com antecedentes criminais. O texto, escrito no dia do assassinato, é o único que se preocupou em escrever corretamente o nome da vítima.

Para a advogada, a vida da jovem trabalhadora foi interrompida pela cultura machista, pelo sentimento de posse e desrespeito às escolhas femininas, neste caso o término de um relacionamento abusivo, marcado por agressões e ameaças. A opinião de Leilane é partilhada pelo movimento de mulheres e é motivo de diversos estudos sobre a questão de gênero, algumas das razões que podem nos levar a questionar por que não trabalhar com a desconstrução do machismo nas notícias de violência? Por que vozes como a da advogada não podem ser ouvidas para a produção de conteúdo jornalístico?

Acionar fontes especializadas para responder a inquietações sugeridas pelo fato é um exercício básico do jornalismo, porém como vemos em nosso estudo, este foi posto em prática

muito raramente. E, embora se registre que é fundamental a presença de textos opinativos nos impressos, sobretudo quando tratamos de temáticas sensíveis, é importante notar que o artigo não tem o mesmo destaque que a matéria de capa, por exemplo. Queremos considerar aqui que a importância dada à determinada questão pode ser medida por sua aparição, mas também pela dimensão que damos a essa abordagem, página ocupada, vozes acionadas e apuração rigorosa - elementos relevantes para aferir sobre o entendimento que o veículo tem acerca da questão e que podem corresponder a uma sensibilização de leitores ou não.



Figura 14: republicação do portal G1 em 22 de agosto.

Destacamos no texto acima o apagamento do nome de Danielle da notícia, ao resgatar o assassinato, a sua identificação passou a ser “a vítima”. A generalização favorece a percepção de que aquele é mais um caso de violência.

Uma violência que, como afirmou o jornal em outra edição, choca, mas também é comum; causa revolta, mas é naturalizada como cena do cotidiano passível de acontecer com qualquer mulher. O nome de Danielle vai perdendo força, porém as marcas da violência permanecem na narrativa “(...), de 28 anos, foi morta a facadas”.

O lembrete aciona a subjetividade de quem lê, as facadas nos remetem ao corpo que tombou e ainda a outros casos de violência contra a mulher. A construção textual de retomada do acontecimento entende como objeto de destaque não necessariamente a mulher (ainda que essa seja o alvo), mas o tipo de crime cometido. Ser morta a facadas no local de trabalho reforça a ideia de vulnerabilidade daquela mulher e realça a crueldade do agressor.

JOSÉ LIMA SANTANA

ADVOGADO, PROFESSOR DA UFS, MEMBRO DA ASL E DO IHGSE

Violência contra a mulher

Um dia, nos albores da civilização, os homens intuíram da necessidade de reger as condutas para que se pudesse estabelecer a paz e a harmonia social. Foram criadas, então, as **normas jurídicas**, embora, lá atrás, ainda muito incipientes, mas que foram sendo aprimoradas com o passar dos tempos. Por isso mesmo, disse Tobias Barreto que "o Direito é a força que venceu a própria força". E como explicaria Sílvia Romero, dileto discípulo daquele, "a força da civilização venceria a força bruta". Os séculos se passaram e os homens ainda lutam para reprimir instintos, para reger condutas e sancionar os infratores do ordenamento jurídico estabelecido.

O homem, antes de tudo, é um animal. Racional, social... E tudo o mais. Perfeito. Todavia,



Divulgação

Na última segunda-feira dia 19, foi a vez de a Universidade Federal de Sergipe ser usada como palco para que um monstro desse vazão ao seu instinto de fera. Como todos tomaram conhecimento, a colaboradora de uma empresa prestadora de serviços ao Restaurante da UFS (Resun) teve sua preciosa vida ceifada por um meliante, que fora, até pouco tempo, seu companheiro. Rejeitada por ela, diante de suas atitudes que provavelmente não condiziam com as que uma mulher requer do seu companheiro, ele deve ter tramado roubar a jovem vida daquela que nele buscou em vão, compreensão, respeito amor, ou quaisquer adjetivos que queiramos imprimir.

Para nós da UFS, para toda a comunidade, foi um momento de desalento. E o fato

tudo o mais. Perfeito. Todavia, ainda não foi possível, se é que um dia o será, domar os instintos por completo. Os maus instintos. E há surtos bestiais por parte de muitas pessoas. E há atos ferozes de homens que atentam contra as mulheres. Assim o é há milênios. E o é em todos os lugares, basicamente. Em todas as sociedades. Em todas as camadas sociais. A violência contra a mulher, num grau maior ou menor, não está instalada somente nas periferias das cidades ou nos grotões do interior, como verdadeiros guetos. Não! Ela também pode ser encontrada nas zonas de classes sociais e econômicas mais favorecidas. Nas periferias e nos grotões a violência contra a mulher chama muito mais a atenção, porque ela se expõe muito mais.

Como resolver a questão da violência contra a mulher? Com uma lei. Geralmente, as pessoas pensam que a lei pode tudo. Ensina a professora de Direito da PUC-SP Maria Helena Diniz, que "a lei não age". Logo, "a lei não coage". Não bastam as leis. Se elas fossem suficientes para combater a violência contra a mulher, bastaria a Lei Maria da Penha, que em boa hora foi sancionada. Mas ela, por si mesma, é insuficiente. Aliás, a violência de um modo geral tem campeado pelo país afora, numa escala crescente, e que parece crescer mais a cada dia. A família está se destruindo (e aqui não vai nenhuma repreensão aos novos tipos de família, consagrados pelo sistema jurídico pátrio). Os valores que a instituição familiar resguardou por séculos a fio, transmitindo-os aos seus membros estão se desmilitando. A escola já não tem o controle do processo educativo complementar àquele que se estabelecia no reduto dos lares. A sociedade queda sem saber o que fazer, ou o que deve ser feito. O estado está perdendo

o passo no combate à violência. O caos está instalado? Não sou alarmista. Porém, tenho que considerar que o sinal amarelo está aceso. Daí para o sinal vermelho não passa de um passinho de formiga.

Tornando à violência contra a mulher, é absolutamente inconcebível que, com leis ou sem elas, homens estúpidos, verdadeiros brutos, para não os chamar de monstros, embora esta seja a nomenclatura que se lhes apresenta mais apropriada, teimem em ver nas mulheres meros objetos dos seus desejos escusos, dos seus devaneios, dos seus bestiais instintos, da sua sanha criminosa. É provável que algum leitor melindrado, e eu não saberia o porquê, replique que há mulheres que também atentem contra a integridade física ou moral dos homens. No universo da malfadada violência dos homens contra as mulheres, a prática da violência destas contra aqueles é uma gota no oceano. Ninguém é de ninguém. A potência não se estende sobre as pessoas. Não há o direito subjetivo de propriedade de alguém sobre outrem. Nem mesmo no caso dos casais. Não! Você leitor amigo e você amiga leitora não de concordar comigo? Espero que sim. Ou melhor, eu tenho certeza que sim. Afinal, os nossos leitores e leitoras são inteligentes. Sabem muito bem o valor da vida em sociedade. Defendem a paz social. A resolução dos conflitos sociais a partir da via legalmente estabelecida: a judicial, quando é preciso.

Os casos violentos contra a mulher se sucedem. Enchem os meios de comunicação social. Estarrecem as pessoas. Acionam os aparatos policiais e judiciais. Até quando? Nos lares, nas ruas, nos estabelecimentos de trabalho ou de ensino. Nenhuma mulher, infelizmente, está livre. Nenhum local está imune a isto.

memória de desalento. E o lamentável e reprovável ocorreu no exato momento em que o reitor Ângelo Roberto Antonioli estava discutindo com os seus pares, na ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), a possibilidade de criar a Guarda Civil Universitária, cuja intenção é, se o MEC der o aval, o que não será fácil, dotá-la de armas não letais, para substituir em todas as instituições a vigilância contratada. Do mesmo modo, o homicídio ocorreu dias após o reitor ter aberto a discussão com os seus auxiliares diretos, no sentido de tomar outras medidas internas, como a criação de brigadas de segurança, incêndio, primeiros socorros, impacto ambiental etc. E, ainda, reabrir antiga discussão com a comunidade universitária em geral acerca da possibilidade de instalar equipamentos de segurança nas entradas dos campi e nos locais mais adequados dos espaços físicos interiores, neste último caso para a instalação de câmaras de circuitos internos, dentre outros instrumentos que melhorem a segurança. Tudo isto vinha sendo discutido nos últimos dias. Esperamos que tudo possa, paulatinamente, ser intensificado e levado a bom termo, após consulta aos docentes, discentes e técnicos, no que for cabível consultar. Afinal, trata-se de uma entidade pública onde deve imperar a democracia e, mais ainda, a razoabilidade.

A sociedade sergipana perdeu mais uma vida. Mais uma vida feminina. Uma vida jovem. Arrebatada que fora de forma monstruosa por uma força monstruosamente incontida. Que um dia nós possamos contê-la. Que possamos nos conter. Um dia, que não demore tanto. Chega de violência contra a mulher.

Figura 15: artigo de opinião publicado em 25-26 de agosto.

O artigo de opinião assinado pelo professor da UFS José Lima, intitulado “Violência contra a mulher” é o último dos desdobramentos encontrados em nosso material de análise. O texto define como monstruoso o feminicídio que vitimou Danielle. O professor faz a opção de não citar o nome da vítima, tratando-a com colaboradora da instituição. Ao questionar o tratamento dado às mulheres como objeto, José Lima identifica com brucutus aqueles que cometem atos violentos contra mulheres, mais adiante chamará de “monstro” o assassino da jovem e refere-se a sua ação como um “instinto de fera”. O professor, embora reconheça que a origem da violência está enraizada numa cultura de dominação e poder masculino exercido sobre as mulheres, reforça, ao associar o ato ao instinto, uma ideia de que certos indivíduos não possuem condições de sociabilidade e que desfrutam de uma “sanha criminosa”.

A contradição se faz presente exatamente porque nos parágrafos iniciais do texto, existe a argumentação de que não bastam as leis e de que outras instituições como a família e a escola são importantes para evitar essa violência.

Na segunda metade das linhas o professor opta por dar ênfase às propostas de segurança que estão sendo estudadas pela administração, como a implantação de uma “Guarda Civil Universitária”. Há confusão entre as pautas e embora o próprio autor frise que a violência contra a mulher ocorre “nos lares, nas ruas, nos locais de trabalho e estabelecimento de ensino”, o desfecho do texto coloca a pauta da segurança em evidência, deixando uma mensagem de que um dia possamos conter a força monstruosa da violência. Também não se pode deixar de mencionar a escolha da foto que ilustra a página, uma mulher com vários hematomas no rosto contribui para a dramatização da narrativa, ainda que não se possa definir se a imagem causaria efeitos positivos ou negativos, já que “por trás do sensível há sempre o risco” (SIQUEIRA, 2015, p. 33).

4. VIOLÊNCIA E ESTIGMAS SOCIAIS

A partir da análise de enquadramentos (termos e expressões) percebeu-se que os perfis de vítimas, agressores e locais de violência vão se cristalizando na cobertura midiática dos veículos que integram o corpus. Essas construções não podem ser analisadas desassociadas das categorias gênero, raça e classe social – pois, constata-se que são exatamente essas as questões postas em evidência.

Em alguns textos analisados, principalmente aqueles que dispunham de fontes especializadas ou se configuravam enquanto pertencentes ao gênero opinativo, foi possível encontrar a informação de que a violência contra a mulher não atinge apenas as mulheres pobres ou que mulheres inseridas na classe média também procuravam a delegacia da mulher para prestar queixa contra uma violência sofrida. Porém, os casos noticiados reiteram que a violência acomete as mulheres que estão na base da pirâmide social quando nos referimos ao poder aquisitivo.

Ainda que não existam muitas informações sobre a vida dessas mulheres, podemos tirar essa conclusão a partir dos locais onde essas violações ocorrem: bairro Santos Dumont, zona norte de Aracaju, bairro Rosa Maria, município de São Cristóvão, bairro Santa Maria, 17 de Março, Jetimana, Augusto Franco, povoados de interiores sergipanos (...).

Além de as notícias reforçarem a correlação de violência associada à classe, soma-se a análise a predileção em evidenciar os bairros onde residem vítimas e agressores, as localidades – onde acontecem os casos de violência - muitas das vezes aparecem antes do título, como destaque da notícia. De modo que, a partir da repetição daqueles locais como palcos de violência conclui-se que os episódios narrados nos jornais fazem parte do cotidiano do lugar que, que não por acaso, recebe o rótulo de violento.

Assim, embora exista uma relação entre violência e classe social, já destacada em mapas e pesquisas do Ipea, é preciso que essa análise seja feita de conjunto, do contrário os meios podem promover distorções e generalizações que contribuem para a estigmatização da pobreza. Ademais, outros elementos extraídos das notícias necessitam de uma reflexão:




Enquadramentos Midiáticos (termos e expressões)		Construções Problemáticas
Agressor	“ex-presidiário” “parecia estar drogado” “tarado” “estuprador” “monstro”/ “instinto de fera” “portador do vírus HIV” “indisciplinado”	Violento Doente Sob efeito de entorpecentes/drogas  Patologização do Machismo
Vítima	“passa necessidade/“vivendo de ajuda” “tenho medo” "mulher tem a cabeça decepada" "homem estupra e marca a ex-mulher como gado" “corpo carbonizado”	A mulher está condicionada à violência  Fragilidade
Violência contra a mulher	“crime bárbaro/motivo passionai” “bebedeira quase acaba em morte” "eterno descaso" “falta de comunicação leva gestante à morte” “mais uma mulher”; "tráfico do sexo" “golpe do amor” “coisa feia”	Há uma amenização ou justificativa para a violência  Romantiza a violência e/ou Banaliza a violência

Tabela 7: Enquadramento midiático de SP e JC para a violência de gênero.

Para pensar a construção dos perfis de vítima e agressor, convém considerar que o enredo da notícia, nos dois jornais, foi constituído a partir da ideia de poder do homem e de fragilidade da mulher. Esta era quem “passa necessidade”; estava “vivendo de ajuda”; o medo havia lhe “tirando o sono”, e, enquanto agrupamento social, são lidas como “mulheres violentadas”.

Já o agressor, além de exercer domínio sobre as suas vítimas tinha suas responsabilidades atenuadas. Isso porque não é, segundo os elementos que encontramos nos jornais, o homem comum quem estupra, ameaça, bate, xinga e mata. Se o fez é porque “parecia estar drogado”, ou porque é “tarado”, ou porque era “ex-presidiário”, ou porque “estava inconformado com o término da relação”. O “estuprador” e “monstro” é patologizado.

Uma patologia jamais justificada pela medicina, mas que reiteradas vezes aparece como justificativa dos crimes cometidos por “parceiros”, “ex-companheiros”, “ex-maridos” e “pais”. Assim temos a sentença: a mulher violentada é frágil, o homem que violenta é doente. Essa representação social e simbólica invisibiliza elementos que os próprios jornais apresentam, quando esses fazem referências a institutos de pesquisa e buscam amparo em dados estatísticos.

Essa configuração contraditória mora nas notícias porque também reside no senso comum, como mostrou a pesquisa do Instituto Avon/Data Popular – Percepções dos Homens sobre a Violência Doméstica contra a Mulher¹⁰. Segundo os dados, a mulher é objeto do lar e não é dona de si mesma (ou pelo menos não deveria ser na avaliação dos homens consultados durante o estudo). 56% dos homens admitem que já cometeram alguma dessas formas de agressão: xingou, empurrou, agrediu com palavras, deu tapa, deu soco, impediu de sair de casa, obrigou a fazer sexo. A maioria considera inaceitáveis certas condutas por parte da mulher: 85% condenam que ela fique bêbada; 69% que saia com amigos/as, sem o marido; 46%, que ela use roupa que consideram “inadequada”; 37% dos homens acham que, por causa da Lei Maria da Penha, as mulheres os desrespeitam mais; 89% dos homens consideram inaceitável que a mulher não mantenha a casa em ordem; e para 53% a mulher é a principal responsável pelo sucesso do casamento.

Os dados que causam espanto ganham reforço midiático quando a imprensa e os seus agentes diminuem determinadas circunstâncias e, tentam elaborar justificativas para os

¹⁰ Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/instituto-avon-divulga-pesquisa-inedita-sobre-a-percepcao-dos-homens-sobre-a-violencia-domestica-contra-as-mulheres/>>. Acesso em: 7 de fevereiro de 2016.

sintomas mais violentos do patriarcado. Assim, o “crime bárbaro” pode ser noticiado como uma fatalidade que ocorreu por um “motivo passionai”. E o feminicídio ganha ares de romance mal resolvido.

Ficam escondidas algumas das violências que marcam a vida de quase todas as mulheres, o simbólico dos jornais pode ser compatível ao que a Lei Maria da Penha (11.340/2006), em seu artigo 7º tipifica como violência psicológica - onde fazem morada a culpa, o medo, a fragilidade e a manutenção de ciclos de violência. A saber:

Qualquer conduta que cause dano emocional ou prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação da mulher; diminuição, prejuízo ou perturbação ao seu pleno desenvolvimento; que tenha o objetivo de degradá-la ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição, insulto, chantagem, ridicularização, exploração, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio (LEI MARIA DA PENHA, 11.340/2006).

Quando não incorre no erro de romantizar a violência machista ao associá-la à paixão, os jornais reproduzem através da construção textual uma naturalização do fenômeno. Não foram raras as expressões “Mais um caso”, “Mais uma mulher”, “Mais um caso de violência” para dar início às notícias que versavam sobre agressões, estupro e feminicídio. O tratamento dado está impregnado por uma normalidade, ainda que esses acontecimentos rompam com a dinâmica natural das coisas e, exatamente por essa razão, sejam fatos passíveis de serem interpretados como noticiosos.

4.1. Objetificação do corpo feminino

Não podemos deixar de pontuar também a objetificação explícita do corpo feminino promovida pelo Jornal Super Popular. Em todas as edições que integram o corpus há uma mulher em destaque na capa, que normalmente aparece com peças íntimas ou roupa de praia. Ela vai aparecer na parte interna na seção “Garota Super Popular”, um espaço dedicado ao público masculino e que explora o corpo da mulher como atrativo:

“Contemplar as curvas da bela (...) **é um presente que não poderíamos negar aos leitores** do Superpopular. Escorpiana, simpática, amiga e festeira, a garota que estampa a capa desta edição odeia mentira e falsidade e, por isso, procura não dar confiança a quem não merece. Amante do mar e da música “Simples Desejo”, da cantora Luciana Melo, com certeza, **deixará muito marmanjo suspirando** e cantarolando a seguinte canção: “eu não quero tudo de uma vez, eu só tenho um simples desejo...” – poder admirar a musa (...). **Assim, não tem dia que não termine bem**” (EDIÇÃO 137, JORNAL SUPER POPULAR, setembro de 2013, destaque e supressão nosso).

O exemplo acima traduz o entendimento do jornal sobre a categoria mulher: “um presente” que torna o dia dos homens melhor. Não importa se a manchete vai falar de um assunto polêmico, trágico, não faz diferença se a pauta em destaque é um caso de feminicídio. Haverá sempre uma mulher para atrair a clientela masculina e reforçar o estereótipo de objeto sexual. Reflexos de um dos mais antigos problemas, pois “a objetificação sexual é o processo primário da sujeição das mulheres” (SCOTT, 1995, p. 77).

Ao tratar a mulher como uma mera mercadoria de consumo simbólico de homens, reforçando a lógica de "mulheres-objetos", através do apelo da imagem hipersexualizada, que se soma a textos também coisificadores, o jornal transmite uma ideologia machista. Essas simbologias tão comuns na mídia brasileira corroboram a violência sexista.

Especialmente, condicionam a sexualidade feminina ao homem e ao mesmo passo a reduz a um produto. Cabe ainda destacar que há uma predileção por um determinado padrão de mulher para que o corpo ganhe destaque na publicação, como podemos ver nos exemplares destacados:



Figura 16: Capas do Jornal Super Popular - edições escolhidas no período de julho a setembro de 2013.

Dessa forma, o jornal reforça o discurso hegemônico que destina às mulheres um “não lugar” ou ainda um “não reconhecimento” enquanto sujeitas de direito. Se em momentos anteriores do trabalho falamos sobre um conjunto de violências que afetam a vida das

mulheres, não podemos deixar de destacar que essa construção midiática que vê a mulher enquanto produto também é mantenedora da uma violência simbólica, que precisa igualmente ser desconstruída.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento desta dissertação de mestrado voltada à problemática da violência contra mulher a partir das narrativas de impressos sergipanos nos permite concluir que:

1. A cobertura midiática sobre casos de violência cometidos contra mulheres ainda é superficial, repetitiva e policialesca, de acordo com o material analisado.
2. Este cenário problemático não está restrito a veículos enquadrados como *sensacionalistas* - conhecidos por seu recorte mais apelativo, representado em nossa pesquisa pelo Super Popular (SP) -, e também pode ser encontrado em outros veículos informativos, como é o caso do Jornal da Cidade (JC).
3. A violência doméstica continua sendo uma das principais ocorrências registradas quando falamos de violência contra a mulher em Sergipe. Em 2013, quase 3 mil mulheres registraram Boletins de Ocorrências¹¹ na Delegacia da Mulher de Aracaju (DAGV). Ainda assim, o número de casos nos impressos analisados é relativamente pequeno, se comparado aos registros oficiais.

É fato que a temática da violência contra a mulher tem elementos suficientemente relevantes para justificar a sua constante aparição na imprensa e que essa aparição também é uma reivindicação social, pois a invisibilidade dessas questões é ainda mais danosa. Mas, o que exploramos aqui foi a forma/conteúdo dessa abordagem, o que envolve preceitos jornalísticos, políticos e sociais.

O que podemos constatar é que se antes o silêncio prevalecia, hoje, percebe-se que essa cobertura midiática é até recorrente - embora certas pautas permaneçam ocultas ou sequer sejam entendidas como formas de violência contra a mulher, como averiguamos nas matérias que tratavam da precarização das maternidades públicas e negligências no atendimento médico a gestantes, enquadradas por esta pesquisa na categoria violência obstétrica.

Se a violência obstétrica - que destacamos acima - não foi interpretada pelos veículos como violência, o assassinato de mulheres não foi em momento algum noticiado como

¹¹ Dados fornecidos pelo DAGV e divulgados em uma das matérias do Jornal da Cidade que integra este trabalho.

feminicídio, o termo esteve ausente na construção da notícia. Violações desse tipo somente tiveram apontadas como causa o machismo nos artigos de opinião, na entrevista com a representante da delegacia da mulher e nas falas dos movimentos de mulheres.

Outra crítica que fazemos diz respeito à amenização da violência ou ainda a utilização de recursos do humor e trocadilhos (esse último expresso enfaticamente nas manchetes, títulos e matérias do semanário Super Popular) para noticiar casos de agressão a mulheres. Silva (2010, p.560) explica que a violência contra as mulheres acontece de modo velado, “[...] no mascaramento e na subordinação da nossa linguagem cotidiana, no uso de expressões e de diversos jogos de linguagem, nas palavras de duplo sentido [...]”. Essas estratégias utilizadas para atrair os leitores, reforçam como natural e cotidiana a violência de gênero ao mesmo tempo em que relativizam o ato violento a partir do tom debochado, a mulher que sofreu a violência também é coisificada pelo veículo.

Cabe frisar que essa amenização foi comum aos dois veículos quando se falou em feminicídio e violência física cometidos por ex-parceiros, que foram justificados como crimes passionais ou motivados por inconformação com o término do relacionamento, discurso que corrobora a romantização da violência doméstica.

Ressalta-se que tanto em SP quanto em JC notamos a existência de conteúdos que apontavam para fatores externos ao indivíduo como os motivadores da agressão, a exemplo de drogas lícitas, como o álcool, e de drogas ilícitas, crack e maconha. Ponderamos que narrativas com esse viés podem levar a pessoa que lê a introjetar a ideia de que o uso de substâncias psicoativas é correspondente direto do fenômeno da violência contra a mulher.

Também estiveram presentes o sensacionalismo, a exploração imagética alusiva à violência e a carência de contextualização, reduzindo questões relativas ao mundo da vida (BOURDIEU, 1997) e com impactos fortes em nossa sociedade ao corriqueiro, o que pode representar a perigosa banalização da violência de gênero.

É de nosso entendimento que a mídia, de modo geral, se constitui um importante meio na construção de subjetividades. Tendo em vista que casos de violência contra a mulher têm recebido maior visibilidade nos meios de comunicação nas últimas décadas, mostra-se importante estudar seu papel frente à temática.

Quanto aos discursos adotados pelos jornais, encontramos fragmentos das matérias jornalísticas e mesmo de editoriais que tornam público o posicionamento dos veículos frente

aos casos noticiados - repudiam a violência ainda que corroborem, a partir dos recortes escolhidos, a permanência das mulheres na condição de vítimas e sujeitas não autônomas e busquem sempre justificar os casos por outras variantes que não propriamente aquelas referentes ao machismo. Os dados obtidos demonstraram que nos três meses estudados os dois jornais divulgaram casos de violência contra a mulher, mas que menos 7% das matérias foram noticiadas nas capas e que o Super Popular superou o Jornal da Cidade ao destacar a violência de gênero em suas manchetes, a diferença ficou em torno de 30%.

A partir dos resultados obtidos, pode-se dizer que a construção da notícia passa por interferências internas e externas, o que notadamente não está restrito ao fazer jornalístico. A fragilidade dos “esquemas argumentativos”, (BOSK; HILGARTNER, 1998) diz respeito também à visão de mundo e aos valores apreendidos sócio e culturalmente. E ainda que há elementos ocultos que precisam ser desvendados: por que somente a violência doméstica e o estupro são entendidos pelos jornais como violência contra a mulher?

Essas reflexões nos levam a pensar a temática a partir de uma complexidade de fatores que não à toa nos levam a críticas anteriores sobre a reprodução de discursos hegemônicos na mídia. Afinal, a quem interessa o sangue das mulheres que estampam os jornais?

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTHI, Angélica (Org.). **Guia para Jornalistas sobre Gênero, Raça e Etnia**. Brasília: ONU Mulheres; Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Fundo de Alcance dos Objetivos do Milênio, F-ODM), 2011.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. Tradução Sérgio Milliet. 4ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOSK, C. & HILGARTNER, S. **The Rise and Fall of Social Problems: A Public Arenas Model**. *AJS*, vol 94, n. 1, p. 53-78, July, 1988.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Lei N.º 11.340, de 7 de Agosto de 2006.

_____. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher, novembro, 2013.

CHAMPAGNE, P. A Ruptura com as Pré-Construções Espontâneas ou Eruditas. In: CHAMPAGNE, P. et all. In: **Iniciação a Prática Sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 171-227.

COSTA, Belarmino Cesar Guimarães da. **Estética da Violência: jornalismo e produção de sentidos**. Campinas: FAPESP; UNIMEP, 2002.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Ruth M. Klaus: 3ª edição. São Paulo: Centauro, 2006.

FRANÇA, V. **O acontecimento e a mídia**. In: *Galaxia* (São Paulo, Online), n. 24, p. 10-21, dez. 2012.

FOSENCA JR, W. C. da. **Análise de Conteúdo**. In: DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. cap. 18, p. 280-303.

GAMSON, W. & MODIGLIANI, A. **Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power: A Constructionist Approach**. *AJS*, Vol 95, n. 1, p. 1-37, July 1989.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

Heise, L. Pitanguy, J. Germain, A. **Violência Contra la Mujer: Carga de Salud Oculta**. Banco Mundial, 1998, Washington D.C.

HERSCOVITZ, Heloisa Golbspan. **Análise de conteúdo em jornalismo**. In: LAGO, Cláudia;

BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

IDE, Magdalena Valdivieso. Alternativas Desde El Feminismo: otros tiempos y otros feminismos en América Latina y el Caribe. In: CAROSIO, Alba (org.). **Feminismo para un cambio civilizatorio**. Caracas: Fundación Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gallegos, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales y Centro de Estudios de la Mujer, Universidad Central de Venezuela, 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Violência Contra a Mulher: feminicídios no Brasil**. IPEA, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_feminicidio_leilagarcia.pdf>. Acesso em 15/07/15.

LAGO, Cláudia, BENETTI, Marcia (orgs.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LENOIR, R. Objeto Sociológico e Problema Social. CHAMPAGNE, P. et all. In: **Iniciação a Prática Sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 59-106.

MACHADO, Lia Zanotta. **Gênero, Um Novo Paradigma?** In: Cadernos Pagu (11), 1998. P. 107-125.

MARTIN-BARBERO, Jesus. **Dos Meios às Mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, Guacira César de; MELO, Jacira; LIBARDONI, Marlene (orgs.). **Mulher e Mídia: uma pauta desigual?** São Paulo. CFEMEA/RedeSaúde. 1997.

PAIVA, Anabela; RAMOS, Silvia (orgs.). **Mídia e Violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

PENA, Felipe. **Teorias do Jornalismo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PETRARCA, Fernanda Rios (2005). **A atuação da imprensa e a construção de problemas sociais: os conflitos argumentativos em torno das sementes transgênicas no Rio Grande do Sul**. In: Texto, v. 1, p. 1-16.

Rocamora; Rius; Mollet (2015). **El tratamiento de la violencia machista en la prensa de información general catalana**. Estudio de dos casos mediáticos y su repercusión en la prensa local. Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo, 2, 77-92, ISSN e2386-3730. DOI: <http://dx.doi.org/10.15304/ricd.1.2.2474>.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. (2001). **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**, Cadernos Pagu, Número organizado por Maria Lygia Quartim de Moraes – Desdobramentos do feminismo – pp. 115-136.

_____. **Gênero, Patriarcado, Violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAGOT, Montserrat. La democracia en su laberinto: el neoliberalismo y los límites de la acción política feminista en Centroamérica. In: CAROSIO, Alba (org.). **Feminismo para un cambio civilizatorio.** Caracas: Fundación Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gallegos, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales y Centro de Estudios de la Mujer, Universidad Central de Venezuela, 2014.

SANTOS, Edilma Rodrigues dos. **Discursos Midiáticos Sobre Violência Contra a Mulher:** estudo dos jornais Diário de S. Paulo e Folha de S. Paulo. In: II COLÓQUIO BINACIONAL BRASIL-MÉXICO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.espm.br/ConhecaAESPM/Mestrado/Documents/COLOQUIO%20BXM/S5/OK_edilma%20santos.pdf>. Acesso em: 14/10/14.

SCHMIDT, Simone Pereira (2004). **Como e por que somos feministas.** In: Revista Estudos Feministas, vol.12, p. 17-22.

SCOTT, J. **Gênero: Uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade V.20 (2): 71-99, 1995.

SILVA, S.G. (2010). **Preconceito e Discriminação:** as bases da violência contra a mulher. Rev. Psicologia Ciência e Profissão, 30 (3), p. 556-571.

SIQUEIRA, Denise. C. O. (organizadora). **A construção social das emoções:** corpo e produção de sentidos na comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2015.

SILVA, Gislene. Para Pensar Critérios de Noticiabilidade. In: **Estudos de Jornalismo e Mídia.** Vol II. N. 1, 2005. pp. 96-106.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo.** A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2008.

_____. **Teorias do Jornalismo:** Porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

VIMIEIRO, Ana Carolina Soares Costa. Cultura Pública e Aprendizado Social: a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira (1960-2008). 2010. 234 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012.** Atualização: homicídios de mulheres no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2012.

_____. **Mapa da Violência 2015:** homicídios de mulheres no Brasil. Brasília: ONU, 2015. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br.

WOLF, Mauro. **Teorias das Comunicações de Massa.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

APÊNDICES

Dados - SP

Jornal: Super Popular

Circulação: Semanal

Material: Fazem parte do corpus 13 edições.

Levantamento de dados correlacionados à violência contra a mulher por edição:

Edição 128 – há uma nota na editoria Página 3 com o título “SUS vai registrar casos de agressão por homofobia”. Apesar de o título destacar a homofobia, o texto faz menção a políticas públicas para a comunidade LGBT, o que envolve mulheres lésbicas, bissexuais e trans. O texto indica que esse tipo de notificação já acontece para violência contra idosos, mulheres e crianças.

Tipo de Texto: nota

Fonte: Ministério da Saúde

Termos: gays (usado de forma genérica)

Edição 129 – nenhum registro correlacionado.

Edição 130 – A manchete do jornal traz o seguinte texto: “O parto que é nascer numa maternidade em Aracaju. A situação é grávida”. Seguida do subtítulo: “o relato de um pai que teve que rodar por várias maternidades públicas até que a esposa, que já estava em trabalho de parto, pudesse dar à luz”. Na página dedicada ao texto o título é: “Pelo Direito de Nascer Direito”, com o destaque: “Dores do Parto” e a assinatura de Ruberlan Couto, professor e autor do relato.

Tipo de texto: relato/carta/denúncia

Editoria: Geral

Dimensão: página inteira

Não há consulta a outras fontes (como as maternidades) para uma versão institucional.

Trocadilho e metáfora: a expressão ‘dores do parto’ e a ‘situação é grávida’ são utilizadas de forma jocosa pelo veículo. O tom pode amenizar a crítica apresentada ou ainda corroborar com piadas com o sistema público de saúde que, nesse caso, expõe a riscos bebê e gestante.

Edição 131 – A manchete dá destaque a outro caso de violência obstétrica, com o seguinte texto: “Descaso no Hospital Zé Franco. Francamente esse não presta”. E em seguida apresenta o seguinte subtítulo: “prestes a dar à luz, mulher procura o Hospital de Socorro quatro vezes até ser atendida, mas a saúde do bebê se complica e ele morre em Aracaju”. A matéria é assinada pela repórter Bianca Silveira e não aparece como desdobramento da notícia veiculada em edição anterior.

Dimensão: meia página

Editoria: Geral

Fontes: Mãe e avó da criança.

Título: “Se bebê, não dirija a Socorro”.

Box: O drama de Ivete (refere-se a perda de outra criança na família); Não dá pra nascer, nem ressuscitar”

Foto de capa: bebê no caixão.

Fotos internas: mãe e avó; bebês no caixão (as duas crianças (primas) foram enterradas juntas. Fotos (de capa e internas) sem assinatura.

Edição 132 – Na editoria polícia aparece um caso de violência doméstica no município da Barra dos Coqueiros. A matéria localizada no canto direito da página traz o seguinte destaque “A vovó e o lobo mau”, seguido do título: “Moisés de Jesus pecou contra avó”. As informações falam de violência verbal e física e ainda de extorsão.

Fonte: Lindaura, a vítima. Citação indireta. Apesar de conter informações a cerca da atuação de policiais na detenção do acusado, não cita a instituição enquanto fonte.

Edição 133 – nenhum registro correlacionado.

Edição 134 – Esta edição tem uma chamada na capa sobre violência doméstica. “O cara acendeu a maconha e tentou apagar a mulher”, diz o texto que vem acompanhado de uma ilustração com a folha de maconha. Na editoria Página 3, uma nota “Lei garante atendimento

para vítimas de estupro”, o texto fala da aprovação do PL 12.845 que prevê atendimento integral às vítimas de violência sexual nos serviços de urgência do SUS, a fonte é o governo federal. Já a matéria que é destacada na capa, está localizada na editoria Polícia e fala da prisão em flagrante de um homem que tentou esfaquear a esposa. A fonte é o CIOSP da Secretaria de Segurança Pública de Sergipe (SSP/SE). O caso ocorreu na Barra dos Coqueiros (Grande Aracaju).

Foto: acusado detido; Ilustração: folha da maconha com a seguinte informação, “quando os policiais chegaram, Moacir estava com a faca no pescoço da companheira”.

Termo: “Coisa feia, Moacir” é a expressão que aparece como destaque.

Fontes: o relato parece vir da polícia/Ciosp e ao final do texto ainda há a citação de parte do depoimento da vítima (que afirmou que fumava com o seu marido quando motivado por uma suspeita de traição ele o atacou), seu nome e idade também são identificados.

Edição 135 – Nesta edição, a editoria especial destaca a morte de Danielle Bispo, assassinada pelo ex-parceiro na Universidade Federal de Sergipe.

Manchete: “Sangue no prato do dia” com ilustração que remete a sangue. E destaque: “Morte no restaurante da UFS”.

Dimensão: página inteira

Título (interno): “Morte no restaurante da Universidade Federal”. O título da manchete vira destaque na página do jornal.

Termo: “Crime bárbaro”; “motivo passionai”; “ex-presidiário”.

Trocadilho/metáforas: “cardápio de desculpas”, como destaque do box que traz informações da instituição onde ocorreu o assassinato.

Fontes: Polícia Comunitária, mãe da vítima; UFS (nota/fonte documental).

Ainda nesta edição, outra matéria traz o destaque “Tarado na Praça do Convento”.

Título: “Será que vão plantar a mandioca no estuprador da horta?” O texto trata da prisão de homem acusado de estupro de uma adolescente.

Termos: “parecia estar drogado”; tarado; estuprador; “plantar a mandioca”;

Ilustração: mandiocas (raízes).

Fonte: Polícia Militar

Editoria: Polícia

Na mesma editoria outra matéria, anunciada pelo destaque “Profissional do Sexo Deu... a Dica” trata da captura de um foragido do presídio da cidade de Areia Branca. De acordo com o texto a profissional do sexo (que não é identificada) acionou a CPTur após ser ameaçada e extorquida.

Fontes: CPTur e Ciosp.

Título: Fugiu de Areia Branca para se deitar na areia da Orla”

Termos: “profissional do sexo”; “se deitar na areia”;

Trocadilhos: “Deu... a dica”.

Edição 136 – Não há notícias correlacionadas com a temática da violência contra a mulher. Porém, há uma repercussão da matéria sobre o caso de Danielle Bispo no espaço “Leitor, fale com a gente”, onde uma leitora mostra indignação diante de mais um caso de violência.

Edição 137 – Abuso e agressão na cidade de Nossa Senhora do Socorro são os destaques dessa edição. A matéria assinada pelo repórter Guilherme Prata aparece na editoria Geral e traz denúncias de violência doméstica praticada pelo ex-marido da vítima e de estupro de duas crianças, uma filha e a outra enteada do acusado, “Tenho medo que ele abuse das minhas filhas de novo”, é o título. O texto traz falas de um membro do Conselho Tutelar que destaca a morosidade da decisão judicial e a ausência de assistência do poder público. O jornal comete um erro ao relatar o caso usando apenas as iniciais da vítima e ao final da matéria constar o nome.

A notícia é manchete da edição, com o destaque “abuso e agressão” e seguida de subtítulo: “Mulher diz que apanhava do marido, que ainda teria abusado sexualmente das filhas. Ela teve de sair de casa com os filhos para se livrar dessa situação e, hoje, passa necessidade sem ajuda da Prefeitura e da Justiça”.

Termos: “passa necessidade”; “vivendo de ajuda”; “tirando o sono”;

Fontes: a vítima; o conselheiro tutelar; secretaria de assistência social e prefeitura são citadas, mas não há indícios de que foram procuradas (apenas as críticas aos órgãos são apontadas), o mesmo ocorre com os órgãos da justiça, mesmo com processo aberto ainda não há solução, afirma a matéria.

Dimensão: página inteira

Edição 138 – nenhum registro correlacionado.

Edição 139 – nenhum registro correlacionado.

Edição 140 – Esta edição apresenta duas notas na editoria Brasil correlacionadas ao tema da pesquisa. A primeira fala sobre a aprovação do PL do Parto Humanizado no SUS pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) no Senado, sendo apresentada com o título “Senado aprova parto humanizado de graça”. A segunda nota “Maria da Penha: Lei não reduziu mortes” fala sobre a pesquisa “Violência contra a Mulher: feminicídios no Brasil” do Ipea.

Fontes: Senado e Ipea.

Dados - JC

Jornal: Jornal da Cidade

Circulação: Diária.

Material: Fazem parte do corpus 78 edições.

Levantamento de dados correlacionados à violência contra a mulher por edição:

Edição 30 de junho e 1º de julho de 2013 - Ano XLII - Nº 12.292 – No caderno Municípios, a matéria “Maternidade é alvo de duras críticas da população” denuncia maus tratos em maternidade de Capela (violência Obstétrica). O assunto é destacado na capa do caderno com o subtópico: “A maternidade de Capela, que recebe diariamente pacientes encaminhadas de municípios próximos, tem sido alvo de constantes críticas”.

Fontes: Fundação Hospitalar de Saúde e gestantes (uma a favor e outra contra o atendimento prestado pela maternidade).

Termos: “duras críticas”; “maus tratos”;

Ainda no mesmo caderno, um caso de abuso sexual (pai acusado de estupro de 5 filhas também na cidade de Capela) é relatado em nota com o título “Abuso”.

Termo: ex-presidiário; abuso

Apesar do uso do termo abuso, a matéria trata de estupro de cinco mulheres, inclusive com suspeita de que um dos filhos seja fruto do ato violento.

Edição 2 de julho de 2013 - Ano XLII - Nº 12.293 – Não há conteúdo relacionado.

Edição 3 de julho de 2013 - Ano XLII - Nº 12.294 – com a chamada “transferência” e o título “Falta de comunicação leva gestante à morte”, a edição traz uma matéria sobre a morte de uma gestante por falta de atendimento médico em seu município (Poço Verde). A paciente foi transferida para uma unidade em Lagarto, mas também não obteve sucesso no atendimento (o local não oferecia atendimento na área da obstetrícia). A matéria é destacada na capa da edição do jornal com o título “Burocracia pode ter causado a morte de gestante em Poço Verde”. O texto está localizado na editoria cidades.

Fontes: motorista da unidade móvel; FHS (documental).

Termo: “falta de comunicação”

Edição 4 de julho de 2013 - Ano XLII - Nº 12.295 – Não há conteúdo relacionado.

Edição 5 de julho de 2013 - Ano XLII - Nº 12.296 – No caderno Cidades aparece uma matéria com o destaque “caso manuleke”, “Habeas Corpus livra jovem da prisão”. Retratando que a polícia sergipana está impedida de prender o moçambicano Daniel Manuleke de Souza, 18 anos, acusado de estuprar uma menina de 12 anos, município de Salgado, durante retiro espiritual de uma igreja evangélica.

A decisão é destacada na capa da edição com a seguinte descrição: “Por decisão do STJ, Polícia de Sergipe não pode prender o moçambicano Manuleke.

Fontes: advogados (de defesa e de acusação, favorável e contrário à decisão respectivamente).

Termos: “acusado de estuprar”; “portador do vírus HIV”;

Edição 6 de julho de 2013 - Ano XLII - Nº 12.297 – “‘Lourdinha' atendeu 221 casos de violência sexual” é o título da matéria do caderno Cidades . O texto fala sobre os números de atendimentos de vítimas em Sergipe, de janeiro a junho pela Maternidade Nossa Senhora de Lourdes (MNSL).

Dimensão: meia página

Imagem: foto da fachada da maternidade (assinada)

O texto faz menção ao PL que versa sobre atendimento a vítimas de violência sexual pelo Sistema Único de Saúde (favorável)

Fontes: psicóloga do Serviço de Assistência e Acolhimento da MNSL (especializada/institucional)

Edição 7 a 9 de julho de 2013 - Ano XLII - Nº 12.298 – Nenhuma notícia sobre o tema. Apenas a repetição (em forma de nota) do caso de negligência/violência obstétrica noticiado na edição de 3 de julho.

“NEGLIGÊNCIA. Sem atendimento no Hospital Regional de Lagarto (HRL), a gestante Maria Lima de Jesus, de 36 anos, morreu após passar mal na manhã da última segunda, 1º, em uma ambulância do município de Poço Verde a caminho da capital. Segundo o motorista da ambulância, a gestante não recebeu atendimento. A orientação foi para que ele a levasse para Aracaju, mas durante a viagem a mulher não resistiu e morreu na região da Colônia Treze, entre Lagarto e Salgado. Ele relatou que, ao chegar ao hospital, por volta das 5h, ela foi para recepção, preencheu ficha e se dirigiu a uma enfermaria. Depois foi pedido que a paciente fosse para a enfermaria da ala amarela, mas novamente pediram que ela retornasse à enfermaria anterior, foi quando recebeu orientação para ir à capital”.

Edição 10 de julho de 2013 - Ano XLII - Nº 12.299 - Não há conteúdo relacionado.

Edição 11 de julho de 2013 - Ano XLII - Nº 12.300 - Não há conteúdo relacionado.

Edição 12 de julho de 2013 - Ano XLII - Nº 12.301 - Nenhuma notícia sobre o tema. A nota com o destaque “Cárcere privado” e intitulada “Mulher é resgatada”, retrata a história de uma idosa mantida em cárcere pela própria filha, na cidade de Cristinápolis.

Edição 13 de julho de 2013 - Ano XLII - Nº 12.302 - Não há conteúdo relacionado.

Edição 14 e 15 de julho de 2013 - Ano XLII - Nº 12.303 - Não há registro, embora a edição traga uma matéria sobre o aumento do número de homicídios em Sergipe.

Edição 16 de julho de 2013 - Ano XLII - Nº 12.304 - no caderno Opinião o editorial "Eterno descaso" trata dos problemas enfrentados pelas mulheres que buscam atendimento na maternidade Nossa Senhora de Lourdes (violência obstétrica).

“A perplexidade não tomou conta apenas das pacientes da maternidade Nossa Senhora de Lourdes. A falta de respeito com a escala de trabalho e com o sofrimento de quem estava na fila de espera levou uma obstetra a tomar uma atitude desesperada. A especialista prestou queixa numa delegacia e em seguida a unidade simplesmente fechou as portas. Não havia outro caminho ser seguido diante do descalabro”. [trecho da opinião].

Termos: “atitude desesperada”; “imagem de corporativismo”;

O texto embora não use o termo violência obstétrica, destaca que as pacientes estão sendo afetadas com o problema de falta de médicos e se posiciona contrariamente à situação.

Já na editoria Cidades, o assunto volta a aparecer em matéria intitulada “Pediatras faltam ao plantão e obstetra vai à delegacia”. A matéria é destaque de capa da edição.

Fontes: médica, sindicato dos médicos e FHS.

Imagem: foto da fachada da maternidade.

Há ainda outra matéria sobre os índices de violência contra a juventude e a pesquisa realizada pelo IPEA, mas não há qualquer informação sobre casos de violência contra a mulher em específico. Aparecendo apenas o dado que a maior parte do registro de morte de jovens mulheres é provocada por acidente de trânsito.

Edição 17 de julho de 2013 - Ano XLII - Nº 12.305- No caderno Cidades aparece uma notícia sobre estupro com o título “Ex-atleta do Itabaiana é acusado de estupro” (o caso aconteceu na Bahia). A notícia ganha destaque na capa com a chamada “Ex-jogador preso era indisciplinado”. No subtópico destaca-se o fato de que o atleta não apresentava um perfil violento, segundo o treinador. A matéria assinada é uma republicação portal Infonet.

Na mesma página matéria destacada com o termo “estupro” e seguida do título “‘Rezador’ é condenado” trata da sentença do homem que estuprou uma adolescente. O texto original é da Assessoria de Comunicação do Ministério Público em Sergipe.

Com a chamada "Julgamento inédito", na mesma página, há uma nota sobre a condenação de uma mulher na justiça sergipana por praticar um aborto (o caso, embora não possa ser interpretado como violência contra a mulher, merece destaque já que essa é uma discussão que envolve a vida de muitas mulheres e que tem pouca repercussão na mídia).

Edição 18 de julho de 2013 - Ano XLII - Nº 12.306 - Não há registro.

Edição 19 de julho de 2013 - Ano XLII - Nº 12.307 - Não há registro. Na editoria de política aparece uma matéria sobre o pronunciamento de deputado federal sobre os índices de violência em Sergipe, mas não há qualquer linha sobre a violência contra as mulheres (que também aparecem nessas pesquisas). No caderno cidades da mesma edição uma matéria alerta para o mesmo problema, com o título "Sergipe é o décimo em número de homicídios em todo o país". O texto não traz qualquer referência à morte de mulheres.

Edição 20 de julho de 2013 - Ano XLII - Nº 12.308 - Não há registro.

Edição 21 e 22 de julho de 2013 - Ano XLII - Nº 12.309 - A edição traz na capa a manchete "Sergipe tem o maior índice de mortalidade materna do País" (destacando o problema da redução dos leitos e da baixa assistência às gestantes (violência obstétrica). A matéria que traz um panorama sobre o problema aparece na editoria Cidades.

Fontes: Conselho Regional de Medicina

Edição 23 de julho de 2013 - Ano XLII - Nº 12.310 - Não há registro.

Edição 24 de julho de 2013 - Ano XLII - Nº 12.311 - Não há registro.

Edição 25 de julho de 2013 - Ano XLII - Nº 12.312 - Não há registro

Edição 26 de julho de 2013 - Ano XLII - Nº 12.313 - Não há registro.

Edição 27 de julho de 2013 - Ano XLII - Nº 12.314 - Não há registro.

Edição 28 e 29 de julho de 2013 - Ano XLII - Nº 12.315 - Não há registro.

Edição 30 de julho de 2013 - Ano XLII - Nº 12.316 - Não há registro.

Edição 31 de julho de 2013 - Ano XLII - Nº 12.317 - Na editoria Opinião há um artigo de um advogado e professor que trata sobre o habeas corpus concedido a um pastor acusado de estupro em Sergipe, “A menina estuprada e os cinco advogados”. No jornal não há qualquer matéria sobre o caso.

PARCIAL

12 notícias relacionadas

18 edições não tinham noticiadas vinculadas ao tema da pesquisa.

Agosto

Aracaju-SE, 1º de agosto de 2013 - Ano XLII - Nº 12.318 - "Moçambicano se apresenta e nega estupro" é uma das chamadas da capa desta edição. A matéria aparece na editoria Cidades com título "Manuleke se apresenta à Justiça e nega estupro" seguido do subtítulo "Acusado de violentar menina de 12 anos estava foragido desde março”.

O caso foi noticiado em uma edição do mês anterior!

A matéria é assinada.

Termos: “sem alarde”;

Permanece sem solução aparente!

Aracaju-SE, 2 de agosto de 2013 - Ano XLII - Nº 12.319 - Nesta edição aparece uma notícia do caderno Mundo correlacionada ao tema. "Sequestrador é condenado à prisão perpétua" é o título da matéria que narra episódio acontecido nos Estados Unidos, a fonte original é a France Presse. No subtítulo, além do cárcere, fala-se que as três mulheres foram estupradas.

Já na editoria Cidades há uma notícia sobre o desdobramento do "Caso Mércia Nakashima", como anuncia o veículo. O texto que não dispõe de assinatura ou agência de publicação original traz o seguinte título: "Acusado volta a confirmar tortura". A notícia é destacada na capa, tem dimensão de meia página e não possui autoria. A matéria fala sobre acusações de tortura promovidas pela polícia sergipana contra um dos condenados pelo assassinato da advogada em 2010.

Aracaju-SE, 3 de agosto de 2013 - Ano XLII - Nº 12.320 - Na editoria política uma matéria não assinada intitulada "Maria destaca Dilma por sanção de nova lei" trata do Projeto de Lei que garante às mulheres vítimas de violência sexual o tratamento imediato nos hospitais do SUS. Fonte: a senadora.

Numa matéria sobre expectativa de vida no caderno Brasil há um subtítulo que destaca a mortalidade de homens como consequência da violência (homicídios) e acidentes de trânsito. Não há qualquer destaque para a mortalidade de mulheres, como a questão do feminicídio, por exemplo.

Na editoria Política/Nacional o PL que prevê tratamento imediato a mulheres vítimas de violência voltou a ser assunto. Desta vez, a notinha com o título "Sanção, pero no mucho" falava sobre as polêmicas do projeto. Segundo a nota, o PL contém imprecisões técnicas que podem levar a uma interpretação equivocada (sobre abortamento).

Mais abaixo, outra nota, como tom debochado, trata do PL de regulamentação da prostituição. "Casa Das..." é o título da nota.

As duas notinhas integram a coluna Esplanada da editoria Política/Nacional.

A matéria sobre aleitamento materno é anunciada na chamada de capa com o título "Mulheres participam da 'Hora do Mamaço'". No texto, destaque para o direito a amamentar as/os filhas/os em espaços públicos também. A matéria está localizada na editoria Cidades, caderno B1. "Precisamos tirar a ideia que só pode amamentar em casa, e que é feio amamentar em público".

Fonte: a coordenadora da campanha em Sergipe, que é pediatra.

O “mamaço” aparece novamente na edição. Dessa vez, uma nota na editoria opinião, dentro da Coluna ‘Notas e Comentários’.

Aracaju-SE, 4 e 5 de agosto de 2013 - Ano XLII - Nº 12.321 - na editoria Cidades o destaque é para a morte de uma mulher vítima de feminicídio, "Diarista morta a tiros". A matéria não tem assinatura. A matéria traz a partir do relato do parente da vítima a informação de que o possível autor do crime seria o ex-esposo da diarista e que a motivação da separação seria suspeita de abuso sexual contra a filha.

Fontes: familiar da vítima; Polícia Militar;

Ainda no caderno B outra notícia trata novamente da "Lei beneficia vítimas de violência sexual". Ao final do texto destaque para dados da violência contra mulheres e crianças em Sergipe. O texto traz dados locais e ressalta que mesmo antes da lei nacional, esse atendimento já era assegurado em Sergipe.

Fontes: Presidência da República; médica (especialista); Secretaria Estadual de Saúde; DAGV;

Aracaju-SE, 6 de agosto de 2013 - Ano XLII - Nº 12.322 - "hora do mamaço/Mães de Itabaiana participaram" traz uma cobertura da ação em Sergipe. O texto não faz referência à amamentação em lugares públicos (momento em que muitas mulheres são constrangidas), alerta para a importância da amamentação para a saúde dos bebês. E fala ainda sobre a importância do apoio de familiares e do trabalho para que esse direito seja exercido.

EDITORIA: Cidades

Fontes: Sociedade Sergipana de Pediatria; mães;

Na matéria "Promotoria de Saúde vai propor ação contra Estado", com subtítulo "Objetivo é regularizar atendimento na Maternidade N. Sra. de Lourdes" o texto trata da questão da superlotação da maternidade de alta complexidade. De acordo com as informações, a superlotação ocorre porque não é refeita a regulação classificatória do risco das gestantes. A matéria é assinada e contém ilustração (foto de audiência no MPE);

EDITORIA: Cidades

Fontes: Ministério Público de Sergipe; Conselho Regional de Medicina; Fundação Hospitalar de Saúde; médicos obstetras;

Aracaju-SE, 7 de agosto de 2013 - Ano XLII - Nº 12.323 - Na editoria Cidades aparece a notícia "Denúncias de violência crescem 10%", com destaque para a informação "crescimento dos casos ocorre por conta do aumento no consumo de crack e desarmonia familiar. Há situações de mulheres que, mesmo lesionadas, voltam para os companheiros". A matéria é antecedida do destaque Lei Maria da Penha. A matéria não é assinada, contém foto (mulher com a cabeça enfaixada – arquivo do jornal).

Usar essa matéria no corpo da dissertação.

Fontes: DAGV

Aracaju-SE, 8 de agosto de 2013 - Ano XLII - Nº 12.324 - No Caderno A (Opinião), na coluna Periscópio (integrante da editoria Política), aparece a seguinte nota:

Maria da Penha

“A senadora Maria do Carmo Alves (DEM) destacou a passagem dos sete anos de instituição da Lei Maria da Penha, comemorados ontem. Segundo ela, a lei trouxe grande alento para a população feminina, representa avanços significativos, mas muito ainda precisa ser feito para preservar a integridade física e moral das mulheres que sofrem violências de diversas formas, inclusive dentro da própria casa”.

No Caderno B, editoria Cidades, aparece uma nova matéria sobre o caos na Maternidade Nossa Senhora de Lourdes, com o título "Promotoria de Saúde ajuíza ação contra Estado e FHS/Objetivo é acabar com superlotação na Maternidade ‘Lourdinha’". A matéria é assinada.

Fontes: Ministério Público de Sergipe; DataSUS; FHS;

Na página B6, da editoria Opinião, a Lei Maria Penha também foi lembrada em nota:

Maria da Penha

“Os sete anos de vigência da Lei Maria da Penha foi lembrado ontem(7), na sessão da Câmara Municipal de Aracaju, pelo vereador Iran Barbosa. Na ocasião foi registrada a conquista da lei reputando-a à organização e à luta das mulheres brasileiras, vitimadas ou não. Segundo Iran Barbosa, os sete anos de vigência da lei tem mostrado que ela foi um marco legal importante

conquistado, porque, a partir dela, conseguiu-se mudar de certa forma a cultura do silêncio que existia diante da violência que atingia e continua atingindo as mulheres de uma forma geral, e não só as que convivem no ambiente familiar. Além disso, enfatizou que é preciso estudar de forma mais aprofundada o fato de uma parte significativa da violência que atinge a sociedade brasileira ser praticada dentro dos lares, como a violência sexual que atinge crianças e adolescentes e a violência contra as mulheres”.

Aracaju-SE, 9 de agosto de 2013 - Ano XLII - Nº 12.325 - Na página B6, editoria Opinião, Coluna Data Vênia aparece nota sobre violência sexual.

DILMA E A VIOLÊNCIA SEXUAL

“A presidente Dilma Rousseff sancionou integralmente a lei que regulamenta o atendimento na rede pública do SUS às mulheres vítimas de violência sexual, chamada de “profilaxia da gravidez”. A lei sancionada gera polêmica entre os religiosos, que temem que este seja um passo rumo à legalização do aborto. Tramita ainda um projeto de lei que a presidente está mandando ao Congresso que muda o artigo 2º da lei, que diz que violência sexual “é qualquer forma de atividade sexual não consentida”. A proposta recupera o texto do Código Penal Brasileiro, que diz que violência sexual engloba “todas as formas de estupro, sem prejuízo de outras condutas previstas em legislação específica”. Outro ponto é a mudança do inciso 4º do artigo 3º do texto aprovado no Congresso, que fala em “profilaxia da gravidez”. O novo texto diz “medicação com eficiência precoce para prevenir gravidez resultante de estupro”. O papa Francisco não previu a sanção”.

Aracaju-SE, 10 de agosto de 2013 - Ano XLII - Nº 12.326

17 de março

Ex-genro pode ter matado dona de casa

Editoria: Cidades.

“A dona de casa Maria Rejane da Silva Santos, 53, foi assassinada na noite da última quinta-feira, dia 8, no Bairro 17 de Março, zona sul da capital. O principal suspeito do assassinato é um ex-genro da vítima. Esse foi um dos seis corpos que foram registrados no Instituto Médico Legal (IML) entre a noite da quinta-feira e a madrugada de ontem, dia 9. Foram três vítimas de homicídio por arma de fogo e três por acidentes de trânsito, fato ocorrido na manhã da quinta, no km 47 da BR-101, no trecho entre os municípios de Japaratuba e Capela.

As informações preliminares do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) foram obtidas junto a familiares são que Maria Rejane estava na casa dela, localizada na Rua 02, Quadra 16, quando teria ocorrido uma discussão entre a vítima e o ex-genro, identificado como “Jaquinho”, quando o mesmo puxou uma arma de fogo e fez os disparos. Ela morreu no local”.

Fonte: Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa

Termos: o destaque para a matéria é o bairro onde aconteceu o crime.

Na mesma página uma notícia de título "roubado (erro na flexão do gênero no destaque)/ Motorista é vítima de golpe do ‘amor’", fala de uma mulher vítima de um golpe financeiro por um 'parceiro' que conheceu na internet. A matéria é destacada na capa com a chamada “paixão” virtual.

Fonte: Delegacia Plantonista

Aracaju-SE, 11 e 12 de agosto de 2013 - Ano XLII - Nº 12.327 - Na editoria Especial, no Colunão, de Ivan Valença, uma notinha trata do lembrete da deputada Ana Lucia pelos 7 anos da Lei Maria da Penha. Com destaque para o lançamento do projeto Casa de Mulher Brasileira feito por Dilma.

Na editoria Cidades aparece matéria com o título "Tráfico de pessoas é invisível para o Estado". Embora o texto não explicita, dados apontam que o tráfico de pessoas atinge principalmente as mulheres e meninas.

Usar no corpo do trabalho! Ausência da questão de gênero.

Aracaju-SE, 13 de agosto de 2013 - Ano XLII - Nº 12.328 - Não há registro. Tem nota sobre a parada LGBT, mas não há qualquer menção à violência machista.

Aracaju-SE, 14 de agosto de 2013 - Ano XLII - Nº 12.329 - Na editoria Política aparece a matéria "LDO/Maria apresenta duas emendas na nova lei", que fala sobre investimento no programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher. Fontes: senadora. Imagem: arquivo JC

Na editoria Cidades uma matéria traz a seguinte chamada: "Mãe e filho vão a julgamento por crime ocorrido em 2006". O casal havia se separado por conta de agressões físicas e morais

do marido contra a mulher e morava na mesma casa apenas por questões econômicas. A matéria é assinada.

Em seguida o título “Mulher é atingida com tiro na perna”, que trata de uma tentativa de homicídio por não aceitação de separação. A matéria não é assinada.

No caderno Variedades uma notinha trata do uso de vagões exclusivos para mulheres - Barraco no metrô:

“Dia destes, um homem viajou no vagão das mulheres, no metrô do Rio. Uma passageira, na estação Central do Brasil, questionou um segurança. O agente disse que não poderia fazer nada, pois a lei não prevê punição. E ela: - Você não pode, mas eu posso - disse a mulher, antes de expulsar o sujeito na base do sopapo”.

Aracaju-SE, 15 de agosto de 2013 - Ano XLII - Nº 12.330 - Na editoria Cidades há desdobramento do caso do filho que matou o pai. O caso aparece destacado na capa sem qualquer menção às motivações do crime, diz apenas que a ex-esposa foi inocentada por falta de provas e que a vítima “influenciou o delito já que tinha um comportamento agressivo”. A matéria é assinada.

Na coluna Esplanada (que aparece na página Brasil/Espportes) duas notas tratam do PL de atendimento para vítimas de violência sexual:

“CNBB & Dilma - A Regional Leste I da CNBB enviou carta para a presidente Dilma, em que 18 bispos se dizem contra a sanção do PLC 3/13, com a polêmica ‘profilaxia da gravidez’”.

“Polêmica - Os bispos lamentam a lei atentar ‘contra inocente no ventre’. Mas há pressão da sociedade. A lei obriga médicos tratarem vítimas de estupro para evitar a gravidez”.

Aracaju-SE, 16 de agosto de 2013 - Ano XLII - Nº 12.331 - não há registro.

Aracaju-SE, 17 de agosto de 2013 - Ano XLII - Nº 12.332 –não há registro.

Aracaju-SE, 18 e 19 de agosto de 2013 - Ano XLII - Nº 12.333 - não há registro.

Aracaju-SE, 20 de agosto de 2013 - Ano XLII - Nº 12.334 - Caso Danielle. Capa: “Mulher é morta a golpes de faca no restaurante da UFS”. Imagem: prisão do autor do crime (assinada).

Fontes: testemunhas, mãe da vítima, boletim de ocorrência (documental), UFS, nota da UFS (documental), Polícia Civil. A matéria é assinada. Editoria: Cidades.

Na mesma página que noticia a morte de Danielle, outra matéria trata de uma tentativa de estupro (chamada), com subtítulo “mototaxista é preso”. Fonte: Polícia Civil (com depoimentos da vítima à polícia).

Aracaju-SE, 21 de agosto de 2013 - Ano XLII - Nº 12.335 - No Caderno A, editoria Opinião, o editorial “Crime no restaurante” trata do assassinato de Danielle.

Na editoria Cidades o destaque é para a matéria “UFS tem dia de protesto”. Imagem: registro do protesto (assinada). Fontes: manifestantes; UFS. Uma e outra são desdobramentos do feminicídio que vitimou a Danielle.

Aracaju-SE, 22 de agosto de 2013 - Ano XLII - Nº 12.336 - novamente na editoria Cidades, outro desdobramento do caso Danielle. A matéria aparece com o título “Acusado é agredido por colegas de cela”. A matéria resgata o crime, porém sequer cita o nome de Danielle. Foi publicada originalmente no G1/SE.

Logo abaixo outra matéria trata da prisão de um homem acusado de extorsão e ameaças por uma profissional do sexo. Fonte: CPTur.

Na editoria opinião aparece o artigo “Violência contra a mulher, a luta não pode parar”, da advogada Leilane Barbosa. Também é desdobramento do assassinato da Danielle Bispo.

Aracaju-SE, 23 de agosto de 2013 - Ano XLII - Nº 12.337 - na coluna Periscópio, da editoria Política, duas notas destacam pronunciamento de vereador sobre a superlotação de maternidades em Aracaju. Além de problemas relacionados à atenção básica a gestantes (como pré-natal, por exemplo).

Na editoria Mundo, na coluna Esplanda há destaque para o debate sobre a regulamentação da prostituição x a criminalização da prostituição que aparece com a seguinte chamada: Após a 'cura gay', a guerra do sexo. Imagem: foto de Jean Wyllys.

Outra nota menor fala do Tráfico de Mulheres para a prostituição.

Aracaju-SE, 24 de agosto de 2013 - Ano XLII - Nº 12.338 - Não há registros.

Aracaju-SE, 25 e 26 de agosto de 2013 - Ano XLII - Nº 12.339 - Já na capa o anúncio de casos de estupro contra crianças e adolescentes, com destaque para a palavra violência em vermelho. A matéria não traz assinatura e é composta por foto de delegada (entrevistada), arquivo do JC. A matéria sobre violência sexual que destaca casos contra crianças e adolescentes traz dados que confirmam a vulnerabilidade de pessoas do sexo feminino, sendo estas mais de 70% dos casos. Violência que se combina a algumas outras por vezes e que acontece dentro de casa na maior parte dos casos. Editoria: Cidades.

No caderno Opinião aparece o artigo do professor José Lima, advogado, professor da UFS e membro da ASL. O texto traz a questão da violência, mas destaca-se por defender investimento em segurança na Universidade. (destacar esse texto no capítulo dedicado ao caso Danielle – desdobramento).

Na mesma página, na coluna Esplanada uma nota intitulada Tortura caseira trata de Lei do Senado que prevê a tipificação de tortura para a violência doméstica.

Nas peças publicitárias, uma propaganda da Alese faz alusão ao dia da igualdade da mulher, garantida pela constituição de 1988.

Aracaju-SE, 27 de agosto de 2013 - Ano XLII - Nº 12.340 – Na editoria Cidades, com o destaque ‘agressão’ aparece a matéria de título “Mulher é estuprada dentro de escola”. O texto destaca tanto o estupro quanto um caso de violência doméstica ocorrido no dia 19 de agosto. Já na editoria Brasil, a matéria “Ex-assessor da Casa Civil é caçado” com destaques ‘estupro/foragido’ trata de caso de estupro de vulnerável que envolve político, ex-prefeito de Realeza (PR). As matérias não possuem assinatura.

Aracaju-SE, 28 de agosto de 2013 - Ano XLII - Nº 12.341 - Na editoria Cidades a manchete é "EX-namorado tentar matar garota do Augusto Franco". Apesar de a chamada falar de um caso, a matéria também registra um feminicídio no interior do estado. E um julgamento de um acusado de tentar matar a ex-companheira no ano anterior. Dos casos são destacadas as localidades e o uso de drogas em um deles. A matéria é assinada. (Usar no corpo da dissertação).

Aracaju-SE, 29 de agosto de 2013 - Ano XLII - Nº 12.342 – Na editoria cidades a matéria intitulada “Homem é indiciado por espancar ex-mulher”, além do caso apontado no título a matéria traz também o desdobramento de outro caso noticiado na edição do dia anterior –

condenação de homem por tentativa de homicídio contra a ex-mulher. A matéria é assinada (Usar no corpo da dissertação).

Aracaju-SE, 30 de agosto de 2013 - Ano XLII - Nº 12.343 - Na editoria Brasil uma notícia aparece como desdobramento do que já havia sido noticiado em outra edição, trata-se da aprovação da violência contra a mulher como crime de tortura. A matéria trata brevemente de outros projetos destinados ao enfrentamento à violência contra a mulher que foram aprovados ou estavam em fase de tramitação. A matéria não possui assinatura.

Aracaju-SE, 31 de agosto de 2013 - Ano XLII - Nº 12.344 - Considera-se registro de uma notícia em que mulher de 24 anos atenta contra a vida do companheiro de 66. A matéria é trazida pelo título: “Bebedeira quase acaba em morte”, de acordo com o texto a mulher reagiu após ter sido agredida. A matéria está na editoria Cidades e não possui assinatura. Embora o texto não acuse, o caso pode ser configurado como violência doméstica.

Setembro

Aracaju-SE, 1º e 2 de setembro de 2013 - Ano XLII - Nº 12.345 - Na capa desta edição há a chamada "Machismo ainda causa violência contra mulheres", anunciando a entrevista com Érika Farias, delegada da DAGV, que está localizada na editoria Cidades.

Na editoria variedades uma nota intitulada 'violência sexual é negra' traz dados do DataSUS de 2012, "das 7.478 meninas, entre 4 e 15 anos, vítimas de violência sexual, 65% eram negras".

No caderno Municípios, uma nota com o título Preso fala de um homem preso em Itabaiana sob acusação de tentativa de estupro contra uma estudante.

Aracaju-SE, 3 de setembro de 2013 - Ano XLII - Nº 12.346 – Na editoria Cidades, matéria com o título “Corpo Carbonizado” fala de mulher encontra morta, com o corpo queimado em um povoado de Poço Verde. (feminicídio)

Aracaju-SE, 4 de setembro de 2013 - Ano XLII - Nº 12.347 - Na editoria Cidades com o destaque "Lei Maria da Penha" o jornal traz a matéria "Mulher é agredida por ex". A notícia refere-se a um caso de agressão que ocorreu em agosto. Trata-se do inquérito policial e do indiciamento por tentativa de homicídio qualificado por motivo fútil e prática de tortura (desdobramento). O texto é uma publicação da SSP/SE reproduzida no veículo.

Aracaju-SE, 5 de setembro de 2013 - Ano XLII - Nº 12.348 - Na capa desta edição a violência contra a mulher é manchete "Homem estupra e marca a ex-mulher como gado".

Com o destaque Lei Maria da Penha, que já apareceu em outras edições dos jornais, uma matéria intitulada "Homens fazem BO por agressão das mulheres" trata da denúncia registrada por dois homens de violência que haviam sofrido por parte de suas esposas.

Na mesma página aparece a matéria manchete da edição. Com o destaque "Maldade" e título "Mulher é estuprada pelo ex-marido", a matéria curta (apenas 4 parágrafos) detalha o ocorrido. Não faz qualquer menção à Lei Maria da Penha.

As duas matérias integram a editoria Cidades, não possuem imagem e não estão assinadas.

Aracaju-SE, 6 de setembro de 2013 - Ano XLII - Nº 12.349 - Na editoria mundo, na coluna Esplanada, a nota "Tráfico do sexo" fala do espanto de deputados federais com as revelações da CPI do Tráfico de Pessoas. E termina com a seguinte expressão: "Mas a realidade é pior que aqui, e mulheres - de crianças a idosas - acabam se prostituindo lá (Guiana)".

Na editoria Cidades, o colunista Araripe Coutinho traz á tona um episódio de assédio em show de Ivete Sangalo. Com o título "Calcinha não" a nota fala da reação da cantora ao perceber que um homem registrou foto de sua peça íntima.

Na mesma editoria, com destaque "Alvo errado" a matéria "Caruru envenenado mata estudante" narra a morte de um estudante envenenado por seu ex-cunhado. O alimento envenenado deveria ser consumido pela irmã do garoto e o motivo da vingança seria a não aceitação do término do casamento. Fontes: familiares da vítima.

Aracaju-SE, 7 de setembro de 2013 - Ano XLII - Nº 12.350 - Na editoria Cidades a matéria "Assassino é preso ao tentar fugir em ônibus" fala de um assassinato em Boquim que vitimou uma mulher de 38 anos. O crime aconteceu na casa da vítima, mas o texto não deixa clara a relação entre vítima e agressor. Fonte: Polícia Militar.

Com o título Túmulo Violado a nota que aparece na mesma editoria trata de um possível caso de necrofilia, o corpo era de uma idosa que falecera recentemente. O fato está destacado no rodapé da capa desta edição.

Na mesma página a matéria "Mulher denuncia militar por tortura" trata de violência policial cometida contra uma trabalhadora doméstica na periferia da Capital, o destaque é exatamente o nome do bairro, Getimana. Fontes: vítima e Polícia Militar.).

Aracaju-SE, 8 e 9 de setembro de 2013 - Ano XLII - Nº 12.351 - Na editoria Mundo uma matéria trata da morte de uma autora indiana. O motivo da morte teria sido o documentário que faria sobre a vida das mulheres no Afeganistão.

Aracaju-SE, 10 de setembro de 2013 - Ano XLII - Nº 12.352 - Na editoria Cidades uma nova matéria (SSP apura suposto caso de necrofilia em Santo Amaro) sobre o caso de necrofilia no interior do estado, desdobramento do texto que saiu em edição anterior. A matéria é assinada.

Na editoria Cidades reaparece o caso do jovem envenenado no lugar da irmã. O envenenamento que acabou vitimando o irmão teria sido ocasionado, segundo essa nova matéria (com depoimentos de familiares) por uma discussão entre o ex-casal, o motivo da discussão seria o pagamento de pensão alimentícia. A matéria é do Portal Infonet.

Na mesma página outra matéria atenta para a violência em Sergipe e traz como título "Mulher tem a cabeça decepada", sem informações sobre a motivação do assassinato, já a vítima foi localizada quando o grupamento do Corpo de Bombeiros procurava um homem vítima de afogamento. A jovem estava seminua, decapitada e sem um dos braços.

Na editoria Variedades, a coluna do Osmário traz a realização de debate sobre parto humanizado, com a chamada "Participa de debate sobre parto humanizado".

Aracaju-SE, 11 de setembro de 2013 - Ano XLII - Nº 12.353 - Na editoria Mundo, a matéria "Tribunal indiano condena 4" trata da condenação de 4 homens pelo estupro e morte de uma jovem. A matéria fala de indignação e violência sexual generalizada enfrentada pelas mulheres indianas. A matéria traz no intertítulo "Alerta para o país" a denúncia de que a violência sexual é constante e que muitas mulheres que denunciam são culpabilizadas. Diferente das coberturas nacionais, entre estas as coberturas em Sergipe. A matéria foi originalmente publicada em: Associated Press.

Também na editoria Cidades, a matéria "Casal gay aguarda apuração de agressão" trata do caso de um casal de mulheres que alegam terem sido agredidas por seu vizinho. A matéria traz ainda uma fala da presidente da Associação Sergipana de Transexuais para retratar o

problema. Embora a violência em questão seja contra mulheres lésbicas, homossexuais e não transexuais.

Com o destaque "cabeça decepada" e título "Polícia apura assassinato de mulher", a matéria traz desdobramentos sobre o caso noticiado em edição anterior.

Aracaju-SE, 12 de setembro de 2013 - Ano XLII - Nº 12.354 - Na editoria Cidades, uma tentativa de homicídio é noticiada com o destaque "agressão" e título "Ex-namorado é suspeito". Na matéria informações de que o autor do crime confessou os disparos e está preso. Fonte: DAGV.

Aracaju-SE, 13 de setembro de 2013 - Ano XLII - Nº 12.355 - Na editoria Cidades uma matéria fala do julgamento de um ortopedista, acusado de matar uma mulher com quem se relacionava. O motivo do crime, gravidez indesejada.

Aracaju-SE, 14 de setembro de 2013 - Ano XLII - Nº 12.356 - Na editoria Cidades continuação da cobertura do júri popular do médico acusado de matar a namorada, "Julgamento de ortopedista é adiado". Assinada por Paulo Rolemberg. O assunto é destacado na capa.

Na mesma editoria outra matéria registra manifestação do movimento de mulheres. A matéria é destacada com a expressão "Violência aumenta" e segue com o título "Mulheres protestam contra agressões".

Aracaju-SE, 15 e 16 de setembro de 2013 - Ano XLII - Nº 12.357 - Na editoria Cidades a violência sexual é novamente abordada, "Violência sexual a menores de 18 anos: 53 casos em 2013" (essa notícia aparece destacada na capa). Segundo a matéria 70% dos casos é contra crianças do sexo feminino e outro problema grave é a gravidez antes dos 14 anos e que a maior parte desses casos, de acordo com o DAGV (fonte), não é sequer denunciada.

No caderno Municípios uma nota fala do Fórum Estadual do Programa Mulheres Mil, que entre outros assuntos discutiu violência de gênero.

O caso de necrofilia noticiado em outras edições também reapareceu em forma de nota (Necrofilia).

Aracaju-SE, 17 de setembro de 2013 - Ano XLII - Nº 12.358 - Na capa desta edição, desdobramento do ortopedista acusado de matar a namorada. Na editoria cidades, o caso da capa aparece: "Ortopedista é condenado, mas vai permanecer solto".

Na editoria Cidades matéria destaca que Sergipe está fora da rota do turismo sexual, intitulado "Emsetur faz prevenção", o texto destaca as ações de prevenção do órgão.

Aracaju-SE, 18 de setembro de 2013 - Ano XLII - Nº 12.359 - na editoria cidades a matéria "Jovem é presa acusada de matar o pai com uma facada" tratar de violência doméstica. O crime foi desencadeado por conta de agressões do pai contra os netos (duas crianças de colo) e ainda contra filha quando esta reagiu.

Aracaju-SE, 19 de setembro de 2013 - Ano XLII - Nº 12.360 - Na editoria Cidades, a matéria "Acusado de homicídio é julgado" trata do julgamento de um homem que matou a facadas sua ex-mulher por não aceitar a separação. O destaque é o bairro onde aconteceu o crime, Santa Maria. Fonte: MPE.

Na editoria variedades uma nota divulga debate sobre violência contra a mulher em Aracaju.

Aracaju-SE, 20 de setembro de 2013 - Ano XLII - Nº 12.361 - Na capa o assunto violência contra a mulher aparece destacado no rodapé. Na editoria Opinião, na Coluna Periscópio com o destaque "Sem Violência" o tema volta a aparecer. Desta vez, trata-se da adesão de Sergipe ao programa Mulher: viver sem violência do governo federal (nota).

Na editoria Brasil/Mundo, na coluna Esplanada a nota Sexo e o Poder trata da criação de comissão especial para dar o parecer ao projeto que trata da regulamentação da prostituição.

Na editoria cidades, aparece a matéria anunciada na capa "Projeto tenta combater aviolência contra mulheres". Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres (que já não existe mais). Matéria assinada por Grecy Andrade.

Aracaju-SE, 21 de setembro de 2013 - Ano XLII - Nº 12.362 - A manchete desta edição é: "Mulheres violentadas terão acesso à linha de crédito".

Na editoria de cidades a matéria de capa está destacada com título "SE ganha apoio para inibir violência contra mulheres", o curioso é que embora parte da abordagem diga respeito à questão econômica, matérias com essa temática não ocupam essa editoria. Fontes: OAB, PM,

DAGV, SPM, Secretaria de Mulheres. Imagens: lançamento do programa, assinatura do termo de compromisso (assinadas).

Ao lado aparece o desdobramento do feminicídio ocorrido em 2011 e noticiado na edição anterior do JC. No título da matéria destaca-se o bairro e a condenação (desdobramento) "bairro Santa Maria Homem é condenado por matar ex-mulher". Fonte: MPE

Na editoria opinião a mortalidade materna é tema de artigo com o título "As crianças, os adolescentes e as mães brasileiras nos Objetivos do Milênio", segundo o qual esse é um grande desafio para o país já que os índices são alarmantes (violência obstétrica).

Aracaju-SE, 22 e 23 de setembro de 2013 - Ano XLII - Nº 12.363 - no caderno Municípios duas notas "Preso I" e "Preso II" trazem notícias de prisões em Estância e Frei Paulo, os dois condenados estupraram meninas em anos anteriores, as vítimas tinham 14, 9 e 10 anos de idade respectivamente.

Aracaju-SE, 24 de setembro de 2013 - Ano XLII - Nº 12.364 - Na editoria Cidades, a matéria "Pai envenena os dois filhos e depois comete suicídio" (assinada por Paulo Rolemberg e que também é destacada na capa do jornal) traz mais um caso de violência doméstica, onde um homem inconformado com a separação tentou matar os dois filhos e cometeu suicídio. Fonte: familiares.

Na editoria Variedades a nota "Dado Dolabella condenado", destacada pelos termos ator/agressão traz à tona o andamento de um caso de violência protagonizado pelo ator em 2008, quando o acusado agrediu a ex-namorada e também a camareira que tentou apartar a briga. A nota traz ainda outros casos de violência contra mulher e contra o filho que envolve o ator.

Aracaju-SE, 25 de setembro de 2013 - Ano XLII - Nº 12.365 - Na editoria Cidades um texto trata do "Caso Manuleke", já noticiado em outra edição do JC. O motivo desta vez é o adiamento do julgamento (a matéria é de Kátia Santana do Portal Infonet). Logo abaixo outra matéria trata de pedofilia, "Estância Comerciante é preso por pedofilia", em que um comerciante foi preso por abusar de uma menina de 12 anos.

Aracaju-SE, 26 de setembro de 2013 - Ano XLII - Nº 12.366 - Na editoria Opinião duas notinhas "Violência 1" e "Violência 2" tratam da temática da violência contra a mulher.

Primeira fala de ato do movimento de mulheres e a segunda traz dados do mapa da violência de 2012 e fala ainda do pronunciamento de senadora sobre o tema.

Já o Caderno B é aberto com a seguinte manchete "Lei Maria da Penha é ineficaz, diz Ipea" (matéria assinada por Mateus Oliveira). A matéria destaca que os números de violência permanecem altos. (Usar no corpo da dissertação). Fonte: IPEA e SEDH.

Aracaju-SE, 27 de setembro de 2013 - Ano XLII - Nº 12.367 - Não há registro.

Aracaju-SE, 28 de setembro de 2013 - Ano XLII - Nº 12.368 - Na editoria Política/Nacional, na coluna Direto da Fonte a nota "Em nome delas" rebate a ineficácia da Lei Maria da Penha, trazendo depoimento de Eleonora Menicucci (SPM).

Na editoria Cidades a matéria "Acusado de matar a ex-mulher é preso" (assinada por Paulo Rolemberg). A motivação do crime é recorrente: inconformação com o término do relacionamento.

Abaixo mais um caso de violência contra a mulher - feminicídio, "Crime do Bairro Luzia vai a júri popular". Os dois casos aconteceram no ano anterior.

Aracaju-SE, 29 e 30 de setembro de 2013 - Ano XLII - Nº 12.369 - Uma matéria na editoria Cidades, intitulada "Brasileiro é falso moralista, diz psicóloga" fala sobre moralismo e misoginia. O enfoque central é a questão da população LGBT e uma das entrevistadas utiliza a Lei Maria da Penha como exemplo de mecanismo que coíbe a violência. Na editoria Mercado a matéria "Desigualdade salarial é menor nas MPes" trata da diferença salarial entre homens e mulheres em pequenas empresas.

Questionário

Questionário "Perfil das/os Jornalistas e a produção de notícias sobre violência contra a mulher"

PERFIL

1. Sexo:

() feminino () masculino

2. Idade: ____

3. Religiosidade:

Evangélico (a) () Católico(a) () Candomblecista () Umbandista () Espírita ()

Ateu/Ateísta/nenhuma () Outras () Qual? _____

4. Estado civil:

() solteiro(a) () união consensual () casado(a) () viúvo(a) () divorciado(a)

5. Escolaridade:

() Ensino Médio completo () Curso técnico em Comunicação () Superior incompleto ()
Superior completo () Bacharel/la em Jornalismo () Pós-graduação/especialização

6. Atividade:

() Só estuda.

() Só trabalha.

() Trabalha e estuda.

() Atualmente é desempregado (a).

SOBRE O TEMA

7. Você se recorda de ter produzido notícias sobre violência contra a mulher?

() Sim () Não

8. Com que frequência essa pauta surge na redação?

() diariamente () algumas vezes por semana () Mensalmente () De vez em quando

9. Em sua opinião, o que leva as pessoas a cometerem atos de violência contra a mulher?

() perda dos valores familiares () falta de perspectiva () machismo

() indivíduo ruim () uso abusivo de drogas () ineficácia da lei

10. Você considera a violência obstétrica, violência contra a mulher?

() Sim () Não

11. Já fez alguma matéria relacionada (morte materna, atendimento precário em maternidades)?

() Sim () Não

12. Caso a resposta anterior tenha sido sim, quantas vezes?

() Uma () Mais de uma () Algumas

13. Usou a abordagem de violência contra a mulher?

☐ Sim ☐ Não

14. Caso a resposta tenha sido não, que motivos podem justificar:

☐ Ausência de conhecimento sobre o tema ☐ Enfoque em outra área ☐ Tempo disponível para a produção da notícia ☐ Outros. Qual? _____

15. Na produção de notícias sobre a violência contra a mulher (assassinato, estupro, agressão, políticas públicas) a escolha da editoria foi de sua competência?

☐ Sim ☐ Não

16. Títulos e texto foram elaborados por você ou sofreram modificações?

☐ Sim ☐ Foram modificados

17. Em que editoria melhor se encaixam as matérias sobre essa temática?

☐ Cidades ☐ Polícia ☐ Economia ☐ Outra. Qual? _____

18. Você se recorda de algum caso específico? Se sim, Qual?

☐ Sim ☐ Não Qual: _____

19. Que punição deveria ter aquele que:

A. Bate em mulher

☐ prisão por alguns meses ☐ penas alternativas ☐ prisão prolongada ☐ prisão perpétua ☐ pena de morte

B. Assedia mulheres

☐ prisão por alguns meses ☐ penas alternativas ☐ prisão prolongada ☐ prisão perpétua ☐ pena de morte

C. Mata uma mulher

☐ prisão por alguns meses ☐ penas alternativas ☐ prisão prolongada ☐ prisão perpétua ☐ pena de morte

D. Estupra (mulheres, meninas e adolescentes)

☐ prisão por alguns meses ☐ penas alternativas ☐ prisão prolongada ☐ prisão perpétua ☐ pena de morte